

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BRUNO CÉSAR DESCHAMPS MEIRINHO

**INFLUÊNCIAS “DE DENTRO” E “DE FORA” NO PLANEJAMENTO URBANO DE
CURITIBA: UM ESTUDO SOBRE TRÊS FASES NO SÉCULO XX**

CURITIBA

2012

BRUNO CÉSAR DESCHAMPS MEIRINHO

**INFLUÊNCIAS “DE DENTRO” E “DE FORA” NO PLANEJAMENTO URBANO DE
CURITIBA: UM ESTUDO SOBRE TRÊS FASES NO SÉCULO XX**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Paraná como
requisito para a obtenção do título de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Nilson César Fraga

CURITIBA

2012

Meirinho, Bruno César Deschamps

Influências “de dentro” e “de fora” no planejamento urbano de Curitiba:
um estudo sobre três fases no século XX / Bruno César Deschamps
Meirinho. – Curitiba, 2012.

96f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Orientador: Nilson César Fraga

1. Planejamento urbano – Curitiba (PR). 2. Curitiba (PR).
3. Modernidade. I. Fraga, Nilson César. II. Universidade Federal
do Paraná. III. Título.

CDD: 909.82

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



ATA DE DEFESA DE
DISSERTAÇÃO

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, na sala PH05, foi avaliada pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo relacionados, a Dissertação de Mestrado do (a) aluno (a) **BRUNO CESAR DESCHAMPS MEIRINHO** intitulada "INFLUÊNCIAS "DE DENTRO" E "DE FORA" NO PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA: UM ESTUDO SOBRE TRÊS FASES NO SÉCULO XX", que obteve como resultado final:

APROVADO

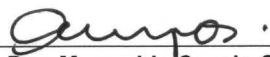
(RES. 65/09 CEPE Art. 69. Os examinadores avaliarão a dissertação ou a tese considerando o conteúdo, a forma, a redação, a apresentação e a defesa do trabalho, decidindo pela aprovação, ou reprovação do trabalho de conclusão do aluno.

Parágrafo único. A ata da sessão pública da defesa de dissertação ou tese indicará apenas a condição de aprovado ou reprovado.

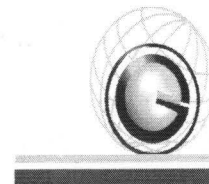
OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data

Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga (Orientador)


Prof.ª Dra. Margarida Cassia Campos (UEL)


Prof.ª Dra. Gislene de Fátima Pereira (UFPR)



PARECER

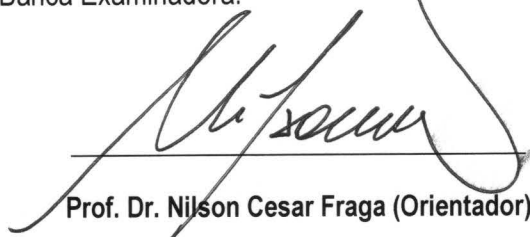
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pelo (a) candidato (a) **BRUNO CESAR DESCHAMPS MEIRINHO** intitulada **"INFLUÊNCIAS "DE DENTRO" E "DE FORA" NO PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA: UM ESTUDO SOBRE TRÊS FASES NO SÉCULO XX"**, para obtenção do grau de Mestre em Geografia, do Setor de Ciências da Terra, da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o (a) candidato (a), são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 04 de maio de 2012.

OBS: este documento tem a validade de 60 dias a contar desta data

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga (Orientador)


Profª. Dra. Margarida Cassia Campos (UEL)


Profª. Dra. Gislene de Fátima Pereira (UFPR)

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa é fruto do apoio de diversas pessoas. A convivência com elas me permitiu reflexões e conclusões que não poderia alcançar sozinho. Por isso, este trabalho é um exercício de redação de experiências comuns com outras pessoas. Ainda assim, tudo o que esteja incompleto ou insuficiente deve-se mais às minhas dificuldades individuais nesse exercício de escrita do que do aprendizado e das reflexões que tive juntamente com essas pessoas, a quem eu agradeço por toda a contribuição com minha pesquisa.

Neste sentido, registro meu maior agradecimento aos meus pais, que sempre me incentivaram a realizar e concluir este estudo. Agradeço ao meu orientador, Nilson César Fraga, que me provocou a investigar mais. Ao indicar que havia algo a ser acrescentado, ele possibilitou a ampliação do objeto deste trabalho. Com generosidade, respeitou e apoiou as minhas escolhas de pesquisa.

Agradeço aos companheiros do Partido Socialismo e Liberdade, com quem realizo a experiência do aprendizado diário e da percepção mais sensível da cidade real. Sem eles, este estudo não teria sido iniciado e as melhores reflexões desta pesquisa devem ser creditadas a essa convivência. Por meio do Movimento Popular por Moradia e da Resistência Urbana pude ver a cidade com outro ponto de vista. Aos amigos Paulo Bearzoti Filho, Sylvia Malatesta das Neves, Sueli Fernandes, Felipe Spack, Giovanna Milano, Chrysantho Figueiredo, Fernando Marcelino, Bernardo Pilotto, Cesar Fernandes, Naiady Piva, Thiago Bagatin, Frank Maciel e Gregório Bruning, eu dedico meus melhores agradecimentos, e por meio deles estendo a todos os colegas de partido.

Agradeço à Ambiens Sociedade Cooperativa, onde tive a oportunidade de aprender mais sobre as cidades e pude conhecer colegas brilhantes. Aos amigos Alexandre Pedrozo, Laura Bertol, Angela Pilotto, Daniele Pontes, José Ricardo, Ramon Gusso, Fernanda Podzwato, Anna Carolina, Josias Rickli, agradeço pelo aprendizado comum. Agradeço também aos amigos Felipe Drehmer, Claudio Behling, Alice Novato, Taco Roorda, Cristina Roorda, Fabio Domingos, Igor Sprenger, Thiago Zandona, Rebecca Freitas, Rhayane Lourenço, Venâncio Guerreiro, Thiago Hoshino e Vinicius Gessolo.

Agradeço à Professora Katya Kozicki, que me convidou para realizar meu primeiro trabalho de pesquisa na universidade, nos primeiros anos do curso de Direito, e ao Professor José Antônio Peres Gediél, que, junto com a Profª Katya, me recomendou para este mestrado, por toda a colaboração e confiança que sempre ofereceram.

RESUMO

No presente trabalho nos propomos a reunir elementos que permitam responder à questão principal formulada para esta pesquisa: “como as influências externas e internas incidem sobre o planejamento urbano de Curitiba?” A relevância dessa questão está em apontar quem são os agentes do planejamento e como operam nos campos da política e da produção do conhecimento para poder realizar seus objetivos. Para reunir estes elementos, apresentamos um estudo a partir dos conceitos de desenvolvimento e planejamento, e o relacionamos com aspectos dialéticos da modernidade, como a dialética das escalas local e cosmopolita. A partir destes conceitos fundamentais, apresentamos, no presente trabalho, uma trajetória da influência das relações entre os interesses internacionais e o interesse local sobre o planejamento urbano de Curitiba. Como recorte histórico, escolhemos três momentos do planejamento urbano dentro do Século XX: i) o plano de Saturnino de Brito, de 1920-1921, elaborado no contexto do urbanismo sanitaria e com o objetivo de enfrentar a crise da epidemia de febre tifoide de 1917 em Curitiba, ii) o plano Agache, elaborado durante o período do Estado Novo, sob o comando político de interventores da ditadura Vargas, e inspirado nos “planos de avenidas”, e iii) o plano Wilhelm, elaborado em 1965, aprovado como Plano Diretor em 1966 e ajustado e implementado nos primeiros anos da década de 1970, como resultado de um projeto de industrialização nacional e do Estado do Paraná. Todos esses planos revelam a presença de interesses externos e internos em disputa sobre o planejamento da cidade, apontando para a progressiva transformação de uma cidade de visão localista para uma cidade que promete uma integração cosmopolita. Uma leitura crítica, no entanto, oferece elementos para duvidar da integração, questionando se o resultado do planejamento urbano produziu um processo de multiterritorialidades (integração cosmopolita) ou de desterritorialização.

Palavras-chave: Curitiba; planejamento urbano; modernidade; territorialização; desterritorialização; desenvolvimento; Saturnino de Brito, Século XX.

ABSTRACT

In the present work we intended to gather elements that may allow us to answer the main issue we have faced in the research: “how do external and internal influences apply to urban planning in Curitiba?” The relevance of this question is to make known who are the agents of planning and how they operate in the fields of politics and knowledge to accomplish their objectives. To gather these elements, we have shown a study about the concepts of development and planning, and related them to the dialectic aspects of modernity, such as the scale dialectics of local and cosmopolitan. From these fundamental concepts, we have shown in the present work the path of the influence of the relation between international and local interests on Curitiba urban planning. For the historical approach we have chosen three momentos of urban planning in the 20th century: i) The plan of Saturnino de Brito, between 1920-1921, assembled in the context of sanitarian urbanism and to realize the goal of facing the typhoid fever crisis in 1917, in Curitiba, ii) the plano Agache, assembled during the period of Estado Novo (New State) of Getulio Vargas, under political control of interveners appointed by Vargas dictatorship, and inspired on the “plans of avenues”, and iii) the plan Wilhelm, assembled in 1965, approved as a master plan in 1966, adjusted and implemented in the first years of 1970 decade, as a result of industrialization project of the national and the State of Paraná governments. All these plans reveal the presence of external and internal interests on the planning of the city, making known the progressive transformation of a localist view of the city to a city that promises a cosmopolitan integration. A critical reading, besides, offers elements to doubt that the integration exists, questioning whether the result of the urban planning produced a multiteritoriality (cosmopolitan integration) process, or a disterritoriality process.

Keywords: Curitiba; urban planning; modernity; territorialization, deterritorialization; development; Saturnino de Brito, XXth Century

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná

CIC – Cidade Industrial de Curitiba

CNPU – Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

ONU – Organização das Nações Unidas

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPU – Plano Preliminar de Urbanismo

REDBCM – Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias

ReCiMe – Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

URBS – Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1. O DESENVOLVIMENTO E O PLANEJAMENTO NA CIDADE	11
CAPÍTULO 2. MODERNAS RELAÇÕES	30
CAPÍTULO 3. O URBANISMO EM CURITIBA EM TRÊS MOMENTOS	36
3.1 O PLANO SATURNINO DE BRITO	41
3.2 O PLANO AGACHE	61
3.3 O PLANO WILHEIM	69
CONCLUSÃO: CURITIBA ENTRE O LOCAL E COSMOPOLITA.....	82
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	89

INTRODUÇÃO

Em Curitiba foi construído um mito a respeito de seu processo de planejamento urbano. Por meio deste mito, a cidade é propagandeada mundo afora como uma *cidade-modelo*. Como explica SÁNCHEZ (2003, p. 332), este mito resulta de uma política oficial de propaganda, interessada, também, nos resultados econômicos deste processo, isto é, no processo de exportação das “soluções” produzidas em Curitiba. Além disso, a propaganda oficial objetiva resultados políticos: à prefeitura interessa a produção de um contexto de estabilidade política, que, no caso de Curitiba, foi muito interessante para a ditadura de 1964-1985, especialmente no período do “milagre econômico”.

SÁNCHEZ estuda o processo de formação de Curitiba como cidade-modelo a partir de um resgate histórico dos “últimos trinta anos” (ibidem), isto é, identificando como marco inicial o planejamento de meados da década de 1960, que coincide com o início da ditadura de 1964-1985.

A propaganda oficial também dedica bastante atenção a este período. O trabalho de resgate histórico do urbanismo em Curitiba é ainda pouco exercitado, salvo por alguns raros estudos, como DUDEQUE (2010) e OLIVEIRA (2000). Ainda assim, há uma atenção maior ao período recente, e existem poucos apontamentos sobre fases anteriores do urbanismo em Curitiba.

Neste estudo, ao nos debruçarmos sobre o processo de formação da cidade-modelo, procuramos olhar para o passado. Como método, VILLAÇA (2010, p. 181) destaca a importância de estudar a história para compreender os fenômenos do presente, assim, assumimos a proposta de ir mais próximo da “nascente” do curso da história que chega ao período atual.

Na maior parte da bibliografia, especialmente aquela considerada “oficial”, administrada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), as referências sistematizada de planejamento anterior ao período da ditadura brasileira de 1964-1985 referem-se à elaboração do chamado plano Agache, em 1943. Para MINTER e IUPERJ (1975, p. 23): “O Plano Agache de 1943 fora, até esta data, a única proposta de ordenamento urbano de Curitiba”.

Não se deve descartar a existência de intenções e tentativas efetivas de ocultação e esquecimento de experiências anteriores. Com efeito, ao estudar o desenvolvimento e o planejamento, avaliamos que é muito difícil afirmar de maneira tão conclusiva sobre a inexistência de experiências de urbanismo anteriores a 1943. Para VILLAÇA (2010, p.

173) o urbanismo se expressa por meio de inúmeros instrumentos, que, nas cidades brasileiras, datam de meados do Século XIX.

Considerando a compreensão atual de urbanismo, que inclui entre as ferramentas de gestão urbana os *instrumentos tributários* (BRASIL, 2001, BRASIL, 1988, SILVA, 2008, p. 90 e ss.), pode-se dizer que, desde a existência de mecanismos de impostos com base territorial urbana, existe urbanismo.

Neste sentido, o olhar para o passado exige a sensibilidade para identificar os diversos processos que influenciam na produção da cidade. Desta forma, poderíamos enumerar inúmeras fases do urbanismo em Curitiba, sem encontrar limites no exercício de levantamento deste rico processo.

Olhando para o período anterior ao plano Agache, encontramos o trabalho de Saturnino de Brito para Curitiba. O Plano de Saneamento de 1920-21, como denominado pelo autor, revelou-se uma fase interessante do urbanismo em Curitiba, pouco estudada pela bibliografia. DUDEQUE (2010, P. 33) dá importante destaque a contribuição. Saturnino de Brito, assim como Agache, foi um importante nome do urbanismo brasileiro, e sua passagem por Curitiba é reveladora de seus talentos.

Assim, para o estudo que apresentamos a seguir, fomos até o plano de Saturnino de Brito, estudamos em seguida o plano Agache e, por fim, o plano Wilhelm e o período pós-64 do planejamento urbano de Curitiba. Antes, porém, expomos alguns conceitos iniciais que julgamos importantes para a realização do estudo.

Partimos de leituras sobre o desenvolvimento e o planejamento e a forma como eles se expressam na cidade. A partir de uma revisão bibliográfica de autores internacionais, buscamos a visão dos organismos multilaterais e a expressão brasileira deste pensamento (FURTADO, 1986, 2007, SILVA, 2008, ALOCHIO, 2010, NYGAARD, 2005, JACOBS, 1992, BERMAN, 1986, UNDP, 2011, MELLO E SOUZA, 2000). A esta pesquisa inicial, agregamos ainda nossa leitura sobre as dialéticas da modernidade, das quais destacamos a dialética entre o local e o cosmopolita.

Este tema, que dá título à presente dissertação, contribui para a compreensão das influências “de dentro” (local) e “de fora” (cosmopolita) sobre o urbanismo em Curitiba, e também oferece pistas sobre a forma particular de territorialização que resultou na cidade – a “cidade-modelo” –, nosso objetivo inicial de estudo.

CAPÍTULO 1. O DESENVOLVIMENTO E O PLANEJAMENTO NA CIDADE

A palavra “desenvolvimento” possui inúmeros usos e significados. Neste capítulo, nos referimos a um uso específico e largamente difundido. Este uso, como veremos, se expressa como ideologia. Manifesta-se com um duplo sentido; como projeto oficial e como argumento de legitimação.

Este duplo sentido nos obriga a observar como o desenvolvimento opera no projeto oficial, e como ele é compreendido pela sociedade. A distinção entre estes dois sentidos é base para posturas críticas frente ao desenvolvimento, tal qual explicada por ESCOBAR (2005, p. 18-19, tradução nossa):

Nos anos 80, um crescente número de críticos culturais (...) analisavam o desenvolvimento como um discurso de origem ocidental que operava como um poderoso mecanismo para a produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo. (...)

Como discurso histórico, o “desenvolvimento” surgiu no começo do período após a Segunda Guerra Mundial, apesar de suas raízes fundarem-se em processos históricos mais profundos da modernidade e do capitalismo. Uma leitura dos textos e eventos históricos do período 1945-1960 em particular confirma esta observação. Foi durante este período que todo tipo de especialistas do desenvolvimento dedicaram-se a aterrisar massivamente na Ásia, África e América Latina, dando realidade à construção do Terceiro Mundo.

[Entre as formas de exclusão que resultam do projeto de desenvolvimento destacam-se] a exclusão dos conhecimentos, vozes e preocupações daqueles que, paradoxalmente, deveriam se beneficiar do desenvolvimento: os pobres da Ásia, África e América Latina.

Para estes críticos, a questão reside, por um lado, na constatação da qualidade “ocidental” do discurso histórico do desenvolvimento, que revela seu caráter exógeno em relação às sociedades nas quais se aplicou, e potencialmente distante das necessidades reais destas. Ao mesmo tempo, o autor e os críticos por ele mencionados reconhecem que o discurso se apresentou de tal maneira que se transformou em poderosa força social.

As considerações do economista colombiano Arturo Escobar (2005) são ricas para demonstrar algumas conclusões que queremos alcançar neste trabalho. O primeiro aspecto que nos interessa é o caráter exógeno do desenvolvimento, denunciado pelo trabalho do colombiano.

Sua crítica afirma que os mecanismos do “desenvolvimento” não devem ser considerados superiores aos mecanismos autônomos produzidos no interior das sociedades do Terceiro Mundo. Não se trata, necessariamente, de um “avanço” ou de uma “evolução”, podendo ser justamente o oposto.

O segundo aspecto que observamos é a forma como esta postura crítica, que o autor chama de “pós-estruturalista”, demonstra o caráter ambíguo do discurso do desenvolvimento. De fato, reside sobre esta palavra, no uso em questão, um duplo significado.

Por um lado, representa um mecanismo de adesão das sociedades do Terceiro Mundo à modernidade e ao capitalismo e, em última análise, em um forte mecanismo de opressão e exclusão das necessidades reais destas sociedades, em um processo de “inclusão excludente”.

Por outro lado, a força social que o mecanismo do “desenvolvimento” adquiriu parece revelar que ele não foi totalmente compreendido pelas sociedades do Terceiro Mundo. Denuncia-se a distorção daqueles que veem o desenvolvimento como um modelo hierarquicamente superior aos anteriores, e o caráter submisso desta percepção, dado que o desenvolvimento é apenas uma imposição externa.

Ainda, a força social que o discurso do desenvolvimento ganha parece demonstrar que as sociedades do Terceiro Mundo aderem ao desenvolvimento por razões distintas daquelas que se encontram nas raízes de sua formulação. “Desenvolvimento” seria um rótulo otimista e legitimador para o processo de implantação do capitalismo e da submissão no Terceiro Mundo.

Desta forma, Arturo Escobar (2005) e os demais críticos colocam-se na tarefa de “desvendar” o desenvolvimento, revelando seu caráter verdadeiramente opressor e, talvez assim, esclarecendo ao Terceiro Mundo as razões pelas quais deveriam rejeitar este discurso.

Merece atenção o duplo significado presente no uso da palavra desenvolvimento. Na verdade, esta é uma palavra com múltiplos significados, qualidade que chamamos de polissemia, que contribui, assim, para seu caráter hegemônico, pois, em diversos outros usos desta palavra, frequentemente é se tem com um significado positivo sobre uma dada realidade.

No mesmo sentido, outras palavras trazem o sentido de que a falta de desenvolvimento é um problema, por exemplo, o uso da palavra “subdesenvolvimento” (FURTADO, 1986, p. 141 e ss.), que faz referência aos graves problemas sociais e à desigualdade entre sociedades. Se o problema é o subdesenvolvimento, a solução parece ser o desenvolvimento.

Por sinal, é no contexto dos estudos sobre o subdesenvolvimento no Terceiro Mundo que surgem pensadores que questionam o uso deste discurso.

Por este caminho, percorreram estudiosos que buscam construir respostas para o diagnóstico do subdesenvolvimento a partir de um olhar crítico frente ao desenvolvimento. Eles sugerem a necessidade de cogitarmos uma alternativa “além” dos padrões. Assim, este pensamento reivindica um caminho de superação chamado “pós-desenvolvimento” (ESCOBAR, 2005; BUSTELO; 2003).

De fato, o desenvolvimento encontra forte hegemonia no discurso oficial do Estado brasileiro. Como exemplo ilustrativo desta situação, realizamos o exercício de identificar, em todos os governos estaduais do Brasil, se existem e quantas são as secretarias estaduais que utilizam a palavra “desenvolvimento”. Identificamos o seu uso em todos os governos dos estados brasileiros, e em vários estados a palavra aparece no título de mais de uma secretaria (APÊNDICE A).

Este uso da palavra muitas vezes é acompanhado de outros adjetivos, como “desenvolvimento econômico”, “desenvolvimento social”, “desenvolvimento da ciência” e “desenvolvimento sustentável”, entre outros usos que sugerem mais de um entendimento sobre o significado da palavra.

Ao longo de décadas de utilização, a palavra “desenvolvimento” foi sendo aplicada e questionada, e desta dialética surgem novos entendimentos acerca do desenvolvimento. Por exemplo, a partir de algumas noções e práticas de “desenvolvimento econômico” é elaborada uma crítica que denuncia o excesso de acumulação de capital sem a devida contrapartida na distribuição da riqueza na sociedade. (FURTADO, 1986, p. 131)

Desta crítica, o “social” surge como adjetivo de uma visão de desenvolvimento que não deve limitar-se aos efeitos econômicos. Em outras palavras, desenvolvimento não deve ser apenas crescimento econômico, mas melhoria da qualidade de vida e dos indicadores sociais. Com este ponto de vista, Celso Furtado tornou-se o primeiro superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pelo governo brasileiro em 1959.

Na sequência, o desenvolvimento foi objeto da visão ambiental. Segundo a análise crítica que sucedeu a incorporação do adjetivo social, os indicadores econômicos e sociais não refletiam os impactos que o desenvolvimento estava impondo ao meio físico, causando graves danos que poderiam significar a total insuficiência dos recursos naturais em longo prazo.

Esta visão marcou o pensamento sobre o desenvolvimento, e exigiu atenção para que seus efeitos pudessem ser justos socialmente não apenas com geração do presente, mas também com as futuras gerações.

Em 1987, a comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou um relatório intitulado “Nosso Futuro Comum” – correntemente chamado de “Relatório Brundtland”, em referência à chefe da comissão, Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Este relatório inaugurou o uso atual do conceito de “desenvolvimento sustentável”, significando a atenção aos efeitos econômicos, sociais e ambientais.

Por estas vias, a meta do “desenvolvimento” foi se tornando amplamente difundida, muito embora coexistam compreensões distintas de desenvolvimento. Isto é, nem toda a aplicação da palavra desenvolvimento assume a versão elaborada pelo relatório da ONU. Em vários casos, podemos encontrar o “desenvolvimento” sendo utilizado como ferramenta para legitimar o simples crescimento econômico e acumulação da riqueza.

Sobre esta questão, Marcelo Lopes de Souza (2010, P. 60) diz:

As discussões sobre “desenvolvimento” têm se apresentado como extremamente viciadas: vícios como *economicismo*, *etnocentrismo*, *teleologismo* (etapismo, historicismo) e *conservadorismo* têm flagelado, em combinações e com pesos variáveis, quase toda a literatura teórica sobre o tema, que despontou após a Segunda Guerra Mundial. O usual, no tocante ao assunto, é ainda tomar “desenvolvimento” como sinônimo de *desenvolvimento econômico*, e mesmo a maioria das tentativas de amenizar o economicismo (inclusive da parte de um ou outro economista) não consegue ultrapassar o seguinte ponto: no limite, a *modernização* da sociedade, em sentido capitalista e ocidental, é o que se entende por desenvolvimento.. Considerações sobre problemas ecológicos e sociais, via de regra, não têm servido para outra coisa que meramente relativizar ou suavizar o primado da ideologia modernizadora capitalista, sem destroná-la e mesmo sem tentar questioná-la radicalmente.

Para este autor, o desenvolvimento é “entendido como uma *mudança social positiva*” (ibidem, p. 60), e aquilo que seja executado sob o nome de “desenvolvimento”, mas que não seja para melhor, ou seja, que tenha efeitos colaterais negativos, não merece ser chamado desenvolvimento. A nós parece que este é, de fato, o grande desafio que reside sobre o tema. De um lado, a ampla legitimação que o “desenvolvimento” confere aos projetos resulta de que, para todos, esta palavra deve significar uma mudança para melhor. SOUZA (2010), no entanto, afirma que praticamente não têm sido aplicados projetos de desenvolvimento “para melhor”.

BERMAN (1986, p. 28 e ss.) nos oferece uma leitura crítica do desenvolvimento e da modernidade, fazendo uma poética analogia entre o Fausto de Goethe e os mais profundos sentimentos do homem moderno:

Se tentarmos situar o tipo particular de ambiente moderno criado por Fausto, ficaremos perplexos, ao menos de início. A analogia mais imediata parece ser com o extraordinário impulso de expansão industrial vivido pela Inglaterra a partir de 1760. Luckács faz essa conexão e afirma que o último ato do *Fausto* é a tragédia do “desenvolvimento capitalista” em sua primeira fase industrial. (...) se prestarmos atenção ao texto, veremos que os motivos e objetivos de Fausto são claramente não-capitalistas. O Mefisto goethiano, com seu oportunismo, sua exaltação do egoísmo e infinita falta de escrúpulos, ajusta-se com perfeição a certo tipo de empresário capitalista; mas o Fausto goethiano está muito longe disso. Mefisto com frequência assinala as oportunidades de fazer dinheiro, nos esquemas de desenvolvimento de Fausto; todavia Fausto, por si, é indiferente a isso. (...) Na visão de Goethe, o mais fundo horror do desenvolvimento fáustico decorre de seus objetivos mais elevados e de suas conquistas mais autênticas. (BERMAN, 1986, p. 71)

Com efeito, a palavra desenvolvimento tornou-se de uso corrente em escala internacional, oferecendo aos governos nacionais de todo o mundo, em especial no Terceiro Mundo, ferramentas de gestão que lhes permitem dialogar com organismos multilaterais, entre eles a própria ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os organismos envolvidos com a disseminação do desenvolvimento cuidaram de elaborar ferramentas que permitissem a comparação entre os países e a identificação dos diferentes estágios de aplicação do desenvolvimento.

Assim, encontramos os “indicadores de desenvolvimento”, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), organizado pela ONU e cuja forma atual resulta do trabalho dos economistas indianos Sudhir Anand e Amartya Sen. O IDH é um dentre os diversos “indicadores” criados para permitir a comparação entre países.

Os indicadores são medidas estatísticas, desenvolvidas a partir de fórmulas que procuram traduzir em um número uma determinada realidade social. Desta forma, a partir da transformação de dados sociais em números, é possível a comparabilidade entre realidades sociais distintas.

Além disso, existe uma máxima da administração que diz: “aquilo que não se pode medir não pode ser administrado” (ARNDT, OMAN, 2006, p. 89, tradução nossa). A partir deste raciocínio, muitos esforços são dedicados a converter realidades complexas em dados mensuráveis, no intuito de permitir que estas realidades – nas empresas, na economia, nas sociedades – possam ser realmente administradas.

Os defensores do uso de indicadores afirmam que a partir deles é possível traduzir uma realidade, incluindo suas diversas dimensões (econômica, social, política,

ambiental, etc), em números (ARNDT, C., OMAN, C, 2006). Existem inúmeros indicadores criados para diversas finalidades, entre os indicadores das realidades sociais destaca-se o IDH.

Periodicamente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), integrante da ONU, elabora e publica seu “Relatório sobre o Desenvolvimento Humano”, onde atualiza os valores do índice de desenvolvimento humano nos diversos países. O índice de desenvolvimento humano é um número que resulta da aplicação de uma fórmula, cujos componentes são a longevidade (medida pela expectativa de vida ao nascer), a educação (medida em anos de escolaridade) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que são associados conforme a metodologia elaborada por Anand & Sen e resultam em um número que varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) e 1 (máximo desenvolvimento humano).

No momento da conclusão do presente trabalho, o relatório mais atual disponível tinha sido publicado em 2 de novembro de 2011 (UNDP, 2011). Segundo este relatório, o Brasil encontra-se na posição nº 84, entre 187 países, com o IDH de 0,718, considerado “alto” pela classificação. No portal da ONU encontramos a imagem do mapa-múndi com os países representados com cores conforme os seus IDHs (Figura 1).

Classificando os países, conforme o IDH, em 4 partes iguais, temos 4 grupos de países, com IDH “muito alto”, “alto”, “médio” e “baixo”, cada um com 47 países. Os países com IDH “muito alto” têm índice entre 0,943, da Noruega, e 0,793, de Barbados. Os países com IDH “alto” têm índice entre 0,783, do Uruguai, e 0,698, da Tunísia. Os países com IDH “médio” têm índice entre 0,698, da Jordânia, e 0,522 do Butão. Por fim, os países com IDH “baixo” têm índice entre 0,510, de Ilhas Salomão, e 0,286, da República Democrática do Congo.

A projeção do IDH sobre os países do mundo revela grandes diferenças (ver Figura 1). No *ranking* do IDH, encontramos países com índices muito próximo do valor máximo, 1, mas também países que, tragicamente, estão muito próximos ao limite mínimo. Podemos notar que nenhum dos países da África encontra-se na classificação de IDH “muito alto” e a maior parte do continente africano encontra-se entre os países classificados com o IDH “baixo”.

Se considerarmos a crítica dirigida ao conceito de desenvolvimento, exposta no início, segundo a qual este conceito representaria um mecanismo de subordinação de países do Terceiro Mundo aos valores ocidentais, nós poderíamos ver com muitas reservas os indicadores de desenvolvimento, como o IDH. Sob este ponto de vista, o

índice poderia representar, por exemplo, uma adesão maior ou menor aos valores ocidentais, ou uma submissão aos padrões exógenos impostos por organismos como o Banco Mundial ou FMI.

No entanto, observamos que o IDH pode revelar uma visão global sobre as condições de vida nos diversos países do mundo, indicando graves desigualdades existentes, o que pode subsidiar críticas às políticas existentes e orientar a realização de melhores políticas para a qualidade de vida nestas sociedades.

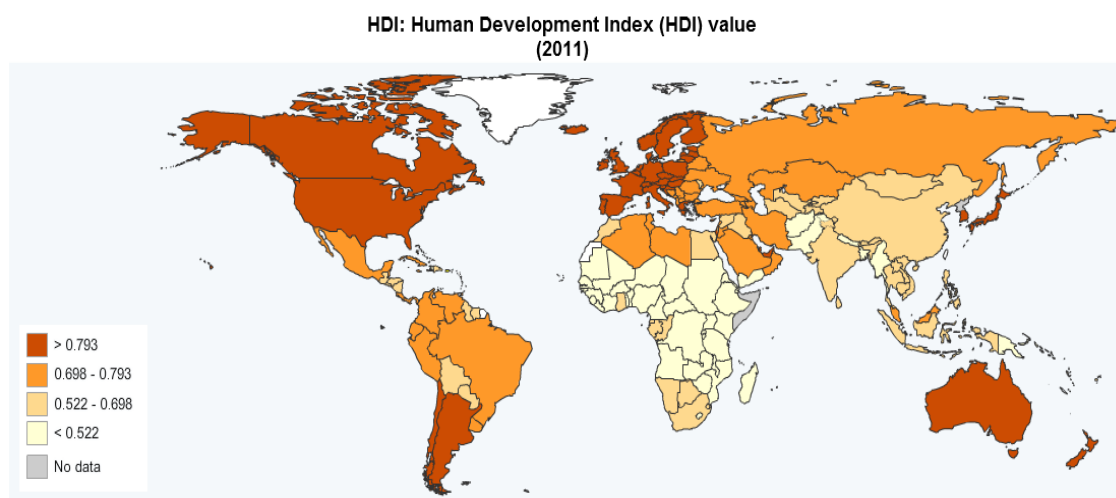


Figura 1. IDH no mundo

Fonte: PNUD. *Human Development Report*, 2011. <http://hdr.undp.org/en/data/map/> acessado em 15 de janeiro de 2012.

A desigualdade entre os países não é capaz de indicar, simplesmente, que alguns países são mais “ocidentais” ou mais “capitalistas” do que outros, por terem indicadores mais próximos ao padrão ideal projetado pelos organismos multilaterais. Na verdade, é possível que a desigualdade seja elemento constitutivo deste modelo de dominação, sendo, em tese, impossível superar esta condição sem o enfrentamento do próprio modo de produção.

Como exemplo, observamos que a República Democrática do Congo, país com o menor IDH no *ranking* em questão, encontra-se em grave situação de instabilidade, dado o conflito armado no país. Esta situação, provavelmente, provoca os trágicos resultados nos indicadores sociais.

Um dos motivos do conflito é a disputa pelo mineral “columbo-tantalite” (coltan), muito utilizado pela indústria de alta tecnologia para a fabricação de celulares e

microcomputadores mais compactos, como observamos em notícias internacionais¹ e em um importante documento do Conselho de Segurança da ONU, intitulado: “Relatório Final do Painel de Especialistas sobre a Exploração Ilegal de Recursos Naturais e Outras Formas de Riqueza da República Democrática do Congo”, de 15 de outubro de 2003.

A relação existente entre os graves problemas sociais do Congo e a indústria de alta tecnologia motivou, por exemplo, o surgimento de uma campanha pela internet intitulada *No blood on my line*, ou, “Sem sangue na linha”, tradução livre, cujos organizadores defendiam práticas de consumo consciente para não adquirir celular que utilizem o coltan. Ainda, o documentário lançado em setembro de 2010, na Dinamarca, com o título *Blood in the mobile*², que denuncia esta mesma questão, sobre a República Democrática do Congo.

Esta relação demonstra como a desigualdade pode ser um elemento integrante do desenvolvimento, ou pelo menos de um tipo de desenvolvimento, afinal, o conflito na República Democrática do Congo resulta, em parte, dos avanços tecnológicos (desenvolvimento científico) que transformaram o minério coltan, abundante no território, em uma riqueza importante no mercado internacional, especialmente a partir do ano 2000 (CONSELHO DE SEGURANÇA, 2003).

Assim, este parece ser um caso típico de disputa pela riqueza a qualquer custo, avaliada como resultante de uma visão de desenvolvimento excessivamente econômica, ou até tecnológica, que suprime as variáveis sociais e ambientais. Permanece a questão sobre a possibilidade de aplicar, em escala global, uma visão integral de desenvolvimento, conforme sugerido pelos conceitos de desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento humano, eliminando definitivamente estas “ilhas de barbárie”, como a República Democrática do Congo, com o pior IDH do mundo.

Para Trotsky (1967, p.25), é importante observar a relação entre o modelo capitalista de desenvolvimento e a desigualdade entre os países, que é denominada de “lei do desenvolvimento desigual e combinado”:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa

¹<http://www.globalissues.org/article/87/the-democratic-republic-of-congo>,
<http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-11108589>,

² <http://bloodinthemobile.org/>

aproximação das diferentes etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.

Desta forma, a mobilização de esforços para o aperfeiçoamento dos indicadores de desenvolvimento humano, entre outros, que possibilitem que os avanços dos modos de produção na sociedade resultem em resultados elevados sobre as questões sociais, humanas e ambientais pode ser apenas uma confirmação da ingênua motivação fáustica, sugerida na analogia de BERMAN (1986, p. 71).

Seria uma motivação ingênua, cujo efeito é a contribuição para a difusão em mais larga escala e a manutenção do conceito de desenvolvimento. Assim, explica ESCOBAR (2005, p. 19), a instrumentalização do desenvolvimento se aperfeiçoa por diversos mecanismos, como:

i) a profissionalização dos problemas do desenvolvimento, no qual se inclui o surgimento de conhecimentos especializados assim como campos para lidar com todos os aspectos do subdesenvolvimento (incluindo o campo em si de estudos do desenvolvimento); ii) a institucionalização do desenvolvimento, a vasta rede de organizações acima mencionadas. Estes processos facilitaram a vinculação sistemática de conhecimento e prática por meio de projetos e intervenções particulares. Desde esta perspectiva, as estratégias como o “desenvolvimento rural”, por exemplo, poderiam ver-se como um mecanismo sistemático para vincular conhecimentos avançados sobre agricultura, alimentos, etc. com intervenções particulares (extensão rural, crédito, infraestrutura, etc.) de forma que – ainda quando aparentem ser “a forma natural de fazer as coisas” – resultaram em uma transformação profunda do campo e das sociedades camponesas de muitas partes do Terceiro Mundo, de acordo com as diretrizes e conceitos capitalistas sobre a terra, a agricultura, a criação de animais, etc.. (tradução livre)

Ou seja, a ampla estrutura institucional que sustenta os estudos e o aperfeiçoamento dos conceitos de desenvolvimento é fundamental para garantir sua disseminação, que não ocorreria apenas pela dimensão da motivação da sociedade. Assim sendo, por diversas vias as organizações que financiam o desenvolvimento inserem nas suas políticas os conceitos que a elas interessam.

Os organismos multilaterais dedicam-se intensamente a elaborar indicadores, que hoje são incontáveis e aplicados às mais variadas finalidades. Tratam-se de tentativas de formular medidas que permitam converter uma realidade subjetiva, incomensurável, em um número que permita a comparabilidade entre coisas, sociedades e pessoas.

Como já dissemos, os governos aderem aos indicadores também como mecanismo para “dialogar” com os organismos multilaterais, que condicionam o apoio aos países à adoção dos indicadores.

Deste modo, de um lado nos vemos diante da tragédia fáustica da impossibilidade de administrar o capitalismo em harmonia com valores não-capitalistas,

tal como se sugere na hipótese do capitalismo com “desenvolvimento humano”, por exemplo, ou na relação de Fausto e Mefisto; de outro lado, encontramos a visão de ESCOBAR (2005) que denuncia o caráter político e parcial do projeto de desenvolvimento, em contradição com o consenso geral que o legitima.

Neste sentido, também afirma BERMAN (1986, p. 83):

Isso significa que, enquanto as negociações fáusticas se realizam – ou não se realizam –, nós temos não apenas o direito, mas a obrigação de nos envolvermos na transação. Não podemos transferir a responsabilidade pelo desenvolvimento a nenhum clube de *experts* (...).

A dúvida reside sobre a autoria do projeto de desenvolvimento. Questiona-se se os objetivos, os indicadores, os parâmetros de avaliação vem “de fora” ou “de dentro”, e o que legitima uma visão de fora em detrimento de uma visão de dentro. Isto é, os organismos multilaterais, detentores de poder político e econômico para estabilizar ou criar conflitos internacionais, sugerem aos países que sigam suas receitas em troca de “benefícios para toda a sociedade”, sob a alegação de que possuem uma visão superior. Encontramos aí uma confusão entre “visão exterior” e “visão superior”.

Deste cenário a respeito do desenvolvimento, encontramos, em síntese, duas posições radicalmente críticas: ESCOBAR (2005), defensor do pós-desenvolvimento, e SOUZA (2010), defensor do desenvolvimento, mas refratário a prática capitalista do desenvolvimento que se opõe aos processos autônomos. Desta forma, para ele, a maior parte daquilo que frequentemente se chama desenvolvimento, não o seria de fato.

Nos debruçamos sobre o tema do “desenvolvimento urbano”, tendo em mente todo este movimento geral em torno do conceito histórico de desenvolvimento, do qual o urbano é uma parte da dimensão geográfica. Para Marcelo Lopes de Souza (2010, p. 73), o planejamento e gestão urbanos são estratégias gerais resultantes dos objetivos de desenvolvimento urbano:

(...) se a finalidade última do planejamento e da gestão [urbanos] é a superação de problemas, especialmente fatores de injustiça social, e a melhoria da qualidade de vida, ambos deveriam ser vistos como pertencendo ao amplo domínio das estratégias de desenvolvimento, ao lado das estratégias de desenvolvimento regional, nacional, etc. Planejamento e gestão urbanos, vistos por essa ótica de ciência social, nada mais são que estratégias de desenvolvimento urbano, alimentadas por pesquisa social básica, tanto teórica quanto empírica (ou seja, diagnósticos). Notadamente a partir de uma perspectiva científica do planejamento e da gestão urbanos, discussões conceituais e teóricas que têm sido travadas no âmbito da teorização sobre o desenvolvimento são fundamentais.

Dada esta relação, de fato encontramos, na bibliografia, a ocorrência conjunta dos conceitos de planejamento e desenvolvimento urbanos. Algumas vezes, desenvolvimento é considerado sinônimo de planejamento, e vice-versa, muito embora

em diversos casos, o planejamento e desenvolvimento urbano não se realizem na forma proposta por SOUZA (2010), isto é, para a melhoria da qualidade de vida.

Segundo SOUZA (2010, p. 26) a experiência prática da utilização do planejamento, por diversos governos conservadores a serviço dos interesses capitalistas, que não deram a devida atenção às necessidades sociais, fez com que o planejamento fosse visto de forma crítica, especialmente por autores marxistas que denunciavam seu caráter de classe.

Buscamos a visão da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) sobre o tema do desenvolvimento e planejamento urbano. Em 1975, a Fundação Milton Campos, vinculada ao partido ARENA à época³, organizou um “Simpósio sobre Política Urbana”, entre os dias 26 e 28 de novembro, intitulado “O Homem e a Cidade”. Uma série de políticos e técnicos vinculados à ditadura participam dos debates que formulam diretrizes para a política do governo. Como resultado, publicam os Anais do Simpósio, em dois volumes.

No painel sobre “desenvolvimento social e urbano”, o então Ministro da Previdência Social, Luiz Gonzaga do Nascimento e Silva, fala sobre os efeitos geográficos do desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos (SIMPÓSIO ..., 1975, v. II, p. 169):

Assim, a história dos países desenvolvidos revela que a urbanização se processou neles concomitantemente com o desenvolvimento econômico e que, na medida em que se elevava sua renda *per capita*, ia também baixando o percentual da população dedicada à produção de bens agrícolas. Em contraposição, a agricultura nos países subdesenvolvidos continua, tecnologicamente, atrasada, com baixos níveis de produtividade do trabalho e de rentabilidade do solo, uma vez que a penetração do capitalismo na economia rural, não chegou a produzir ali a revolução desejável. É que o elevado crescimento vegetativo da população rural aumenta a oferta de mão de obra, reduzindo seu preço e tornando desestimulante a adoção de técnicas mais avançadas. O desnível crescente do padrão da vida entre a cidade e o campo e o esvaziamento econômico no meio rural, reduzido cada vez mais a uma especialização e atividades primárias, provocam uma transferência às zonas urbanas da forma de trabalho tornada excedente, fenômeno que configura o que se costuma chamar êxodo rural (...)

³ A legislação brasileira sobre partidos políticos autoriza que os partidos mantenham fundações de estudos, pesquisa e formação política, para as quais são destinadas, de forma vinculante, parte dos recursos recebidos pelos partidos. Em 1975, a ARENA, partido ao qual se vinculavam os dirigentes do regime ditatorial, instituiu a Fundação Milton Campos. A restauração do multipartidarismo, a partir de 1979, provocou alterações na ARENA, que foi rebatizada de Partido Democrático Social (PDS), depois da redemocratização, o PDS funde-se com outros partidos, passa por mudanças no nome, e atualmente configura-se no Partido Progressista (PP), ao qual se encontra vinculada a Fundação Milton Campos. Sobre o PP: <http://www.pp.org.br/textos/453/27432/NossaHistoria/?sIT=119032>, sobre a Fundação Milton Campos: <http://www.miltoncampos.org.br/>, páginas acessadas em 10/01/2012.

No mesmo painel, o Professor Marcos Vinícios Vilaça e o Deputado Geraldo Bulhões reiteravam as preocupações com a questão demográfica, do crescimento relativo da população urbana em relação à população rural.

Do painel sobre a política de habitação, participou o Arquiteto Jorge Wilhelm, então Secretário Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (Governo Paulo Egydio Martins), que disse:

Nenhum país do mundo, nem os mais desenvolvidos, nem aqueles que têm programas mais avançados de repartição de renda – nem os Estados Unidos, nem a Suécia, nem a Alemanha nem a União Soviética – conseguem dar propriedade de habitação às faixas de renda mais baixas. O que estes países conseguem fazer, na melhor das hipóteses, é garantir-lhes a moradia, mesmo quando isso não significa a propriedade da habitação. Por mais que nos esforcemos em encontrar truques, formas engenhosas que nos permitam passar a propriedade a quem não tem condições de adquiri-la, no regime econômico em que vivemos, (...) deve ser colocado esse aspecto. A população de faixa de renda correspondente a um, dois e até três salários mínimos dificilmente poderá ter a propriedade da sua habitação através da aquisição de um imóvel que lhe é oferecido. (SIMPÓSIO..., 1975, vol. II, p. 63).

Pouco tempo antes, o Ernesto Geisel havia lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), por meio da Lei nº 6.151 de 4 de dezembro de 1974. O texto do Plano, anexo à lei, traz no capítulo IX o título *Desenvolvimento Urbano: controle da poluição e preservação do meio-ambiente*.

O capítulo, assim como os demais, trazia uma síntese de diagnóstico e um conjunto de ações a serem tomadas. Quanto à síntese de diagnóstico, contida no capítulo, encontramos as constatações a respeito do problema demográfico do crescimento urbano acelerado e a excessiva concentração da população nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro.

Alguns anos antes, a ditadura havia determinado a criação jurídica das regiões metropolitanas no Brasil, a partir da Lei Complementar nº 14, de 08 de junho de 1973. Naquele momento foram criadas as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Além destas, a região metropolitana do Rio de Janeiro foi criada pela Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974.

A ditadura defendia a necessidade de descentralizar a economia, que estava excessivamente concentrada nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, o que causava não apenas os problemas sociais mencionados, mas representava um obstáculo ao crescimento econômico brasileiro. Por esta razão, as novas regiões metropolitanas

agregavam *status* a centros urbanos de menor importância, que poderiam receber investimentos.

A solução parecia mais viável do que a sugestão do Deputado alagoano Geraldo Bulhões, que simplesmente defendia a proibição da migração de pessoas para São Paulo e Rio de Janeiro (SIMPÓSIO..., 1975, p. 176). Deste modo, o II PND orientava algumas ações, como: a implantação das regiões metropolitanas, organização das funções a serem desempenhadas pelas regiões metropolitanas, definir polos principais e polos secundários (hierarquização dos centros urbanos)

Por fim, o II PND determinava estratégias regionais, que consistiam, em todos os casos, em investimentos para o planejamento e a disciplina do uso do solo nos espaços urbanos, além de outras ações. Para isso, os governos teriam como órgão auxiliar a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR), que coordenaria os investimentos.

Além disso, a estratégia de interiorização dos investimentos incluía a constituição de eixos viários de penetração no interior do país (Figura 2).

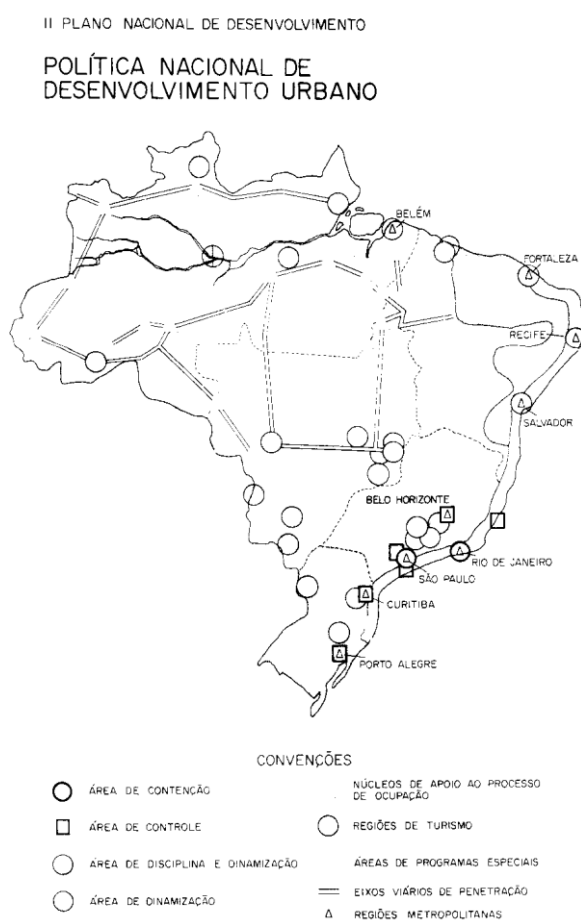


Figura 2. Mapa do II PND

Fonte: BRASIL, II PND, 1974, p. 72

Com a crise, elementos de corrupção e relações entre a ditadura e setores empresariais vieram à tona. Por esta razão, setores alinhados à esquerda, no campo da oposição destes governos, denunciaram o planejamento como um engodo a serviço dos interesses capitalistas. Foi especialmente em oposição à ditadura militar que este discurso se desenvolveu em sua forma mais radical.

Depois da ditadura, o discurso do planejamento incorporou métodos de diálogo com os setores da sociedade. Trata-se do planejamento com “participação popular”, tido por vários autores como responsável por mudanças estruturais na forma de planejar as cidades.

SOUZA (2006, p. 9), no entanto, tece algumas críticas à forma como esta posição se realiza na prática. Para ele, mesmo com formalidades democráticas, surgem os mesmos engodos que eram denunciados quando o planejamento se fazia pelas vias autoritárias. Como alternativa, defende um planejamento pautado na ideia de autonomia.

VILLAÇA (2005) apresenta sua visão sobre as ilusões do Plano Diretor, enumerando algumas razões pelas quais ele crê que o Plano Diretor é apenas um discurso criador de legitimidade, mas que a prática do planejamento não tem relação necessária com o que está contido no plano diretor.

Ao enumerar os discursos do planejamento, contidos nos meios de comunicação, e os resultados práticos na cidade, o autor percebe que as promessas são divulgadas de formas muito distintas dos conteúdos realmente promovidos. Diz o autor:

A fé no poder miraculoso dos planos tem sua origem no discurso competente e na tecnocracia que se alojou na esfera da administração municipal brasileira, mais que em qualquer outra esfera de governo. (ibidem, p. 21)

Assim, VILLAÇA (ibidem) relativiza a importância dos planos por questionar também a tecnocracia contida no planejamento, ou seja, projetar a cidade não é uma questão apenas técnica, mas política.

A respeito dos aspectos técnicos, buscamos identificar as vias pelas quais se realizou o planejamento urbano, especialmente no Brasil. Maria Cristina da Silva Leme (1999, p. 21) afirma que a formação do urbanismo nas cidades brasileiras pode ser dividida em algumas fases:

a) entre 1895 a 1930, período em que o urbanismo concentrava-se em realizar melhoramentos em partes da cidade. Os engenheiros eram protagonistas deste momento, e dedicavam-se a obras de infraestrutura das cidades. “Pressionados pelas

epidemias que estavam assolando as cidades, a questão do saneamento era central” (ibidem, p. 22).

Francisco Saturnino de Brito destaca-se neste período pela elaboração de planos de saneamento, com destaque para os planos de Santos, Vitória e Recife. VILLAÇA (2010, p. 179) chama este período de “urbanismo sanitaria”.

b) entre 1930 e 1950, têm início o período dos “planos que têm por objeto o conjunto da área urbana” (LEME, 1999, p. 25), dado que procuravam intervir sobre a cidade como um todo, propondo a articulação entre as partes da cidade. O plano diretor do arquiteto francês Alfred Agache, para o Rio de Janeiro, é, formalmente, o primeiro plano para cidades que utiliza a denominação de “plano diretor” no Brasil (VILLAÇA, 2010, p. 188).

Para LEME (1999, p. 26), é neste período que o zoneamento se torna um instrumento de planejamento mais reconhecido, embora VILLAÇA (2010, p. 177-178) afirme que o zoneamento é praticado desde o século XIX. Mas também, a partir de 1930, multiplicam-se os planos de avenidas, com inspiração no plano paulista de Francisco Prestes Maia.

c) entre 1950 e 1964, para LEME (1999, p. 31) configura um terceiro período. Ela destaca a inserção da pesquisa social como parte integrante do diagnóstico do planejamento urbano, a interdisciplinaridade passa a se realizar.

O planejamento enfrenta, a partir daí, as diversas escalas envolvidas no espaço urbano, considerando também os aspectos regionais. Trata-se da revelação das potencialidades de uma pesquisa integrada (ibidem, p. 34).

VILLAÇA (2010, p. 204), no entanto, ainda vê a predominância do urbanismo e do plano diretor até 1965, sugerindo que a transição para os planos integrados só acontecerá no momento posterior.

d) entre 1965 e 1971, para Flávio Villaça (ibidem) é o período dos *superplanos*, nome pelo qual ele denomina os planos que propõem um “planejamento integrado”. Segundo esta visão, “a cidade não poderia ser encarada apenas em seus aspectos físicos. (...) A cidade (...) é também um organismo econômico e social, gerido por um aparato político-institucional” (VILLAÇA, 2010, p. 211-212).

Segundo este autor, a partir da década de 1930, com os planos de Agache, passa a ficar claro o descolamento dos planos em relação à realidade das massas populares. “Esse descolamento, centrado nas ideias de globalidade, de sofisticação técnica e de

interdisciplinaridade do planejamento atingirá o apogeu tecnocrático com os ‘superplanos’” (ibidem, p. 212).

e) entre 1971 e 1992, há um período denominado por VILLAÇA (idem, p. 219) de “O plano sem mapa”, cujo marco é o “Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de São Paulo” (PDDI). Para o autor, o nome complicado representa o auge dos malabarismos discursivos que percorreram a história do planejamento urbano.

O descolamento da realidade se realiza por meio da complexificação do discurso, tornando difícil o entendimento, e fazendo do plano uma proposta abstrata. Segundo VILLAÇA (ibidem, p. 220):

A maioria de seus 57 artigos não teve utilidade, embora a ideologia do planejamento queira fazer crer que ele teria sido importante para o zoneamento global da cidade de São Paulo, aprovado no ano seguinte. O zoneamento, como dissemos, tem sua própria história, e o de São Paulo vinha-se desenvolvendo havia décadas; o PDDI em nada interferiu nessa história (...). Há no plano menção a apenas um mapa: no final do item *j* do parágrafo único do art. 17. Este mapa nunca foi divulgado.

f) De 1990 em diante, encontramos o período atual do planejamento urbano no Brasil. Após as determinações da constituição de 1988, as cidades voltaram à elaboração dos planos diretores, com críticas ao plano tradicional, aos superplanos e aos diagnósticos tecnocráticos.

Segundo VILLAÇA (idem, p. 234-236), “a década de 1990 (...) marca o início do (...) processo de politização [do planejamento urbano brasileiro], fruto do avanço da consciência e organização populares.”

Com isto, observa-se que, apesar da expressão politizada do planejamento urbano ter se exacerbado a partir dos anos 1990, durante todos os demais períodos anteriores ou fases houve a combinação da técnica e da política em suas formas próprias.

Estas fases se revelam conectadas aos movimentos do pensamento internacional sobre a cidade, não sendo, portanto, produzidas exclusivamente em âmbito nacional, demonstrando a existência de influências de dentro e de fora.

Sobre as teorias da cidade, Barbara Freitag (2008) expõe uma seleção de “escolas” que discutiram o fenômeno urbano em escala internacional. Para ela, o fenômeno urbano pode remontar a milênios, se tomássemos como exemplo as cidades da Mesopotâmia (ibidem, p. 10). Sua opção de estudo, no entanto, tem foco nos pensadores do período moderno, a partir do século XVI, se considerarmos a referência de Thomas Morus (ibidem, p. 76), da escola inglesa.

Os demais autores apresentados por Barbara Freitag situam-se a partir do século XIX, como o exemplo do Barão de Haussmann (FREITAG, p. 56). Haussmann se torna um marco para o processo de modernização das cidades, a partir de sua experiência no planejamento de Paris.

Entre as realizações de seu planejamento estão a abertura de avenidas e a higienização da cidade. Facilitar a locomoção pela cidade cumpria diversos papéis, entre eles a eliminação das condições da geografia da cidade que anteriormente permitiram as manifestações de revoltosos. O êxito da revolução francesa se deveu, entre diversos outros fatores, à capacidade dos revoltosos em montar barricadas na cidade. Ruas largas dificultam barricadas e diminuem a escala das manifestações de rua. Explica a autora:

As reformas tinham, portanto, razões claramente políticas: apaziguar Paris, combatendo os revoltosos e glorificando o novo imperador [, Napoleão III]. Falou-se na época em “embelezamento estratégico”, mas as reformas de Haussmann também pretendiam realizar o projeto “urbanístico” do imperador, ou seja, concretizar obras de infraestrutura de base (esgoto, água, gás, luz), facilitando a locomoção pela cidade, sua higienização, seu arejamento, sua modernização. (ibidem, p. 57)

O período das intervenções de Haussmann em Paris se realiza a partir de 1853. Surge, desta experiência, um neologismo, a “hausmanização”, para designar as transformações intensas sobre as cidades, com derrubadas de prédios para abertura de vias e todo o conjunto de intervenções que represente a higienização do espaço urbano. Especialmente no Terceiro Mundo, o modelo de Haussmann tem conotação de repressão política, dada a sua instrumentalização para os modelos de “higienização social”, como explica DAVIS (2006, p. 103), no capítulo “Haussmann nos trópicos”.

Como vimos, no Brasil o urbanismo teve início em um período posterior ao vivenciado por Paris, e a própria lógica da abertura de grandes avenidas só se torna uma tônica a partir dos anos 1930. Há, neste sentido, uma diferença de ritmos, provavelmente em razão de que a realidade urbana brasileira só ganha a mesma escala décadas depois da realidade francesa.

Em certo sentido, podemos dizer que, em alguns períodos, o pensamento que se aplicou aqui foi elaborado antes fora daqui. É uma influência externa, reciclada para nossa realidade local, inclusive depois de ser considerada obsoleta no exterior.

Howard é outro dentre os pensadores da cidade estudados por FREITAG (2008, p. 78). Criador do modelo de cidade-jardim, Howard publicou suas ideias a partir de 1898. Como síntese, sua proposta tinha por objetivo constituir uma cidade com

equilíbrio ecológico, revelando-se, segundo Barbara Freitag (2008), um pioneiro da ecologia urbana. Seu modelo defendia os seguintes elementos:

moradia individual; articulação entre a cidade e a natureza; comunidades de tamanho médio, para 30 mil pessoas; trabalho, cultura, lazer refletindo-se no modelo urbano; garantia de higiene e saneamento básico.

Na escola americana de urbanismo, Barbara Freitag (2008, p. 106) identifica, entre outras, a “escola de Chicago”. Entre as diversas contribuições dos pensadores deste grupo, está a noção de que a cidade deve ser abordada “com base em uma *ecologia social*.”:

As cidades podem ser concebidas como plantas que crescem e se expandem, definham e morrem. Trata-se de “seres orgânicos”, que têm juventude, maturidade e velhice. Podem renascer, estabilizar-se e morrer.

Lewis Mumford é outra referência que se tornará mundialmente conhecida. Seu principal empenho é no olhar para o passado das cidades, a fim de identificar a “forma original de protocidade, de embrião do que viria a ser a cidade moderna” (FREITAG, 2008, p. 110). Para ele, o núcleo seminal das cidades é o cemitério, pois seria o pretexto dos encontros e reencontros, o elo que liga o período do nomadismo ao sedentarismo.

É importante observar que há uma diferença relevante de abordagem entre estes pensadores. Esta diferença é tal que, se não esclarecida, torna muito difícil a compreensão do conjunto. Podemos observar que alguns pensadores das escolas da cidade dedicam-se a analisar e explicar as cidades, enquanto outros propõem ações e propostas para as cidades. Há, portanto, uma distinção entre o pensamento analítico, da leitura da cidade, e o pensamento aplicado, das propostas para a cidade.

Seguramente, não é possível propor algo para a cidade sem compreendê-la, e, neste sentido, a percepção de que o núcleo da cidade é o cemitério, por exemplo, tem sua função. No entanto, não devemos confundir os dois movimentos (leitura e proposta) ao ponto de, a partir daí, sugerir que Mumford estivesse, por meio de sua análise, sustentando que o planejamento urbano deveria considerar a existência de um cemitério como organizador da cidade, por exemplo.

Esta situação fica mais evidente no estudo de Bárbara Freitag (2008, p. 125) sobre a recepção das teorias da cidade no Brasil. A autora dá bastante importância à recepção da teoria marxista entre os pensadores brasileiros. No entanto, a marca deste pensamento crítico sobre a geografia urbana, como em Milton Santos, é justamente a denúncia das injustiças históricas nas cidades.

Um dos clássicos do pensamento sobre as cidades é Jane Jacobs (1993). Em seu livro *Morte e vida das grandes cidades americanas*, a autora oferece uma leitura

detalhada sobre o fenômeno das cidades norte-americanas, considerando suas dimensões culturais, sociais, econômicas, ambientais e políticas. Podemos observar que a estrutura de seu livro segue o raciocínio de oferecer uma leitura sobre a cidade e oferecer uma proposta para a cidade, em momentos distintos. O sumário da autora é:

Parte 1 – A natureza peculiar das cidades

Parte 2 – As condições para a diversidade

Parte 3 – Forças de declínio e renegeração

Parte 4 – Diferentes táticas (JACOBS, 1993, p. 1, tradução nossa)

Assim, enquanto as três primeiras partes do livro são dedicadas a compreender a cidade, a quarta parte oferece algumas táticas de intervenção.

Todo este pensamento, como já observado, em sua maior parte ocorre, cronologicamente, antes nos pensadores estrangeiros, e depois na sua versão brasileira. Devemos considerar este aspecto distinguir aquilo que possa ser considerado “superior” e aquilo que seja simplesmente a importação de ideias externas.

CAPÍTULO 2. MODERNAS RELAÇÕES

Em Marshall Berman (1986, p. 20) encontramos o pensamento moderno marcado por elementos dialéticos. Para o autor, o dilema de Hamlet, *Ser ou não ser*, é oposição fundadora do período moderno. Para ele, esta oposição está também contida na frase de Marx e Engels, “*Tudo que é sólido se desmancha no ar*”, extraída do *Manifesto do Partido Comunista*, e que dá título ao livro de Berman.

A frase, que também opõe o concreto ao fluido, revela a dinâmica diluidora da modernidade. É parte de um raciocínio mais amplo no texto do *Manifesto* que aponta para o caráter criativo desta dinâmica diluidora, opondo assim destruição e criação em um mesmo movimento (BERMAN, 1986, p. 87)

O moderno também se opõe ao que é arcaico. Esta oposição, tal qual os demais elementos dialéticos contidos na leitura do pensamento moderno, deve ser entendida na sua dinâmica, que admite, portanto, a coexistência dos dois elementos da oposição, como já vimos no pensamento sobre o desenvolvimento desigual em Trtosky (1967, p. 25), citado no capítulo anterior desta dissertação.

Se uma das definições sobre o pensamento moderno é sua oposição e enfrentamento ao arcaico, é notável que estes dois polos – moderno e arcaico – também se nutram mutuamente. Vemos isto no olhar chocado de Euclides da Cunha (1929, 611, e ss.) diante da oposição entre as forças militares do governo – dito moderno e republicano – e os sertanejos de canudos – ditos arcaicos e monarquistas.

Os dois lados revelam aspectos simultaneamente modernos e arcaicos. Estes traços contraditórios surgem na narrativa de *Os Sertões* (CUNHA, 1929) no qual o autor expõe a dialética que se revelava na guerra de Canudos. Diz ele, na última frase do livro: “É que ainda não existe um Maudsley para as loucuras e os crimes da nacionalidades...” (CUNHA, 1929, 614).

Médico psiquiatra, Henry Maudlsey (1835-1918) foi citado ainda em outra passagem de *Os Sertões*, na qual Euclides da Cunha disserta sobre a linha ideal, que não se consegue traçar, entre o bom senso e a loucura, e como a consciência de Antônio Conselheiro parecia se situar neste ponto médio.

Expoentes do pensamento moderno, Maudsley (1871, 1874) e Euclides da Cunha (1929) têm posições radicais sobre a ciência. Em seu exercício jornalístico e literário, CUNHA (1929) se depara com a lacuna da modernidade imersa nas relações arcaicas do subdesenvolvimento que ele vê em Canudos. Conclui sobre a inexistência

de respostas modernas para estas contradições, como em sua frase final no livro de *Os Sertões*, quando afirma que “ainda não existe um Maudsley para as loucuras das nacionalidades” (1929).

Darwin, outro expoente do pensamento moderno, também se choca com esta realidade. Uma de suas experiências moderno-arcaicas também se realiza no Brasil, segundo o autor relata em seu diário *A Viagem de Beagle*:

Em 19 de agosto nós finalmente deixamos a costa brasileira. Agradeço a Deus, espero nunca mais visitar um país escravocrata. Até agora, quando ouço um grito distante, ainda me lembro com doloroso realismo o que senti quando passei por uma casa em Pernambuco. Ouvi os mais piedosos gemidos, e tive certeza que algum pobre escravo estava sendo torturado, entretanto sentia-me tão impotente quanto uma criança, até mesmo para protestar contra. (DARWIN, 2007, p. 451, livre tradução)

A Inglaterra, de onde Charles Darwin partiu para sua viagem, foi protagonista durante o século XIX no enfrentamento da escravidão e do tráfico de escravos, e pressionou o Brasil a promover a abolição da escravatura (PEREIRA, 1962). Talvez por ser um assunto frequente à época, Darwin tenha dado especial atenção ao problema, durante sua visita às terras brasileiras.

Por outro lado, a Inglaterra mantinha colônias na África e na Ásia, e até hoje é um país monárquico. Estes fatos, dentre outros elementos destacados pela historiografia nacional (PEREIRA, 1962, p. 22 ss), revelam que a oposição britânica ao comércio de escravos não resultava necessariamente de uma opção radical por visões modernas.

Marshall Berman dedica-se ao tema das contradições moderno-arcaicas no seu capítulo sobre São Petersburgo (1986, p. 169). Na passagem, o autor explica que o Czar Pedro I projetou, sobre os pântanos próximos ao golfo da Finlândia, uma nova cidade, concebendo sua base econômica e cultural. No campo econômico, São Peterburgo seria uma base naval e um centro de comércio. No campo cultural, seria uma “janela para a Europa”.

Para o projeto, o Czar rejeitou apostar em Moscou. Tradicional e religiosa, Moscou não serviria para o empreendimento modernizador. São Peterburgo ganhou um desenho geométrico e retilíneo, inspirado no padrão de planejamento urbano ocidental. Para todas as construções, a arquitetura tinha diretrizes pré-estabelecidas: eram proibidas as abóbadas típicas da tradição russa, e as fachadas deveriam adotar padrões ocidentais. (BERMAN, 1986, p. 173).

Por outro lado, o estabelecimento destes elementos só foi possível pela mão pesada do Czar. Seu poder de mando nacional era muito grande, e não se assemelhava a

nenhum outro governante do ocidente. Depois de 10 anos, São Petersburgo já tinha 35 mil construções. O Czar ordenara que todos os pedreiros do império fossem para São Peterburgo, e proibiu a construção com pedras em qualquer outro lugar da Rússia.

A nobreza foi obrigada a mudar-se para a nova cidade. Lá, os nobres deveriam construir palácios, sob pena de perder seus títulos. Assim, a totalidade dos trabalhadores – que pertenciam ao Estado ou à nobreza – estava também mobilizada para a construção de São Peterburgo. (BERMAN, 1986, p. 172)

Pyotr Chadaayev, filósofo russo, chamou a atenção para as “capas de civilização” deste processo de modernização, cuja ênfase é excessivamente exterior ou aparente. Por trás da arquitetura ocidental, das edificações sem abóbodas, da cidade ortogonal, do crescimento das construções em larga escala, do novo centro comercial, estava o poder atrasado do Czar, a nobreza e os trabalhadores em condição de servidão.

Marshall Berman apresenta como imagem desta contradição o surgimento de favelas por detrás das fachadas dos edifícios, após o crescimento da cidade. Sua síntese para a modernização russa:

(...) os russos do século XIX experimentaram a modernização principalmente como algo que *não* estava ocorrendo, ou como algo que estava ocorrendo à distância, em regiões que, embora visitassem, experimentavam mais como fantásticos antimundos que realidades sociais; ou ainda, quando ocorresse no país, como algo que acontecia das formas mais irregulares, vacilantes, flagrantemente destinadas ao fracasso ou estranhamente distorcidas. A angústia do atraso e do subdesenvolvimento desempenhou um papel central na política e na cultura russa, da década de 1820 ao período soviético. Neste período de cerca de cem anos, a Rússia lutou contra todas as questões a serem enfrentadas posteriormente pelos povos africanos, asiáticos e latino-americanos. Podemos, pois, interpretar a Rússia do século XIX como um arquétipo do emergente Terceiro Mundo do século XX. (BERMAN, 1986, p. 170).

Se a dialética do arcaico e do moderno revela a dimensão histórica do pensamento moderno, na forma da coexistência de momentos históricos distintos, em um processo de transição, seu equivalente geográfico pode ser a dialética entre o local e o cosmopolita (ou global). Para Antônio Cândido esta é uma dialética necessária para a compreensão de uma “lei de evolução da vida espiritual”:

Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos. (MELLO E SOUZA, 2000, p. 101)

Está no fundamento do pensamento moderno o exercício do olhar exterior. Se a observação do Sol a partir da Terra levava a humanidade a concluir que ele girava em torno do planeta, a contribuição de Copérnico (KUHN, 2002) para a ciência foi,

sobretudo, uma explicação a partir da importância do ponto de vista. Sua demonstração permitiu dizer que, do ponto de vista do *cosmos*, era a Terra que girava em torno do Sol.

Com isto, a transformação do ponto de vista permitiu a superação dos entendimentos míticos anteriores e a compreensão de uma verdade realmente superior. O apego da modernidade à ideia de cosmos, i.e., de totalidade, se torna uma marca da ciência.

Desta forma, o moderno não se julga apenas um ponto de vista, senão uma explicação *mais completa*, porque mais ampla. Este novo ponto de vista permitiria superar o mito anterior, considerado arcaico ou primitivo. A influência exógena permite uma visão superior. Para HISSA (2006, p. 50), no entanto, é preciso ponderar:

À luz da ciência, o pensamento moderno expressa sua tendência, mais frequente, de interpretar o mito primitivo segundo valores construídos pela própria modernidade, isto é, conforme critérios exógenos ao ambiente em que ele foi engendrado. Pode-se dizer, contudo, que a elaboração mítica primitiva corresponde a uma atribuição específica de significado às coisas do mundo natural e cultural, que não equivale, de modo algum, às formas concebidas pelos jogos intelectuais do mundo moderno. (HISSA, 2006, p. 50)

Neste entendimento, os valores construídos pela modernidade não podem ser considerados automaticamente superiores aos valores concebidos pela elaboração mítica primitiva. Em alguns casos, a modernidade é igualmente mítica, estando em mesmo “nível hierárquico” que a epistemologia primitiva, senão pelo seu caráter exógeno:

Os mitos, na modernidade, são construídos em sua diversidade como um efeito estimulado pelo dinamismo dos setores da vida política, econômica e cultural. Na atualidade, eles atuam em dimensões globais, servindo, também, como referência ética e estética para a dinâmica social, em diversos níveis ou escalas espaciais, na dimensão da economia, especialmente, da cultura e da política. Os mitos do mundo moderno, transformados em heróis específicos em cada realidade socioespacial, são idealizações modeladas pela sociedade e referendadas pelo senso comum, que preenchem os vazios construídos por ansiedade, amargura e insegurança, instituídas em uma realidade fundamentalmente hostil. (ibidem, p. 52).

Neste sentido, revela-se pertinente distinguir o olhar “exógeno” do olhar “superior” (de totalidade). É possível supor que a visão superior, que envolva a totalidade (cosmos) seja, quase sempre, exógena, mas nem toda visão exógena seria superior, o que lança a dúvida a respeito de propostas ditas “cosmopolitas”, mas que podem se revelar como meras imposições externas.

Se a explicação moderna for apenas “uma atribuição específica de significado às coisas do mundo natural e cultural” (ibidem), e que, desta forma, equivaleria em outros termos à explicação primitiva, resultando assim em um jogo intelectual, então seguramente esta explicação moderna é apenas um olhar exógeno, sem o caráter cosmopolita.

Mas como caracterizar o que seja um olhar cosmopolita? Em diversos autores, o uso desta expressão é relacionado à relação com referenciais estrangeiros ou externos. No próprio Antônio Cândido (2000, p. 101), o uso da palavra *cosmopolita* tem o significado de “exterior”, em relação à herança europeia de nossa literatura:

Pode-se chamar dialético a este processo porque ele tem realmente consistido numa integração progressiva de experiência literária e espiritual, por meio da tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição europeia (que se apresentam como forma de expressão) (2000, p. 101).

MOREIRA (2011, p. 45) utiliza a expressão para referir-se ao domínio rural cosmopolita existente na experiência brasileira. Para ele:

Sobre a base da relação terra-território-senhorio, regente de uma nova estrutura de relação homem-espaco-natureza, ergue-se uma sociedade rural com as janelas da casa-grande abertas para a entrada dos traços culturais de um mundo em franco caminho de integração. Os laços agromercantis sobre os quais esta sociedade se encontra fazem dela a um só tempo senhorial e burguesa. Senhorial nas relações para dentro. Burguesa nas relações para fora.

Assim, o que torna cosmopolita nosso domínio rural seria sua abertura para a entrada de traços culturais externos. Outros exemplos de modernização simplificam o significado de cosmopolita, tornando-o sinônimo do estabelecimento de padrões culturais externos, como vimos no fenômeno da construção de São Petersburgo, em Marshall Berman (1986, p. 170).

É grande a importância de considerar a dialética que opõe o local ao cosmopolita no estudo da realidade, se desejarmos prevenir o risco de tomarmos por cosmopolita apenas uma ideia exógena. Sobre a geografia, afirma HISSA (2006, p. 72):

A geografia [moderna], como de resto todas as áreas do conhecimento, no afã de busca da objetividade, também nega a importância da emoção e da imaginação como elementos do processo criativo. Mas, como observa Milton Santos, ‘sem a emoção não se produz nada, sobretudo no campo da inteligência’”(HISSA, 2006, p. 72)

A emoção e a imaginação podem ser consideradas elementos locais do processo criativo. A inserção de ideias exógenas se viabiliza por meio de um processo de objetivação que gradativamente coloca o risco de se eliminar os aspectos vivos da produção do conhecimento. Este processo poderia representar o que também chamamos de desterritorialização.

Mas o diagnóstico de desterritorialização confronta outro ponto de vista: reconhece-se a possibilidade de múltiplas territorializações, como em HAESBAERT (2006). Nesta abordagem, identificaremos que a dialética entre o local e o cosmopolita pode depender do *grau de relação* mantida entre os territórios que se sobrepõem.

Para HAESBAERT, pode-se classificar as territorializações em distintos níveis, de acordo com as possibilidades de inter-relação (HAESBAERT, 2006, p. 342):

- a. Territorializações mais fechadas, quase “uniterritoriais”, ligadas ao fenômeno aqui denominado de territorialismo, que não admitem a pluralidade de poderes e identidades, como ocorre em algumas sociedades indígenas e como ocorria entre os talibãs afgãos e, em parte, nas propostas de resolução para os conflitos bósnio e palestino.
- b. Territorializações “tradicionais”, ainda pautadas numa lógica (relativa) de exclusividade, que não admitem sobreposições de jurisdições e defendem uma maior homogeneidade interna, como a lógica clássica do poder e controle territorial dos Estados-nações, tanto daqueles moldados sobre a uniformidade cultural quanto aos Estados pluriétnicos, mas que buscam diluir essa pluralidade pela invenção de uma identidade nacional comum.
- c. Territorializações mais flexíveis, que admitem ora a sobreposição (e/ou multifuncionalidade) territorial, ora a intercalação de territórios – como é o caso dos territórios diversos e sucessivos nas áreas centrais das grandes cidades, organizadas em torno de usos temporários, entre o dia e a noite (...) ou entre os dias de trabalho e os fins de semana.
- d. Territorializações efetivamente múltiplas, resultantes da sobreposição e/ou da combinação particular de controles, funções e simbolizações, como nos territórios pessoais de alguns indivíduos ou grupos mais globalizados que podem ou se permitem usufruir do cosmopolitismo multiterritorial das grandes metrópoles.

Assim, podemos observar que os níveis de múltiplas territorializações, conforme narrados pelo autor, revelam distintas relações entre o local e o cosmopolita, desde as territorializações mais fechadas, caracterizadas como territórios extremamente localistas, que não admitem qualquer troca com outras territorialidades, até a hipótese das territorializações múltiplas ao nível do cosmopolitismo.

Seria conveniente ainda considerar os casos em que a territorialidade não consegue viver nem os valores locais, nem valores efetivamente cosmopolistas, mas é oprimida por valores externos a ela impostos, sem nenhuma possibilidade de autonomia. Tal fenômeno poderia ser, de fato, um exemplo de desterritorialização, quando todas as referências e identidades são exógenas.

Entre outras leituras, estes fenômenos de desterritorialização são identificados com a chamada globalização. Para SANTOS (2005, p. 13), a globalização neoliberal impõe condições adversas sobre países periféricos e semiperiféricos, criando sérios obstáculos o exercício de uma relação efetivamente cosmopolita, que o autor resgata na forma do internacionalismo operário, lançado por Marx no *Manifesto do partido comunista*.

Assim, a dialética entre o local e o cosmopolita se reveste de caracteres culturais, sociais, econômicos e políticos. É expressão para refletirmos sobre nossa dependência de valores estrangeiros e sobre nossa própria capacidade de agir com autonomia.

CAPÍTULO 3. O URBANISMO EM CURITIBA EM TRÊS MOMENTOS

Para a realização deste estudo, selecionamos três momentos para o resgate da história do urbanismo em Curitiba no século XX, que serão detalhados nas subdivisões deste capítulo.

O primeiro momento escolhido trata do contexto em que se elaborou, em 1920 e 1921, o Plano de Saneamento de Curitiba, de autoria de Francisco Rodrigues Saturnino de Brito. A elaboração do plano foi contratada pelo Governo do Estado do Paraná após uma epidemia de febre tifoide, no ano de 1917 (BAYMA, 1918), que foi disseminada pela precária rede de águas e esgotos.

Para o estudo do segundo momento, escolhemos o chamado “Plano Agache”, de 1943. Contratado pelo Governo do Estado, que sob a ditadura Vargas era conduzido pelo interventor federal Manoel Ribas, este plano contém muitas referências aos planos de avenidas de São Paulo e de outras grandes cidades do mundo, marcando a adesão do urbanismo de Curitiba ao movimento internacional do modernismo.

Como terceiro momento, elegemos o Plano Preliminar de Urbanismo de 1965 e o Plano Diretor de 1966, cujas diretrizes, alteradas no início dos anos 1970, ainda permanecem vigentes. Este plano também foi contratado pelo Governo do Estado, e teve como principal executor político o ex-prefeito Jaime Lerner.

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Curitiba, até o ano de 2012, houve 80 administrações municipais. Algumas administrações foram muito breves, e em vários anos não há registro da existência de prefeito (ver APÊNDICE B)

O mesmo registro indica que alguns nomes se repetem na função de Prefeito. Descontando as repetições, foram 60 nomes diferentes que tiveram a designação de Prefeito de Curitiba.

Oficialmente, comemora-se o aniversário de Curitiba no dia 29 de março, como referência à data de fundação da Câmara Municipal, em 1693, quando Curitiba foi elevada à categoria de “vila”.

As Câmaras Municipais são um dos órgãos públicos mais antigos do país (LEAL, 1997), e foram criadas antes das prefeituras municipais. Na verdade, na origem, as câmaras cumpriam também as funções executivas. Estas serão separadas das funções legislativas apenas a partir do período republicano no Brasil, quando surgem efetivamente as prefeituras.

Mesmo assim, antes da República, funções assemelhadas ao que atualmente é de competência do prefeito foram criadas e dissolvidas por meio de outras formas e denominações. Nestes breves e raros períodos, ocorridos durante o Império, é possível falar na existência de um prefeito da cidade.

Este foi o caso de José Borges de Macedo, tido como o 1º prefeito de Curitiba, escolhido em 1835 pelos membros da câmara municipal. O único “prefeito” do período imperial, que assumiu suas funções em virtude de uma lei provincial.

Sua escolha decorreu da autorização dada pela lei nº 18 de 11 de abril de 1835, da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo. Naquele período, algumas províncias interpretaram as novas medidas adotadas pelo Império entre 1831 e 1834 como autorizadoras da criação da figura de prefeito nas administrações municipais, e, assim, passaram a instituir leis provinciais que regulavam a escolha de quem assumiria esta função (LEAL, 1997).

A província de São Paulo foi a primeira a criar esta figura, em 1835 (LEAL, 1997, p.138), e a partir daí diversas vilas subordinadas à província de São Paulo passaram a escolher seus prefeitos, entre elas Curitiba. No entanto, já em 1836 esta figura foi considerada inconstitucional pelo Império, que anulou as leis que criavam os prefeitos.

Mas, como explica Victor Nunes Leal (1997), os efeitos das leis do império e das decisões tardavam a se concretizar, de modo que, na província de São Paulo, muitos ainda mantiveram vigente a existência de prefeitos até 1838. Talvez por esta razão, o mandato de José Borges de Macedo é considerado entre 1835 até 1838. Não há prefeito nos anos seguintes, e a função só volta a ser exercida em 1892, no período republicano.

Também é relevante compreender o papel desempenhado pelos chefes do poder executivo estadual. Durante o Império, os atuais estados eram chamados de províncias, e os governadores, “presidentes da província”. A partir da República, as províncias passam a chamar-se estados, e os chefes do poder executivo continuam sendo “presidentes”, mas a partir de então eram “presidentes de estado”.

É a partir da Era Vargas que os presidentes de estado passam a ter a denominação de governadores. No entanto, a ditadura Vargas manteve com mais força a figura dos “interventores”, que eram nomeados pelo próprio Getúlio Vargas para governar os estados. Durante o Estado Novo, Manoel Ribas foi o Interventor Federal do Paraná, tendo sido o Plano Agache contratado sob sua responsabilidade.

Desde a emancipação da Província do Paraná, em 1853, até 2012, foram, 143 governadores do Estado do Paraná, segundo informação contida na página da *internet* da Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná. Considerando que alguns nomes são repetidos, são ao todo 106 diferentes nomes que cumpriram a função de presidentes de província, presidentes do estado, interventores e governadores. (APÊNDICES C e D).

A organização da Província do Paraná, a partir da sua emancipação, dependeu de inúmeros esforços para a constituição do governo imperial e a burocracia estatal que formaria o alto escalão do governo. Em 1854, Curitiba é declarada capital da recém-emancipada Província do Paraná.

Já era, de fato, a sede da comarca quando ainda pertencia a São Paulo, sendo “natural” sua condição de capital, mesmo assim, não pareciam ser reconhecidos:

Os habitantes de Curitiba olhavam o mapa do Paraná sem localizar populações dispostas a aceitar a liderança. Paranaguá estava a leste, Guarapuava a oeste, florestas inabitadas cobriam quase todo o resto do território e Curitiba assentava-se num sítio miserável. (DUDEQUE, 2010, p. 27)

Os relatos da época sobre Curitiba apontavam para os problemas relativos a sua localização, com muitas partes alagadiças, pântanos e clima inóspito. A formação do corpo técnico para a instalação do governo dependia da vinda de funcionários públicos de outros estados, mas, nos primeiros anos, alguns presidentes da província relatavam a dificuldade que encontravam em manter os funcionários em Curitiba (REZENDE, 1855).

Funcionários desejavam ficar apenas o período mínimo obrigatório e logo pediam a remoção para outro local, relata o Vice-Presidente da Província Teófilo Vitório Ribeiro de Rezende:

É com efeito custoso viver em um país constantemente lamacento ou charcoso, molhado e nimamente frio quase duas terças partes do ano, onde tudo cada vez mais se dificulta e encarece; e se a isto se juntar a inospitalidade e guerra da gente da terra para com a de fora, a quem apelida de “colonos”, ou porque seja essa sua índole e habito, ou porque dos recém-vindos muitos não se portam como devem, crer-se-á que os curitibanos não desejam nem querem a continuação da capital em Curitiba. (REZENDE, 1855, p. 13)

Os choques entre a população local e o corpo técnico e burocrático que vem para a formação do governo da província chegam a tal ponto que vice-presidente da província cogitava que os moradores locais não desejavam a continuação da capital.

Segundo informações da Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná (site: <http://www.casacivil.pr.gov.br/> acessado em 1º de fevereiro de 2012),

durante as primeiras décadas de existência da província, o cargo de presidente não foi ocupado por paranaenses. Zacarias de Góes e Vasconcelos, o primeiro Presidente da Província do Paraná, tomou posse em 19 de dezembro de 1853, era nascido em Valença, na Bahia, exerceu suas funções até ser substituído pelo Vice-Presidente, Teófilo Vítório Ribeiro de Rezende, nascido na capital da Província de São Paulo.

A estes se seguiram outros paulistas, fluminenses, baianos, mineiros, até o breve governo de Manoel Antônio Ferreira, em 1863. Nascido em Curitiba, Manoel Antônio Ferreira era Vice-Presidente da Província e exerceu os poderes de Presidente interino durante três meses, até a escolha do novo Presidente, o pernambucano Sebastião Gonçalves da Silva.

Em seguida, vieram as escolhas de outros presidentes da província, naturais do Mato Grosso – onde nasceu André Augusto de Pádua Fleury, que presidiu a província em três períodos – Piauí, São Paulo e Rio de Janeiro. Houve ainda um Presidente natural de Coimbra, Portugal: Antônio Augusto da Fonseca.

No período imperial, a presidência da província era uma função de confiança do imperador, para a qual eram nomeados os membros da elite imperial. Muitas vezes, estes presidentes de província governavam, durante a vida, mais de uma província, e assumiam outras funções de relevo junto ao governo nacional. Zacarias de Góes e Vasconcelos, por exemplo, além de ter sido o primeiro presidente da província do Paraná, foi presidente das províncias de Sergipe e Piauí, e Primeiro-Ministro do Brasil entre 1866 e 1868.

O primeiro presidente da província nascido no Paraná foi João José Pedrosa, nascido em Curitiba. Presidiu a província entre 1880 e 1881, poucos anos antes da proclamação da República. Havia, aparentemente, alguma dificuldade para a formação da elite do governo local com membros nascidos na província. A elite nacional, com melhores qualificações, era oriunda de outras províncias e regiões, como o nordeste e o sudeste.

Neste sentido, a Província do Paraná precisava de estruturas de qualificação para sua elite local, o que começou a se constituir com a criação da Universidade do Paraná, em 1912, com a colaboração do Presidente do Estado, Carlos Cavalcanti, natural do Rio de Janeiro.

O Estado concentrava esforços em oferecer e aperfeiçoar as estruturas de sua capital, e aparentemente não dedicava a mesma atenção às demandas das cidades do

interior. Como exemplo, todos os planos para o município Curitiba que vamos estudar no presente trabalho foram contratados pelos governos do Estado do Paraná.

Em 1917, segundo BAYMA (1918) o governo paranaense trouxe do Estado de São Paulo os melhores médicos, especialistas em febre tifoide, a epidemia que acometia a capital. Os médicos se instalaram em um laboratório do prédio da Universidade do Paraná. Desta pesquisa, resultou um relatório intitulado “A febre tifoide no Paraná”. O Paraná está no título, mas o estudo se concentrou no caso de Curitiba.

Em seguida, em 1919, o governo do Paraná contrata Francisco Rodrigues Saturnino de Brito – fluminense de Campos dos Goytacazes – um dos mais renomados engenheiros sanitaristas do Brasil, para elaborar um plano de saneamento para Curitiba. Segundo VILLAÇA (2010, P. 179), a fase do urbanismo, no Brasil, intitulada urbanismo sanitaria: “resume-se, praticamente, na obra de Saturnino de Brito”.

Depois, em 1943, (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1943) o escritório Coimbra Bueno, do estado do Rio de Janeiro, que mantinha relações com o arquiteto francês Alfred Agache, foi contratado pelo interventor federal no Paraná, Dr. Manoel Ribas, para a elaboração de um plano diretor para a cidade de Curitiba.

Em 1965, fruto das estratégias de planejamento e desenvolvimento elaboradas por meio da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná (CODEPAR) – que apontavam para a importância de fomentar a industrialização da capital –, o governo do Estado do Paraná contratou o escritório de Jorge Wilhelm, arquiteto paulistano, para a elaboração de um Plano Preliminar de Urbanismo para a capital (IPPUC, 1966).

Como se vê, os referidos planos foram elaborados por técnicos renomados. A execução dos referidos planos, a exemplo da própria contratação, ficava a cargo, em grande parte, do governo do Paraná, e muitas vezes não foi realizada. Os planos tinham o objetivo de elevar Curitiba à condição de centro econômico, mas também um empenho cultural, com o objetivo de abrir as janelas da capital política para o mundo.

A seguir, serão relatadas as experiências dos planos:

a) Plano de saneamento de 1920, elaborado por Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, por esta razão, também chamado de Plano Saturnino de Brito.

b) Plano diretor de urbanização de Curitiba de 1943, elaborado pelo escritório Coimbra Bueno, do Rio de Janeiro, com a consultoria do arquiteto francês Alfred Agache, por esta razão, também chamado de Plano Agache.

c) Plano Preliminar de Urbanismo (PPU) de 1965 e Plano Diretor de 1966, elaborados pela Sociedade Serete com apoio do arquiteto Jorge Wilhelm.

3.1 O PLANO SATURNINO DE BRITO

Em 1917, o Instituto Bacteriológico do Estado de São Paulo enviou a Curitiba uma equipe de cientistas, chefiados pelo médico Dr. Theodoro da Silva Bayma, Diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo⁴ entre os anos 1916 e 1918, para estudar o misterioso surto de febre tifoide que acometeu a capital do Paraná naquele ano.

Na cidade, muito já se falava sobre a força com a qual a doença estava se disseminando. A Sociedade de Medicina do Paraná reconheceu que se tratava de uma “verdadeira epidemia” (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 32). Na conferência por meio da qual expôs os estudos relativos ao surto, Theodoro Bayma foi enfático: afirmou que Curitiba estava tomada por uma “pandemia” de febre tifoide (BAYMA, 1918, p. 7)

A equipe enviada a Curitiba pelo estado de São Paulo era composta por um grupo de cientistas que acompanhavam o chefe da comissão, Theodoro Bayma. Eram eles: Bruno Rangel Pestana, Cincinato Augusto Pomponet e Sebastião de Camargo Calazans e Getúlio Vieira Pinto (FIOCRUZ) (ver FIGURA 3).

Theodoro Bayma era um renomado pesquisador. Ganhara grande reputação pelo trabalho em conjunto com o microbiologista da Universidade de Berlim, Dr. Martin Ficker, contratado pelo governo paulista em 1913 com a missão de dirigir os trabalhos técnicos do Instituto Bacteriológico de São Paulo (FIOCRUZ).

Dentre as pesquisas mais relevantes realizadas em conjunto por Theodoro Bayma e Martin Ficker destacou-se o desenvolvimento de uma vacina polivalente contra a febre tifoide e outras febres causadas por bactérias, que foi largamente aplicada pelo serviço de saúde do estado de São Paulo.

Este aspecto tornava a vacina desenvolvida em São Paulo mais interessante do que outras produzidas na Europa ou em países vizinhos como a Argentina. Estas vacinas imunizavam apenas contra a febre tifoide, mas mantinham as pessoas vulneráveis a outras infecções menos graves, as chamadas febres paratíficas e “desinterias” (BAYMA, 1918, p.44-45).

Em linhas gerais, a febre tifoide é uma infecção causada pela bactéria *Salmonella typhi*, que causa forte alteração no trânsito intestinal, ou seja, um “desarranjo” no funcionamento do sistema digestivo, combinada com febre alta. Se não for tratada, pode causar problemas neurológicos na pessoa infectada e levar à morte.

⁴ Desde 1940 é denominado Instituto Adolfo Lutz, segundo o verbete **Laboratório de bacteriologia do estado de São Paulo**, extraído de FIOCRUZ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Capturado em 10 janeiro de 2012. Online. www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br

A ocorrência desta doença é típica de locais sem saneamento básico, onde o abastecimento de água é precário e as pessoas estão expostas ao esgoto, a exemplo de outras doenças como a esquistossomose, as verminoses e a amebíase.

Segundo BAYMA (1918, 16) os cientistas já tinham conhecimento de que o “transporte hídrico” era a principal forma de contaminação, ou seja, problemas no tratamento da água ou o consumo de água de fontes não confiáveis.

A Comissão Paulista em Curitiba (Paraná)



Figura 3. A comissão paulista em Curitiba

Fonte: BAYMA, 1918.

Mesmo assim, os cientistas do Instituto Bacteriológico, demonstrando grande conhecimento sobre as pesquisas mais atuais da época, reconheciam a existência de outras formas de transmissão da doença, relatando casos em que se demonstrava que as moscas em contato com os alimentos, como verduras, poderiam causar a contaminação, e até mesmo animais domésticos poderiam ser considerados vetores. (BAYMA, 1918)

O farmacêutico Bruno Pestana (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 64-65), integrante da comissão enviada por São Paulo, relatou também que em Nova Iorque um estudo havia demonstrado que o leite trazido pelos leiteiros para a cidade poderia estar contaminado com as bactérias da febre tifoide, devido a diversos fatores, entre eles o comportamento pouco asseado dos leiteiros.

Segundo o cientista, aquele estudo demonstrou que a pasteurização do leite contribuiu mais para a redução da febre tifoide na cidade norte-americana do que uma campanha realizada pelas autoridades para a redução do número de moscas (*idem*).

Com isso, já era de conhecimento que, muito embora a doença fosse transmitida predominantemente pelo consumo de água contaminada, outras formas de transmissão também eram conhecidas, e todas associadas às condições de asseio e higiene que, de alguma forma, possibilitassem o consumo de matéria contaminada.

Com efeito, em Curitiba a febre tifoide geralmente acometia as casas servidas de poços cujas águas subterrâneas estivessem contaminadas pelas fossas. A contaminação era favorecida pelo crescimento da cidade e a resultante multiplicação de poços e fossas.

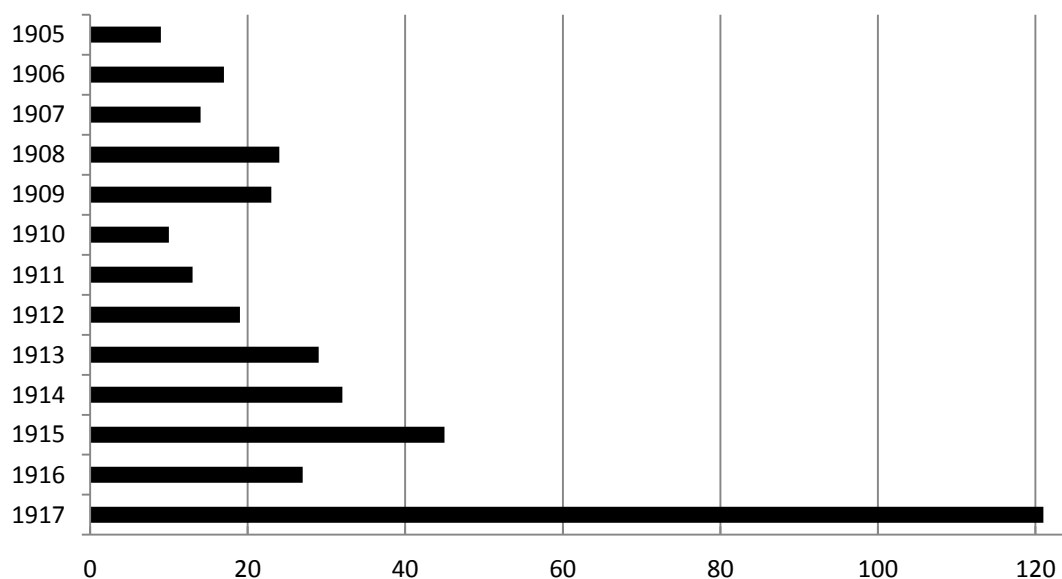
Em geral construídas com precária engenharia, as fossas consistiam, muitas vezes, em um simples buraco no chão, sem qualquer revestimento. Quando muito, recebia paredes de tijolos, que de nada serviam para prevenir a contaminação do solo. (BAYMA, 1918, p. 11 e 12).

Não era a primeira vez que a doença ocorria em Curitiba. Na verdade, era considerada endêmica tanto na capital paranaense como em São Paulo. Segundo os estudos do Dr. Jayme Dormund dos Reis, a febre tifoide existia no município de Curitiba desde o surgimento da vila, e ocorreu algumas vezes na forma de grande epidemia. (DOS REIS, 1898; SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 40 e 41).

O primeiro registro que se tem conhecimento da ocorrência de febre tifoide em Curitiba, segundo o médico Jayme Dormund dos Reis, data de textos escritos em 1675 (BAYMA, 1918, p. 11). No entanto, alguns aspectos tornaram a epidemia de 1917 um fenômeno singular na história sanitária do município.

Primeiro, o número de mortos era consideravelmente mais alto do que as ocorrências da década anterior. Enquanto os registros epidemiológicos do período de 1905 a 1916 revelavam que o número de óbitos não ultrapassava 50 por ano, só no mês de outubro de 1917 foram registrados 64 óbitos por febre tifoide. Ao todo, 121 pessoas morreram acometidas deste mal no ano de 1917 (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. Óbitos por febre tifoide em Curitiba



Fonte: BAYMA, 1918, p. 10

Em reunião no mês de outubro de 1917, os membros da Sociedade de Medicina do Paraná expressavam toda a preocupação com a gravidade da situação. Por exemplo, em discurso no encontro, o Doutor Menezes Dória chamou a atenção para os “quintais imundos e as cocheiras no centro da cidade (...), viveiros de moscas” (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 32).

Todos procuravam registrar a dimensão que a epidemia tomou na cidade. Victor Ferreira do Amaral diz que, “pela primeira vez o mal se estendeu em quase toda a cidade, exceto no alto São Francisco (...) e imediações” (idem, p. 32).

Predominava nas análises tanto a gravidade excepcional com a qual o mal acometia a cidade desta vez, e a possível responsabilidade de causas externas, como, segundo as palavras de SATURNINO DE BRITO (1944a), os “mananciais, as casas imundas dos mais pobres ou os imigrantes”.

Um dos discursos mais impressionantes foi o do Doutor Reynaldo Machado. Theodoro Bayma, em sua conferência sobre o caso da Febre Tifoide em Curitiba, proferida na cidade de São Paulo, reproduziu trechos integrais do discurso:

Nunca tivemos epidemia de tifo em Curitiba, pelo menos durante o tempo que aqui resido.

Casos isolados apareciam aqui e ali e algumas vezes esses casos apresentavam-se em maior número, mas sempre cantonados a certos pontos da cidade ou de seus arredores, principalmente nestes.

Todos os clínicos sabem que os casos de febre tifoide eram mais comuns fora da cidade, na Água Verde, Ahú, Colônia Argelina, Prado, Portão, etc.

Todos concordávamos em acreditar que esses casos eram determinados pelo uso de águas contaminadas das cisternas e verduras e frutas em contato com a terra, também contaminada pelos dejetos dos tifosos.

Porém agora, o fenômeno se apresenta sob feição muito diversa. A moléstia terrível irrompe brusca e temerosamente em grande parte da cidade, enquanto aqueles antigos focos da endemia tífica se acham livres do mal. A maneira violenta, rápida e geral pela qual se nos mostra a epidemia, indica com clareza uma causa também geral. (MACHADO, R. *apud* BAYMA, 1918, p. 14)

Sinônimo de modernidade, a área urbana julgava estar livre do mal, especialmente os cidadãos mais abastados, que eram beneficiados pelos serviços de águas e esgotos em funcionamento na cidade desde 1909.

Os serviços não atendiam integralmente a área urbana. Estimava-se que apenas metade da população residente nesta parte do município possuía as instalações da rede de água e esgotos.

Com efeito, cerca de 2.500 casas da zona urbana e outras casas de número incerto nos “arredores” não possuíam água encanada (SATURNINO DE BRITO, p. 41). Aqueles que possuíam a torneira em casa e os sistemas domiciliares de esgoto manifestavam todo seu orgulho por pertencerem ao setor privilegiado da sociedade.

Mas desta vez foram os moradores servidos das torneiras e da rede de água e esgoto os mais contaminados pela febre tifoide. O próprio Dr. Victor Ferreira do Amaral teve três pessoas de sua família acometidas pelo mal.

Já o Doutor Reynaldo Machado registrava: “devo declarar que todos os meus doentes residem em prédios dotados destes melhoramentos” referindo-se às torneiras e à ligação das casas com a rede de esgotos (BAYMA, 1918, p. 16).

Este comportamento “fora do padrão” da doença na cidade era o principal mistério que a equipe de Theodoro Bayma viera investigar. Uma vez que a própria cidade já comentava o assunto, os cientistas recém-chegados resolveram tomar conhecimento das principais teses sobre as quais se falava:

Duas eram as opiniões dominantes em Curitiba, quanto à causa principal da epidemia, ou melhor, da “pandemia” com que se achavam a braços. Uns acusavam de contaminadas as águas do mananciais e daí o terem solicitado as análises delas, outros, e essa era a maioria, incriminavam os esgotos da cidade, porque conheciam ‘de visu’ como havia sido construída a sua rede, não há muitos anos atrás. (BAYMA, 1918, p.7)

Como primeiras providências, a equipe paulista pediu que fosse emprestado um espaço onde pudessem instalar o laboratório onde fariam as análises necessárias. A Universidade do Paraná, criada 5 anos antes, foi sede do referido laboratório (Figura 4).

A equipe pediu ainda que fosse produzida uma carta epidemiológica que registrasse os prédios onde a doença teria ocorrido. A notificação dos casos era feito pelos médicos que atendiam às casas.



Em cima: o edifício da Universidade do Paraná, onde foi instalado o laboratório paulista. No meio: grupo tirado durante a inauguração das enfermarias para o isolamento dos doentes, vendo-se, no centro, assinalado com uma estrela, o dr. Afonso de Camargo, presidente do Paraná, tendo ao lado o exmo. bispo d. João Francisco Braga; os secretários de Estado; o sr. Manuel Abreu, provedor da Santa Casa; médicos, etc. Em baixo: uma parte do laboratório montado com material todo levado de S. Paulo, vendo-se, sentado, o dr. Theodoro Bayma, e em pé os seus auxiliares—Bruno Pestana, Sebastião Calazans e Getulino Pinto.

Figura 4. Laboratório instalado na Universidade do Paraná

Fonte: BAYMA, 1918.

A comissão paulista procedeu, então, às análises que julgaram necessárias para investigar as principais suspeitas. Os primeiros estudos dirigiram-se ao reservatório do alto São Francisco, onde analisaram a qualidade das águas que chegavam até ali, trazidas dos mananciais na serra.

A principal forma de investigação para a verificação da contaminação das águas era pela verificação dos *coliformes fecais*, em específico o bacilo *E. coli*. Theodoro Bayma, em sua conferência, procura justificar este método como o mais aceito para identificar a contaminação das águas por fezes humanas, o que as torna impróprias.

Muito embora o próprio bacilo *E. coli* não seja causador de doenças no ser humano, sua presença indica a ocorrência de contaminação na água por fezes humanas, pois o habitat natural deste bacilo é o intestino dos seres humanos, são, por isso, chamados de “coliformes fecais”. (BAYMA, 1918, p. 20)

De posse das análises, os cientistas concluíram que não havia nenhum indicador de contaminação das águas do reservatório, sendo elas totalmente potáveis. Com isto, a primeira tendência da equipe paulista foi concluir que a água estava chegando até a cidade em boas condições de salubridade.

Ainda assim, muitos insistiam na investigação das águas dos mananciais, que se situavam na serra do mar. Theodoro Bayma, aparentemente, considerava desnecessário o empenho de se deslocar vários quilômetros até os pontos de captação das águas na serra do mar (BAYMA, 1918, p. 21), pois julgava suficientes os estudos que indicavam que era potável a água do reservatório do alto São Francisco, para onde eram trazidas aquelas águas da serra.

Mas insistia-se no impacto resultante da presença de caseiros e vigias nas instalações de captação de água na serra do mar. A primeira opinião dos cientistas foi que o impacto da presença humana era muito reduzido, afinal, são áreas desabitadas, senão pela presença de um ou outro funcionário.

Esta conclusão era contestada pelos mais cautelosos, que afirmavam ter sido notificada a ocorrência de doentes de febre tifoide na casa dos vigias próximo às instalações de captação. (BAYMA, 1918, p. 15).

O excesso de cautela motivava-se por pesquisas do próprio Teodoro Bayma. Anos antes, o médico havia realizado uma pesquisa sobre a propagação da febre tifoide na bacia do Ribeirão Cotia, em São Paulo, causada, segundo seu parecer, pelos operários que trabalhavam na captação das águas superficiais daquele rio.

Ele observou que os trabalhadores contaminados eram internados por alguns dias e, logo após a alta, voltavam a trabalhar no mesmo local, e disto concluiu que era necessário um período de afastamento mesmo após a cura, para que o corpo ficasse totalmente livre das bactérias da febre tifoide.

No entanto, desta vez, Bayma considerava que não se estava diante de situação semelhante, isto é, da contaminação provocada pelos operários que trabalhavam nas instalações de captação de água, especialmente depois dos estudos no reservatório do alto São Francisco. Para ele, o problema não estava nos mananciais, uma vez que a água chegava pura até o reservatório do centro da cidade (BAYMA, 1918).

Mas outro aspecto reforçava a tese daqueles que acreditavam que o problema era originário das fontes serranas: suspeitava-se que as florestas da região não estavam sendo devidamente preservadas, e um dos indícios era a incrível redução, a cada período, da capacidade de abastecimento de água das fontes. As medições indicavam um declínio no volume dos reservatórios nos períodos de estiagem.

Em 1910, o Diretor de Obras e Viação do Estado do Paraná, Niepce da Silva, em relatório de atividades daquele ano, registrava ao governador o resultado da medição da capacidade dos reservatórios. Segundo seu parecer, os números indicavam que em julho de 1909 a capacidade de abastecimento de água foi inferior àquela calculada em 1906, e julgava necessário lançar um sinal de alerta.

Diante disso, o Diretor de Obras recomendava “medidas da administração relativas à proteção das florestas” (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 20-21). Se as florestas não estavam devidamente preservadas, apesar das regiões dos mananciais serem consideradas áreas públicas, desapropriadas de seus antigos donos, era possível supor que a região estava sendo utilizada para atividades econômicas e com a presença intensiva de pessoas.

Nota-se que a capacidade dos mananciais originais reduziu consideravelmente em um período de vários anos (ver quadro 1).

QUADRO 1. Capacidade de abastecimento dos mananciais na estiagem

Anos	Capacidade de abastecimento dos mananciais (m ³ /24h)
1906	4.667
1908	2.835
1909	4.648
1912	3.382
1913	2.825
1916	3.820
1919	1.800

Fonte: SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 57

Uma redução da capacidade de abastecimento de água desta grandeza, combinada com o crescimento progressivo da cidade, forçava a população servida pela rede de água a reduzir o consumo ou procurar novas fontes de abastecimento. Por isso, o governo empreendia buscar água em outros pontos da serra.

Chegou-se a cogitar até mesmo buscar água nas vertentes marítimas, do lado oriental das montanhas. Este empreendimento exigiria bastante esforço, pois as águas captadas precisavam ser transportadas por aquedutos para o lado ocidental, junto às cabeceiras do Rio Iguaçu. Saturnino de Brito apresentou um esquema de como este empreendimento poderia ser realizado, a partir de uma comunicação de água que fosse instalada por cima da serra do mar (Figura 5).

Mas mesmo captando águas da serra, uma fonte potencialmente limpa, caso a região fosse utilizada por povoações humanas que eventualmente se tornassem foco de febre tifoide, fatalmente as águas poluídas chegariam até a cidade causando mal especialmente aqueles que fossem servidos das águas da rede de abastecimento.

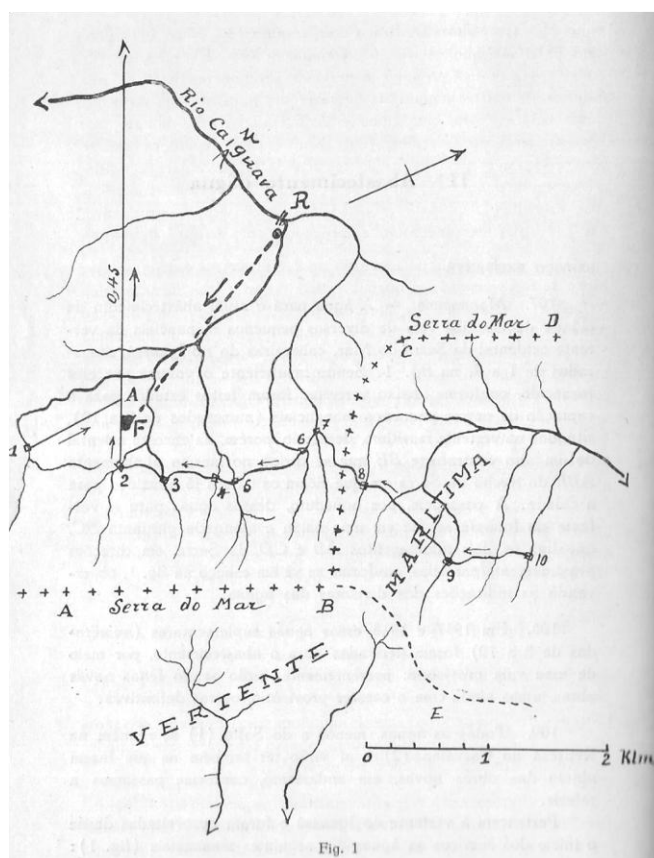


Figura 5. A busca por água na vertente marítima

Fonte: SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 50

Diante destes elementos a respeito de possíveis riscos de poluição nos mananciais, Theodoro Bayma finalmente realizou a análise das águas da serra. A pureza

daquelas águas impressionou os cientistas. Seriam águas “bacteriologicamente puras, iguais às de Santos, desde as represas até saírem do reservatório, na cidade.” (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 59).

Deste modo, ficou descartada a hipótese de poluição das águas nas fontes. Restava demonstrado que, desde a serra do mar até o reservatório do alto São Francisco, a água mantinha-se em condições de ser classificada como potável, o que confirmava a hipótese inicial de que a contaminação não ocorria nos mananciais.

A outra hipótese, defendida pela maioria dos observadores da época, segundo Theodoro Bayma, dizia respeito à precariedade das instalações da rede de esgotos. De fato, a crise de 1917 provocou na cidade a demanda pela revisão de todos estes serviços, resultando na suspensão dos serviços anteriormente contratados, que eram conduzidos por uma empresa privada.

A história da instalação dos serviços de água e esgotos tem início em 1904, quando o município recebeu do estado do Paraná um empréstimo concedido para a contratação de uma empresa privada que realizasse os serviços de saneamento, referentes à instalação da rede de água e esgoto.

Tratava-se de um modelo comercial e totalmente privado de prestação de serviços, pois os prédios somente seriam atendidos pela instalação da rede caso pagassem pelas obras à empresa privada contratada pelo governo.

As ligações específicas no interior de cada prédio, chamadas instalações domiciliares, poderiam ser feitas por particulares, contratados ao gosto do proprietário, se assim desejassem.

As famílias mais pobres não tinham nenhuma condição de aderir a esta forma de contratação. Por esta razão, muitos se mantiveram com suas precárias instalações de fossa e poço no quintal das casas, especialmente a população dos bairros distantes e os arredores da cidade.

Mas a gestão dos serviços de instalação da rede de água e esgoto apresentou problemas desde o princípio. A primeira empresa contratada declarou a falência três anos depois, deixando incompletos vários serviços que deveria ter realizado.

Uma nova empresa foi contratada em 1908, que teve a atribuição de concluir os serviços inacabados da empresa anterior e ainda foi beneficiada pelo direito de explorar a distribuição durante 20 anos (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 14-17).

Diante disso, a condição de renda que permitia que os ricos se prevenissem de viver nas péssimas condições de higiene com as quais viviam a maior parte da

população se tornou não apenas um “diferencial”, mas uma condição sem a qual as residências não poderiam ser abastecidas por água potável ou receber os serviços de esgoto. Somente os ricos tinham condições de arcar com os custos das instalações e o pagamento dos serviços (BAYMA, 1918).

Por outro lado, muito embora os proprietários mais abastados aceitassem investir nos serviços, frequentemente questionavam os valores e exigiam alterações para torná-los mais baratos.

A epidemia de 1917 trouxe à tona o resultado dos improvisos promovidos durante os anos anteriores. A carta epidemiológica da febre tifoide de 1917 (figura 6) mostra a concentração de notificações da doença no centro da cidade, enquanto os arredores praticamente não tiveram nenhuma ocorrência.

Este fato foi destacado pela Sociedade de Medicina do Paraná, cujos médicos relatavam que estavam apenas identificando os focos nos prédios servidos de instalações sanitárias e torneiras.



Figura 6. Epidemia da febre tifóide em Curitiba no ano de 1917

Fonte: BAYMA, 1918, p. 20, com intervenção gráfica de DUDEQUE, 2010, p. 97

A comissão paulista investigou, por fim, a possibilidade de terem as águas dos esgotos se comunicado, por alguma via, com a rede de abastecimento de água potável, em alguma parte da cidade, depois do reservatório do alto São Francisco.

Esta hipótese explicaria o fato de que as pessoas contaminadas receberam a doença pelo consumo da água da torneira, contaminada pelos esgotos. Assim, foram analisadas as águas em vários pontos da cidade, e os cientistas efetivamente puderam concluir que, em alguns pontos da rede, a água do abastecimento estava tão poluída, em virtude de problemas do saneamento, que continha o mesmo número de coliformes que a água do próprio esgoto. (BAYMA 1918, p. 27).

A partir das condições de contaminação da água nos diferentes pontos, Theodoro Bayma pode classificar a qualidade das águas em 4 tipos, desde águas totalmente contaminadas, até as águas boas para beber, que só eram encontradas no entorno imediato do reservatório do alto São Francisco (figura 7).



Figura 7. Reservatório do alto São Francisco

Fonte: autor, 2012.

Ou seja, toda a rede de abastecimento de água estava contaminada, em virtude de ligações precárias da rede de esgoto que, por diversas vias, alcançaram as águas da rede de abastecimento. A partir destes resultados, chegou-se a uma conclusão única na

história sanitária da cidade até então: o saneamento básico foi responsável pela contaminação das pessoas.

Na história desta endemia em Curitiba, outras causas sempre foram associadas à ocorrência do mal. Era frequente apontar os “maus hábitos dos imigrantes” como responsável pela disseminação da febre tifoide. Especialmente os poloneses eram mal vistos pela sociedade tradicional de Curitiba, que os culpava pelas epidemias de 1889 e 1891, das quais estes imigrantes foram, justamente, as maiores vítimas.

Sobre estas epidemias, relatou Jayme Reis:

Ambas tiveram o seu início nas hospedarias de imigrantes polacos, que chegaram trazendo não pequeno número de doentes. Naquelas ocasiões, não havia pronunciamento de febre tifoide na capital, cujas condições sanitárias eram excelentes.

Da hospedaria de imigrantes, situada em rua importante, pequena para o número de indivíduos que recebeu, sem água, sem asseio, saiu o morbo que atacou os quatro pontos da cidade.

Na primeira epidemia, de quinhentos e tantos polacos, entre homens, mulheres e crianças, faleceram duzentos e vinte, sendo dois terços a mortandade nas crianças.

Da população urbana faleceram quarenta e nove pessoas, cujos óbitos foram registrados, além das que foram sepultadas só com a declaração de –febre – por não terem tido assistência médica. (REIS, J. 1898, apud BAYMA, 1918, p. 12)

Não é raro encontrar conclusões que associam os problemas de saúde ao comportamento dos imigrantes (SIQUEIRA, 1992, p. 371, MACHADO *apud* BAYMA, 1918, p.15). O Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz, justamente relata que o Instituto Bacteriológico de São Paulo, fundado em 1892, detectou já no seu primeiro ano de existência um surto de cólera em uma “hospedaria de imigrantes de São Paulo”. (FIOCRUZ)

Do ponto de vista do polonês, no entanto, seu modo de vida era mais asseado que o do “nativo”. É motivo de orgulho destes imigrantes a condição especial com a qual cuidam de suas casas e do entorno. No seu texto “sobre a morada e a propriedade do polonês”, o ex-cônsul da República da Polônia em Curitiba, Kazimierz Gluchowski relata:

Se a propriedade está bem cercada; se diante da casa há ao menos um pequeno jardim cercado com balaustrada, uma casa imponente, muitas vezes caiada, embora na profundidade da mata; se em toda a propriedade se nota ordem e limpeza; se as edificações da propriedade estão em bom estado; se perto da casa há um pomar e uma série de canteiros com hortaliças, sabe-se que ali reside um polonês (...) (GLUCHOWSKI, 2005, p. 301)

De todo modo, os números de Jayme dos Reis mostram que Curitiba viveu uma terrível epidemia de febre tifoide em 1889 que foi mais feroz e mortal do que a epidemia de 1917 (BAYMA, 1918, p. 12).

Naquela oportunidade, como em todas as outras antes de 1917, as vítimas dos surtos eram consideradas as próprias culpadas do mal que estavam sofrendo, em virtude da falta de higiene. Eram, dessa forma, entregues à tragédia.

Havia a convicção de que os mais ricos sempre poderiam se prevenir da ocorrência desses males. A instalação da rede de abastecimento de água e coleta de esgoto em Curitiba, contratada em 1904, seria o capítulo final dessa história do saneamento dos ricos. Os demais que ficassem fora do sistema, estariam condenados à água podre das cisternas e às latrinas intratáveis.

O que mais causou espanto na epidemia de 1917 – e aqui nos referimos ao espanto expresso pela elite médica, pelos altos funcionários do governo e por todos os que tinham voz naquela oportunidade – pode ser bem resumido nas palavras do Doutor Reynaldo Machado:

E para concluir estas minhas despretensiosas palavras, lembro mais uma vez que os lugares nas circunvizinhanças da cidade onde não existe água da Serra nem rede de esgotos estão ficando livres da epidemia, que termina a sua maléfica ação justamente onde acabam as obras de saneamento da cidade. (MACHADO *apud* BAYMA 1918, p. 16)

Tratava-se, portanto, de uma radical posição de classe que estes senhores expressavam quando afirmavam que a epidemia de 1917 acometera “toda a cidade”. A cidade da elite, da burguesia local, fora a principal “beneficiada” dos melhoramentos contratados em 1904, de objeto absolutamente restrito: implantar o saneamento na cidade dos ricos.

Desta vez, como nunca antes, as vítimas da epidemia não eram consideradas culpadas do mal que estavam sofrendo, afinal eram pacientes dos doutores da Sociedade Médica do Paraná.

A epidemia de 1917 não foi tão cruel quanto a de 1889, especialmente se compararmos a população dos dois momentos e a qualidade das notificações nos dois casos. É assumido, sem contestação, que havia subnotificação nas epidemias dos poloneses (BAYMA, 1918, p. 12). As duas epidemias foram socialmente seletivas.

Theodoro Bayma, no entanto, não ingressa em uma análise social da questão. Mas o rico relato que o médico paulista legou permite esta análise. Ao final de seu relatório, BAYMA (1918, p. 31-32) enumera algumas “providências indicadas para debelar a epidemia”.

Entre as providências estava a recomendação da “revisão completa de toda a rede de esgotos e da do abastecimento de água, estendendo-as aos pontos que não as possuem” (BAYMA, 1918, p.32). Diante da recomendação, o estado do Paraná contratou a consultoria de Francisco Rodrigues Saturnino de Brito.

Nascido em 1864, no município de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro, Saturnino de Brito, como ficou conhecido, tornou-se um dos mais conhecidos engenheiros sanitaristas do Brasil. Morreu em 1929 na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul.

Após a sua morte, os herdeiros encomendaram a compilação e publicação de suas *Obras completas*, por meio da Imprensa Nacional, em 1944. As obras completas de Saturnino de Brito totalizam 23 volumes que reúnem extensa obra publicada em vida, entre eles os planos de saneamento de Campos, de Santos (canais de Santos), de Recife (em dois tomos), da Paraíba (atual João Pessoa) e de Vitória, estudos diversos sobre engenharia sanitária, defesa contra inundações, esgotos e abastecimento de águas, e outros textos.

Entre os textos publicados, encontra-se a obra maior do engenheiro: seu livro intitulado “Traçado sanitário das cidades”. O texto publicado na coleção das obras completas, em 1944, ainda encontrava-se em francês, conforme escrito no original. Saturnino de Brito nunca o traduziu, e orgulhava-se de seu talento em produzir um texto técnico totalmente em língua estrangeira.

O traçado sanitário das cidades (ou *Le trace sanitaire des Villes*) recebeu o prefácio do engenheiro francês Edouard Imbeaux, que ficou famoso por associar os conhecimentos de engenharia à medicina. O prefácio ocupa-se de expor aos membros da Associação dos Técnicos Municipais dos países de língua francesa – que publicou originalmente o livro em 1916 – os seus elogios ao texto de Saturnino de Brito.

Segundo o prefácio, o engenheiro brasileiro foi um dos primeiros associados à referida Associação dos Técnicos Municipais, e fora nomeado “Membro de honra”, como representante do Brasil, país de “língua latina”. Fluente na fala e na escrita em francês, Saturnino de Brito recebe o elogio maior do engenheiro francês: “*Monsieur* de Brito é um dos nossos” (SATURNINO DE BRITO, 1944b, p. 25).

O texto do prefácio é revelador das múltiplas territorializações de Saturnino de Brito. Cosmopolita, o engenheiro talvez não se sentisse sempre à vontade entre seus interlocutores brasileiros. Julgou que não teria aqui alguém que compreendesse ou

valorizasse devidamente sua obra. Admirava o pensamento urbanístico produzido no exterior, e esforçava-se em ser um “deles”.

Por outro lado, aqueles que procuravam seus serviços por aqui valorizavam a experiência internacional, o renome e a convivência de Saturnino de Brito com expoentes do urbanismo europeu. Sua extensa obra, com planos para diversas cidades do Brasil, resulta do exercício de seu ofício de planejador em diferentes espaços geográficos, do litoral ao interior, do nordeste ao sul.

Os estudos de Saturnino de Brito ofereceram para Curitiba um verdadeiro plano urbano, na forma de um plano de saneamento e de obras públicas para a cidade. A ele interessava especialmente influenciar a orientação dos traçados viários para a expansão da cidade. Este era um tema que empolgava o engenheiro Saturnino de Brito.

Ele expressava desaprovação pelos traçados ortogonais das cidades, que não aproveitavam a topografia acidentada e o curso dos rios. Segundo o engenheiro, as vias traçadas em formas geométricas, geralmente ruas retas cortadas por ruas transversais, era um padrão adotado que não se comunicava bem com o escoamento das águas:

Conforme dissemos, o relevo do terreno presta-se para o estabelecimento da cidade, principalmente na parte central, onde os pendores das encostas são favoráveis ao trânsito e ao escoamento das águas pluviais para os *thalwegs*. Infelizmente, o traçado das ruas segue a regra geral, em todas as cidades antigas e modernas, regulares e irregulares, quanto à inobservância das vantagens em aproveitarem-se racionalmente os acidentes topográficos, em lugar de seguirem as ruas ao acaso, aos caprichos de interesses vários e secundários, ou obedecendo a um plano geométrico e inflexível.

Na moderna Curitiba, estendendo-se de um pequeno núcleo antigo, foi aplicado o traçado geométrico regular, o “xadrez”, com extensas ruas retas, sem as diagonais que encurtassem as distâncias. Os cursos d’água não correm ao centro e ao longo de vias públicas; eles atravessam os quintais e recebem águas servidas, e podem servir de veículo na transmissão de moléstias. (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 92)

Saturnino de Brito gostava da ideia das vias “diagonais”, que encurtavam algumas distâncias, mas também prezava pelo traçado de vias que aproveitassem o caminho das águas. Por esta razão, viu com muita crítica tanto o traçado tradicional da cidade de Curitiba como o que já estava projetado para os novos loteamentos. Em substituição, ele propôs um novo traçado para os bairros ainda não ocupados:

Em um projeto de expansão da cidade, abrangendo amplíssima superfície dos arredores, o mesmo critério geométrico foi aplicado, como se vê em um mapa do Município e na Carta, em escala de 1:5.000, existente na Prefeitura. Nesse traçado de expansão já se veem algumas vias em diagonal. (...)

E é para atender às vantagens de ordem sanitária, sem sacrifício estético, que modificamos o plano de expansão nas zonas abrangidas pelos projetos de suprimento d’água e de esgotos. (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 93)

Não pudemos encontrar nos arquivos da Prefeitura o mapa com o traçado de Saturnino de Brito, mencionado no parágrafo citado acima. No entanto, a miríade de trabalhos realizados pelo engenheiro pode ilustrar como ele aplicava a filosofia sugerida nos traçados das vias. O urbanismo sanitarista dedica a atenção às estruturas da cidade, e, sobretudo, a infraestrutura.

Por esta razão, diz-se que é um urbanismo do “invisível”. Suas instalações e projetos são executados e muitas vezes não são vistos no cotidiano da sociedade urbana. Com isso, poderia haver o risco de que este urbanismo não tivesse preocupações estéticas, mas Saturnino de Brito fazia questão de dizer que não pretendia sacrificar a estética da cidade (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 93).

Seu talento artístico se revelava nos projetos para as estruturas sanitárias, como nos canais de Santos, que cumprem uma função essencial para o saneamento cidade, e ao mesmo tempo representam instalações de bom gosto (Figura 8):

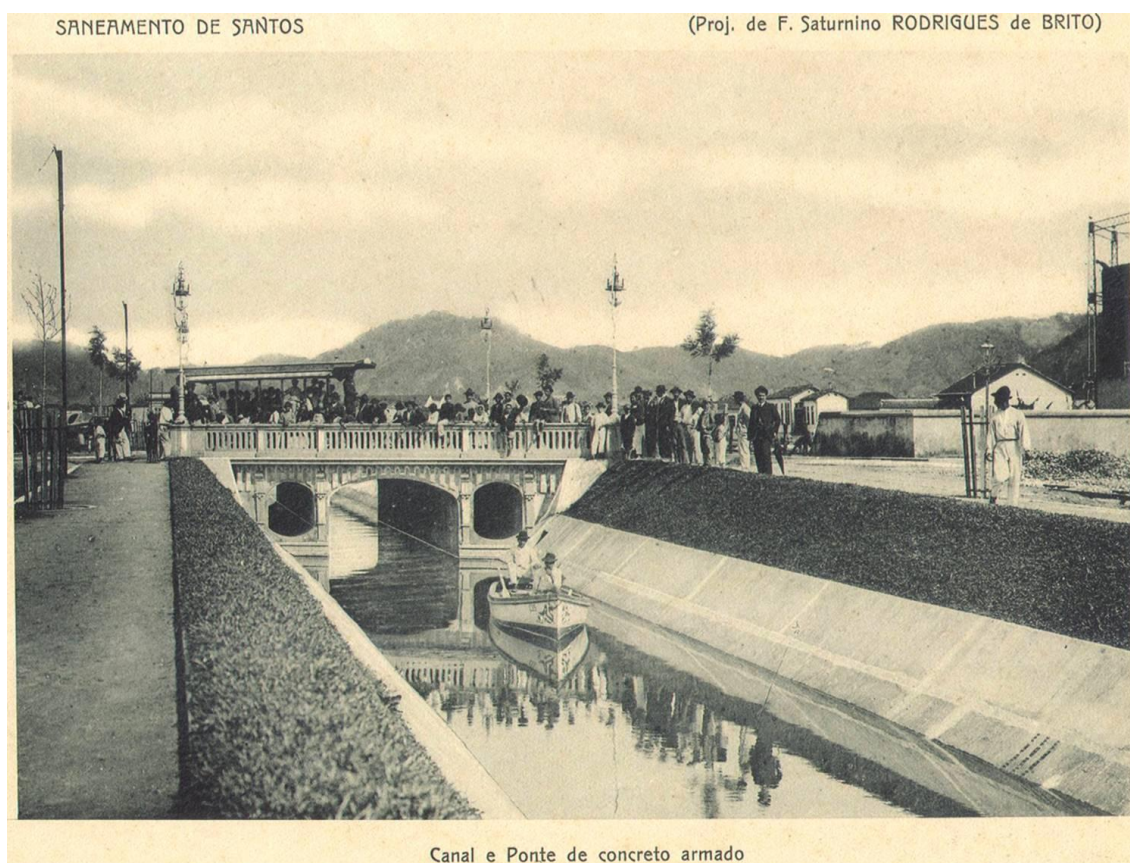


Figura 8. Canais de Santos

Fonte: Saneamento de Santos, 1906.

No projeto elaborado para João Pessoa, a serviço do Estado da Paraíba, encontramos o exercício de Saturnino de Brito no traçado das vias.



Figura 9. Traçado viário da expansão urbana de João Pessoa

Fonte: Sousa *et al*, 2006. O projeto de saneamento elaborado foi para a cidade de Paraíba do Norte, antigo nome da capital paraibana.

Na figura 9, encontramos três imagens sobre uma mesma área da cidade. A primeira imagem retrata o terreno vazio e as curvas de nível. Na segunda imagem temos a proposta elaborada pelo Engenheiro Saturnino de Brito, sem cruzamentos em 90°. Na terceira imagem o traçado realmente implantado no local: um xadrez ortogonal desenhado sobre o mapa que praticamente ignora as curvas de nível e outros elementos da topografia do terreno.

Em Santos, ao traçar os canais de saneamento, o engenheiro ajustou o sistema viário a fim de produzir uma estrutura harmônica e funcional, entre o sistema de saneamento e a circulação na cidade (Figura 5).

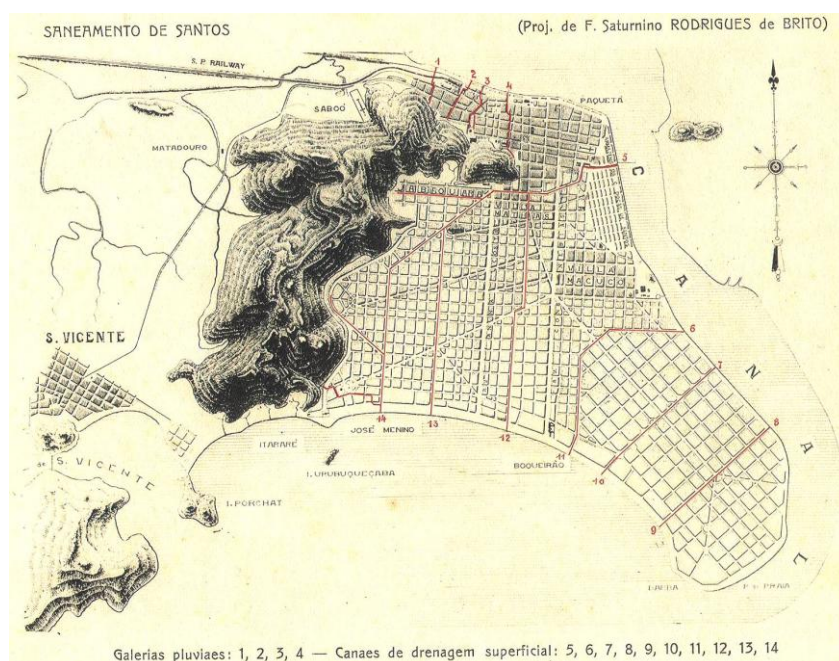


Figura 10. Traçado dos canais de Santos

Fonte: SANEAMENTO DE SANTOS, 1906.

No plano para Curitiba, Saturnino de Brito comentava a escassez de praças e jardins. Dedicava muitos elogios ao Passeio Público. Para ele: “os jardins e parques são os ‘pulmões da cidade’, e eles se devem multiplicar” (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 99). Para isso, ele sugeria que na planta de expansão da cidade fossem previstos novos parques.

O percentual de área existente para esta finalidade era bastante baixo, à época da pesquisa de Saturnino de Brito sobre Curitiba, segundo seus estudos “em 1.370 hectares de cidade, temos 18 hectares de praças e jardins existentes, e mais 50 hectares projetados, ou o total de 68 hectares.” (ibidem). Assim, na zona projetada, ele propunha a reserva de área para jardins e parques em uma proporção maior do que o dobro da área já existente para esta finalidade, revelando a escassez de áreas reservadas para este fim.

Para tornar isso viável, o engenheiro registrava a possibilidade de se cobrar a “contribuição de melhoria” para a realização das obras e pavimentação e melhoramento estético das vias, com a arborização, manutenção de jardins e canteiros.

Quanto ao abastecimento de água e à rede de esgotos, Saturnino de Brito apresentou uma série de estudos técnicos que apontavam as limitações e imprevistos do sistema que vinha sendo instalado até então, registrando sua reprovação quanto ao tipo de material utilizado, que facilitava a ruptura nas juntas causando o vazamento de material e poderia causar a temida contaminação das águas com os resíduos do esgoto.

Também julgava que as tubulações estavam subdimensionadas, provocando sobrecargas. Além disso, condenava as instalações de esgotos que existiam na rede, pois entupiam facilmente e tinham sido mal construídas em diversos pontos, com erros de inclinação que causavam o acúmulo de materiais nos canos.

Rejeitava o modelo de drenagem adotado até então, que consistia em ligar os bueiros de captação das águas pluviais à tubulação de esgoto, o que causava tragédias nos períodos de muita chuva, especialmente com a retenção do esgoto nos canos, sem condições de fluir para o destino final (SATURNINO DE BRITO, 1944a).

Saturnino de Brito impressionou-se também com a falta de integração entre as equipes que realizavam obras a serviço do estado e do município. Dizia o engenheiro que algumas obras municipais teriam causado danos às instalações da rede de água e esgotos realizadas pelos órgãos estaduais.

O Plano de Saneamento de Curitiba só foi concluído em 1921, e publicado em relatório do governo do Estado do Paraná.

No entanto, quase nada do plano de Saturnino de Brito foi realmente implantado. Aparentemente, suas ideias cosmopolitas, especialmente quanto ao traçado das vias, não foram bem recebidas. O traçado das novas áreas urbanas permaneceu e foi posteriormente implantado exatamente da forma como estava projetado antes do Saturnino de Brito.

Além disso, o plano se destacava pela proposta do conjunto de obras, integradas em uma rede, mas não havia a dimensão econômica ou social envolvida. Não é novidade para a época, já que os planos só irão incorporar uma visão de “desenvolvimento” econômico ou social a partir dos anos 1950. No entanto, o problema original, a epidemia de febre tifoide, teve causas evidentemente econômicas e sociais.

Mas Curitiba ainda não dispunha de recursos para realizar as obras de qualidade sugeridas por Saturnino de Brito. O problema original permanecia: Curitiba era uma cidade sem boas condições econômicas, como era possível notar pela própria elite local. Sem iniciativas que trouxessem riqueza para a cidade, não seria possível realizar boas obras e intervenções urbanas.

Os abastados desejavam ter o status de viverem em casas servidas de torneiras e equipamentos de esgoto tratado, mas não dispunham dos recursos para tanto. Pechinchavam todas as obras e exigiam a execução de improvisos por parte dos responsáveis. Assim, explica Irã Dudeque:

Diferente de Santos ou Recife, o projeto de Saturnino de Brito para Curitiba não resultou em obras que alterassem a maneira de ver e usar a urbe. Carlos Roberto Monteiro de Andrade notou que, em vez de construções artísticas, Saturnino de Brito dava prioridade ao escoamento das águas. Para isso, ele desenvolvia seus projetos em plantas, sem perspectivas e sem panoramas. (...) A insolvência do estado no final da 1ª República impediu a expansão das obras sanitárias (DUDEQUE, I, 2010, p. 45)

Mas a mencionada insolvência do estado não era uma característica local. O Brasil ainda era um país pouco industrializado. A maior parte das benfeitorias dependia da importação de materiais, obstáculo onde esbarrava o “desenvolvimento” da infraestrutura. Por fim, o plano de Saturnino de Brito foi publicado logo após a I Guerra Mundial, e seus efeitos não poderiam ser piores, segundo o próprio engenheiro:

[Infelizmente, a previsão de deflação dos preços dos materiais após a guerra não se realizou]. Esperava-se que o apresto mecânico para a grande produção de máquinas e outros artigos destinados à destruição dos homens e das coisas fosse aproveitado, na paz, para restabelecer a ordem material onde fora perturbada e impulsionar o progresso no mundo, ganhando-se o tempo perdido. Não se poderia prever que do rigoroso regime disciplinar das trincheiras saíssem as expansões da anarquia nos cérebros, e as explosões da desordem nas ações, generalizando-se por todos os países. (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 155)

Não é possível nos afastarmos da dialética entre o local e o cosmopolita. As soluções discutidas e propostas por Saturnino de Brito resultam de reflexões desde a Europa. Theodoro Bayma, o médico que explicou a epidemia de Febre Tifóide à Sociedade Médica do Paraná tinha, como momento máximo de seu currículo, as parcerias com o médico alemão Martin Ficker.

Mas quando alemães e franceses trocaram bombas graças às divergências *interimperialistas* sobre a política colonial de um e outro, especialmente no continente africano, as explosões que aconteceram lá também fizeram romper nossos canos de água e esgoto por aqui, nos impossibilitam de prevenir a ocorrência de epidemias e mantém nosso urbanismo no atraso durante mais algumas décadas.

Assim ocorreu com as propostas de traçados de Saturnino de Brito para o sistema viário. Implantado ou não, é interessante notar que a elaboração deste plano não se encontra devidamente registrada na memória urbanística da cidade. Não se encontram os mapas, e os raros registros são encontrados na edição única das obras completas de Saturnino de Brito, de 1944.

3.2 O PLANO AGACHE

Em 1941, o Município de Curitiba contratou a empresa Coimbra Bueno para a realização dos estudos com vistas à elaboração de um plano diretor para a cidade. Com sede no Rio de Janeiro, a empresa contratada oferecia os serviços com o apoio do urbanista francês Alfred Agache, que era conhecido pela elaboração de outros planos para cidades brasileiras, entre eles o plano diretor do Rio de Janeiro de 1930.

Não se conhecia o uso do termo “Plano Diretor” antes do trabalho de Agache no Rio de Janeiro, em 1930 (VILLAÇA, 2010, p.188). Seu urbanismo é considerado de vanguarda, pois se caracterizaria por integrar diversos elementos da cidade no planejamento.

De inspiração modernista, os planos de Agache incorporavam um escopo de atuação maior que os planos do urbanismo sanitarista, pois envolvia temas urbanos além da infraestrutura, que era o tema condutor do urbanismo no período anterior.

O plano de Agache em Curitiba considerava, entre outros aspectos, a estética do ambiente construído, a valorização imobiliária, a mobilidade (trânsito) e os serviços urbanos como elementos integrantes do projeto.

Se, por um lado, estes planos diretores ampliam o escopo de abordagem, também passam a apresentar projetos com um nível de detalhe menor. Desenhos e

esquemas gerais são priorizados em relação aos detalhes de projetos executivos, que no urbanismo sanitaria chegavam à minúcia do funcionamento dos equipamentos do sistema de esgoto, por exemplo.

O “conceito” ganha importância: competiria ao plano propor diretrizes gerais combinadas com alguns projetos específicos destinados a resolver situações mais difíceis ou servir como referência aos demais. Assim, os gestores ganhariam mais liberdade na execução, sem prejuízo da garantia dos conceitos do projeto geral (NYGAARD, 2005).

Para VILLAÇA (2010, p. 191), este distanciamento do detalhe será uma tendência que marcará a trajetória do planejamento enquanto ideologia, que dará autonomia ao discurso do planejamento ao ponto de distanciá-lo da realidade concreta. Os planos não serviriam para ser realmente executados, e esta é a razão pela qual se perderiam os detalhes. É assim que se chega à situação limite, citada por Villaça, do plano “sem mapas”, na década de 1970.

O plano Agache, a exemplo de outros planos realizados a partir dos anos 30, contam com estudos preliminares, na forma de diagnósticos sobre o funcionamento da cidade. O escopo destes diagnósticos abrangia desde a infraestrutura até o funcionamento dos serviços. Ainda não se entrava em aspectos sociais e econômicos, elemento que surge apenas algumas décadas depois.

O relatório do plano Agache em Curitiba foi concluído em 1943, e apresentado à cidade em uma publicação do Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba. Mas antes mesmo de sua conclusão, ações relacionadas ao plano foram tomadas, como é relatado pelo próprio texto de apresentação da prefeitura de Curitiba, contido no texto do relatório publicado:

Partes do plano que ora se publica já foram aprovadas, mediante a expedição dos necessários atos oficiais, tais como o Plano das Avenidas da Cidade, alargamento da rua 15 de Novembro, e outros (...) Agora pretendemos, em súmula geral, dar uma ideia do conjunto desse plano, que a Municipalidade, empenhada no maior desenvolvimento da Cidade, já deu início, no exercício de 1942, conforme temos noticiado (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1943, p. 3)

DUDEQUE (2010, p. 100), ao analisar o Plano Agache, concentra-se no contexto político. Registra os aspectos autoritários do período, no qual o Brasil vivia o Estado Novo de Getúlio Vargas. O estado do Paraná era governado por um interventor, Manoel Ribas, que por sua vez nomeava os prefeitos das cidades, como Rozaldo de

Mello Leitão, em cujo mandato o plano Agache começou a ser elaborado, e Alexandre Beltrão, prefeito à época da conclusão da elaboração.

O relatório do Plano Agache inicia com um resumo histórico-fisiográfico da cidade. Em síntese, o estudo abordava a situação da cidade desde seus aspectos físicos até os temas do saneamento, do trânsito e das centralidades funcionais propostas.

O plano dedicava bastante destaque ao tema da mobilidade. No diagnóstico ressaltava o problema do “trânsito” no centro da cidade, e como alternativa apresentava propostas de ampliação e extensão das avenidas.

Havia certa inspiração paulista neste diagnóstico, visando apontar para Curitiba a necessidade de intervenções viárias, tomando como exemplo o planejamento de Prestes Maia na cidade de São Paulo, o famoso “plano de avenidas”. Trata-se de uma opção urbanística por produzir estruturas voltadas para o carro nas cidades, o que começava a ocorrer com frequência em outros planos da época.

A influência paulista é confirmada por uma citação de Agache no relatório do plano diretor. No texto, o urbanista fala sobre sua sensação ao ter visitado São Paulo. Sobre a capital paulista, lança a comparação com Chicago.

Para ele, as duas cidades viviam sob o “caos”, sem unidade orgânica. Mas, completa o urbanista, após vinte anos de planejamento, podia notar a organização na cidade norte-americana. Assim, expressava a opinião que São Paulo iria pelo mesmo rumo. Declarava-se satisfeito com os avanços naquela cidade, resultantes do plano de Prestes Maia. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1943, p. 15)

Quando visitei [Chicago] vinte anos depois, os trabalhos urbanísticos haviam transformado o caos numa cidade organizada. Estive pela primeira vez em São Paulo em 1927. Tive idêntica impressão, uma cidade transbordante de atividade, mas inteiramente privada de unidade orgânica. Hoje constato, com grande prazer, a transformação que se está fazendo e que, como urbanista, aprovo totalmente. (1943, p. 15)

Mas Irã Dudeque lança dúvidas sobre o nível de realidade do “diagnóstico” do plano Agache, afinal, na década de 1940, Curitiba era uma cidade com cerca de 150 mil habitantes, e seguramente não existiam tantos veículos em circulação na época, visto que o carro era um item de luxo. (DUDEQUE, 2010, p. 110).

Disto, supõe que, na verdade, o plano Agache versava sobre problemas imaginários, ainda inexistentes. Muito provavelmente, estas ideias estavam associadas a um projeto nacional de industrialização do país, que incluía a viabilização da indústria automobilística. Em outras palavras, antes de se que resolver o problema do “trânsito”, era preciso ter avenidas que permitissem a circulação de automóveis.

Os autores chamam ao plano o título “Plano Diretor de Urbanização de Curitiba”. Os demais elementos que constituíam as propostas do relatório eram os **Centros Funcionais ou Especializados**, o **Código de Obras e Zoneamento**, o **Sistema de Comunicações e Transportes**, os **Espaços Livres e as Reservas de Áreas**, a **Extensão da Cidade**, o **Escoamento Pluvial e Defesa contra Inundações**.

São elementos ainda presentes na elaboração de planos diretores. Reivindica-se, inclusive, que somente quando composto de tantos elementos é que se tem, efetivamente, um plano para a cidade. Isto decorre, por um lado, da ampliação do escopo dos planos diretores, como já abordado anteriormente, que resulta em um conjunto de diretrizes mais gerais. Por outro lado, estes elementos se revelam muito conceituais, dependentes de projetos específicos que deem execução às ideias propostas no plano geral.

Como já dissemos, VILLAÇA (2010, 177) olha com desconfiança para os projetos rebuscados, distantes de sua execução prática. Para ele, há um exercício de “ocultação” do real conteúdo do plano (ibidem, p. 191). Este autor considera muito importante dedicar atenção a um elemento às vezes menosprezado pelos estudos sobre os planos diretores: o “zoneamento”.

Para VILLAÇA (p. 177), o zoneamento pode ser considerado a primeira forma de planejamento da cidade, que, segundo a pesquisa do autor, pode encontrar exemplos desde meados do século XIX, como o projeto encaminhado à câmara do Rio de Janeiro em 1866 que versava sobre o zoneamento.

Para ele, esta é, ainda hoje, a forma pela qual se realizam os poderes e os interesses econômicos no plano da cidade, a despeito das “inovações” e acréscimos que se fizeram aos planos diretores, que muitas vezes não incluem em seu conteúdo o zoneamento, o que fariam deles um documento totalmente distante da realidade prática da cidade.

[O zoneamento] tem uma história bastante destacada da dos planos diretores, inclusive com muito menos influência estrangeira – se é que esta tenha existido –, como mostra o projeto de 1866 (...). Assim, um plano de zoneamento não é aqui considerado plano diretor, embora todo plano diretor – no discurso convencional – deva incluir um plano de zoneamento (o que na verdade quase nunca ocorreu) e embora não seja raro chamar-se um plano de zoneamento de “plano diretor”. (VILLAÇA, 2010, p. 177).

O autor ressalta o caráter legal do zoneamento. Para ele, o texto jurídico possui mais influência que as cartas de intenções contidas nos planos gerais. Além disso, o zoneamento “sempre foi constituído de leis claras e objetivas, que claramente dizem o

que é permitido e o que é proibido e em que parte da cidade; é constituído de leis autoaplicáveis e que tem sido efetivamente aplicadas.” (VILLAÇA, 2005, p. 2).

Apesar de muitos planos diretores terem sido aprovados na forma de lei, o autor explica que estes não são aplicados justamente por que assumiram um caráter muito geral. Enquanto isso, de forma mais discreta, o zoneamento percorre a história do urbanismo no Brasil com uma trajetória mais bem sucedida.

A nosso ver, isto se deve ao caráter fundiário do zoneamento. Ao contrário do Plano Diretor, que assumiu intenções mais amplas, o regulamento sobre permissões e proibições no uso das terras urbanas é medida efetivamente aplicável.

A influência dos proprietários de terra sobre as instituições políticas faz com que qualquer intervenção sobre as questões fundiárias seja regulamentada em mínimos detalhes. Trata-se, enfim, de repartir a cidade em terras privadas, e planejá-la sobre este ponto de vista.

A crítica de VILLAÇA (2010, p. 191) dirige-se aos elementos que se tornam presentes, sobretudo, nas inovações modernistas sobre o urbanismo. Para ele, estas inovações, se não considerarem os aspectos fundiários, não têm condições de serem bem sucedidas, e resultariam na história dos planos diretores não executados, na ilusão do plano diretor (VILLAÇA, 2005).

Os interesses fundiários podem ser considerados um elemento *local* de poder, em contraposição à visão *cosmopolita* da cidade como um todo. O proprietário preocupa-se com aquilo que ocorre no interior dos limites de sua propriedade, enquanto o planejador, com uma visão de *cosmos* (totalidade) ocupa-se da relação entre as propriedades.

A importância dos interesses fundiários para as instituições políticas é característica sempre presente na historiografia brasileira, mas encontramos especialmente em LEAL (1997). Assim, como a cidade pode associar uma visão cosmopolita, de planejamento de seu território visto como um todo orgânico e integrado, com os interesses localistas dos donos de terras?

Ao urbanismo modernista é imposto esse desafio, inúmeras vezes não vencido. Um planejador verdadeiramente idealista não se deixaria render pelo localismo dos interesses fundiários, mas talvez esta seria a única forma de tornar o plano efetivo, como explicou VILLAÇA (2010), especialmente em uma cidade ainda muito atrasada, como era Curitiba em 1943.

Por isso, o plano Agache de Curitiba se caracteriza, por um lado, pela rica produção de propostas modernistas para a cidade, mas por outro pelo conformismo, em momentos mais discretos, com o poder local real, tentando ceder aos interesses fundiários, como deixa transparecer na passagem sobre o zoneamento:

O zoneamento é a base de todo o plano de urbanização podendo-se mesmo dizer que sem ele o plano não é urbanismo, é desenho ou no máximo engenharia. (...)

O zoneamento é a garantia do proprietário e o incentivo de valorização justa. Simplifica, disciplina e hierarquiza as funções urbanas e reflete o nível de cultura dos seus habitantes. (PREFEITURA..., 1943, p. 56)

Ou seja, o zoneamento proposto por Agache estava associado ao sistema viário planejado para a cidade, com vistas à solução do trânsito, como já estudamos em momento anterior. Mas os autores estariam propondo o zoneamento a partir de um raciocínio coerente de integração com o sistema viário, ou tornou-se apenas elemento de barganha para convencimento dos interesses fundiários, que não estavam preocupados com as intervenções de embelezamento, sistema viário e demais propostas em si, mas nos efeitos de valorização da terra que o plano poderia produzir.

O alerta sobre este assunto já havia sido dado no plano Saturnino de Brito. Sua ousadia em propor novos traçados para as vias poderia ter sido inviabilizada pela crise geral, mencionada pelo autor, que teria impedido a execução do plano como um todo, ou seja, seria um problema exterior. Mas talvez tenha havido também obstáculos internos às propostas de Saturnino de Brito, uma vez que não consideravam a valorização das terras.

Então, os autores do plano Agache tentam deixar claro que, além do plano de avenidas e outros melhoramentos para a cidade, seria elaborado um zoneamento que garantisse ao proprietário a valorização de suas terras.

Retornando aos elementos *cosmopolitas* do plano diretor, isto é, aqueles que olham para a cidade como um todo, destacam-se as propostas de centros funcionais. Estes centros se apresentam como intervenções em pontos específicos no território da cidade. São propostos centros funcionais: o Centro Cívico, a Rua XV de Novembro, um estádio, a Estação Rodoviária, um centro de instrução, a Praça Tiradentes e o Centro Militar, no Bacacheri.

Deste conjunto de propostas percebe-se que Agache desenvolve um conceito complexo que reúne um plano geral e integrado com intervenções pontuais e fragmentadas na cidade. Várias décadas depois, Jaime Lerner irá propor o que ele chama de *Acupuntura Urbana*, ideia para a qual Curitiba foi um de seus laboratórios

(LERNER, 2010). As acupunturas seriam intervenções pontuais na cidade, criando elementos de paisagem urbana com funções integradas ao espaço urbano. A ideia é muito parecida com a proposta dos centros funcionais.

A imitação e a reprodução de conceitos é um processo permanente na história do urbanismo. As etapas se sucedem por meio de mecanismos de superação dos elementos anteriores, mas também de manutenção de algumas características.

E não se trata apenas da repetição dos elementos contidos nos planos, mas o próprio processo de elaboração e reprodução. Notamos, neste estudo, que Alfred Agache era mais do que o nome do arquiteto que orientava a equipe carioca: Agache era também uma marca, que orientava um processo de produção do planejamento.

Os responsáveis pelo planejamento sob o comando do urbanista francês preocuparam-se em oferecer a reprodutibilidade de seus conceitos de urbanismo. É possível que grande parte do plano Agache para Curitiba não tenha sido elaborado pelo próprio arquiteto francês, mas por inúmeros assistentes. Sua projeção internacional resultava de parcerias que o arquiteto realizava com escritórios em outros locais do mundo.

As grifes de consultoria não são uma novidade com Agache. As próprias “escolas” de urbanismo, que tratamos anteriormente, em vários casos revelam-se grifes que caracterizam projetos elaborados em vários locais do mundo, sem necessariamente resultar do trabalho do idealizador, em pessoa. Mesmo no Brasil, esta prática não era uma novidade: o próprio Saturnino de Brito também tinha conquistado uma condição muito semelhante, era a “grife” mais respeitada em planos de saneamento.

Esta estratégia, portanto, produzia uma relativa “repetição” nos projetos. Uma tendência de cópias e imitações que, algumas vezes, não eram aplicáveis no local que estava sendo planejado. A mecanização da criatividade, com vistas à internacionalização e generalização da proposta (e, portanto, de sua cosmopolitização) corria o risco de esbarrar em obstáculos locais.

Assim, os autores do plano Agache esforçavam-se em expor seu próprio trabalho, e eram “blindados” em relação a outras alternativas. Agache, especificamente, considerava-se a si próprio como uma autoridade. Seus diagnósticos assertivos eram, às vezes, tão arbitrários que o observador pode ficar em dúvida se são passíveis de questionamento, como a questão do trânsito, já debatida.

Desta forma, o plano sustentava-se na autoridade, que não era apenas epistemológica, diante da importância de Agache para o urbanismo no Brasil, mas

também política, sob a ditadura de Getúlio Vargas. Ou seja, o urbanismo como produto de mercado, Agache como “grife” de plano diretor e a autoridade política como argumento de validade foram elementos muito fortes do plano Agache de Curitiba.

No entanto, assim como ocorreu com o plano de Saturnino de Brito, o plano Agache não foi implantado. É verdade que seus resultados foram melhores que aqueles alcançados pelo antecessor, haja vista que hoje há pouquíssima memória do plano de Saturnino de Brito e, a rigor, nada do que ele propôs foi realizado, enquanto o plano Agache efetivamente resultou na abertura de algumas das vias propostas no plano de avenidas e na instalação parcial de alguns centros funcionais, nos termos desenhados pelo urbanista, como é o caso do Centro Cívico.

3.3 O PLANO WILHEIM

Não é a escala da cidade que importa. O que é importante é a 'visão'.

(Jaime Lerner, em entrevista no Programa Roda Viva da TV Cultura, 17 de janeiro de 2011)

Entre 1950 e 1960, Curitiba e outras capitais apresentaram crescimento acelerado de sua população urbana. Neste período, a média de crescimento da população urbana no Brasil foi de 5,48%, o que resultou, durante os anos 60, no fenômeno da transição da população majoritariamente rural para uma população majoritariamente urbana.

Curitiba estava inserida na mesma tendência de forte urbanização, mas seus números se destacavam. A taxa de crescimento da cidade era muito superior à média nacional, pois crescia a uma taxa anual de 9,53%, enquanto outras capitais cresciam à média de 5% ao ano. (tabela 1)

No ano de 1960, Curitiba contabilizou uma população urbana de 344.560 habitantes. Estava atrás de outras capitais como Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, que já ultrapassavam o contingente de 600 mil habitantes.

Em 1964, a Prefeitura Municipal de Curitiba, com apoio da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná (CODEPAR) abriu seleção para a contratação de empresa de consultoria para elaborar um novo plano para o município.

A empresa vencedora da seleção chamava Sociedade Serete, que por sua vez contratou o arquiteto paulistano Jorge Wilhelm para contribuir na elaboração do plano. Este serviço resultou na publicação, em 1965, do Plano Preliminar de Urbanismo (PPU).

O PPU se insere na tendência do chamado *planejamento integrado* (VILLAÇA, 2010, p. 211), uma vez que ia além dos aspectos físicos da cidade, ou mesmo estéticos, como vimos no plano Agache, para incorporar o tema do desenvolvimento social e do desenvolvimento econômico.

Neste período já é corrente o uso da palavra “desenvolvimento” em alguns de seus usos. O próprio plano resulta do incentivo de um órgão do estado do Paraná chamado Companhia de Desenvolvimento. O projeto industrializante para o estado do Paraná idealizado pelo governador Ney Braga (1961-1965) traçava um futuro brilhante para Curitiba como importante centro econômico e sede de empresas (OLIVEIRA, 2001, p. 54).

Assim, a partir de uma visão de totalidade do estado do Paraná, o governo projetou sobre o território as distintas funções a serem exercidas em cada parte. A instalação de indústrias é favorecida por facilidades logísticas, como acesso a rodovias de integração nacional e proximidade com outras empresas, razão pela qual a instalação de infraestrutura e urbanização de uma cidade como Curitiba – que possuía boa comunicação com São Paulo por meio da BR-2 (atual BR-116) –, transformando-a em uma *metrópole*, poderia ter resultados positivos do ponto de vista econômico.

Definitivamente não se está falando de um plano com atenção às minúcias da infraestrutura sanitária. Trata-se de outra escala de olhar sobre a cidade. Precisamente, foi um aspecto omissos importante nos planos anteriores e que influenciou a dificuldade de execução das ações planejadas, afinal, se o plano não considera sua viabilidade econômica, de um ponto de vista mais amplo, ele não pode ser aplicado.

É a lição aprendida desde a constatação de Saturnino de Brito, já mencionada, a respeito da inflação dos preços após a I Guerra Mundial, que inviabilizou a importação dos materiais necessários à implantação do sistema de saneamento (SATURNINO DE BRITO, 1944a, p. 155).

Como já era característico dos planos anteriores, e nesta fase torna-se ainda mais frequente (VILLAÇA, 2010, p. 189), o PPU inicia com um extenso diagnóstico interdisciplinar sobre Curitiba. Um dos pontos centrais de estudo do diagnóstico se concentra em compreender a escala de Curitiba, isto é, qual era seu real tamanho, em termos demográficos e em termos de conexão com outras cidades.

Primeiro, Curitiba foi comparada com outras “grandes cidades”, a partir do critério de escala demográfica. Naquela oportunidade, era corrente a aplicação da

qualificação de “grande cidade” para todas as cidades com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes:

Comparando-se Curitiba com as outras capitais e as cidades brasileiras de mais de 100 mil habitantes em 1960, verifica-se que somente duas cidades cresceram mais que ela na década dos cinquenta, que são respectivamente Goiânia com 12,3% e Olinda com 10,2% ao ano. (IPPUC, 1966, p. 8)

Neste sentido, Curitiba se destacava em sua taxa de crescimento. Por outro lado, é de se notar também que dentre as grandes cidades, Curitiba era relativamente menor que as demais. Sua população em 1950, inferior a 150 mil habitantes, revelava uma escala próxima do tamanho mínimo que a qualificava como cidade grande.

As outras cidades com as quais era comparada já tinham, em 1950, quase 400.000 habitantes ou mais. Atualmente, as metrópoles e grandes cidades são consideradas aquelas com mais de 500 (quinhentos) mil habitantes. A questão é até que ponto a escala tem um papel importante para se traçar o quadro da questão urbana.

Por um lado, os estudos acadêmicos e governamentais procuram agrupar as cidades por tipologias que levam em conta o número da sua população. Mesmo assim, vários autores, entre eles o ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner (2011), citado no início deste subcapítulo, e Marcelo Lopes de Souza (2000, p. 312 e ss. *How large is too large?*) procuram minimizar a importância da escala, no sentido demográfico, para a explicação dos sucessos e das tragédias das cidades.

TABELA 1. População urbana 1950-1960 e taxa de crescimento

Cidade	População Urbana		Incremento anual (% a.a.) ¹
	1950	1960	
São Paulo	2.041.716	3.164.804	4,49
Belo Horizonte	346.207	642.912	6,38
Salvador	395.993	630.878	4,76
Porto Alegre	381.964	617.629	4,93
Curitiba	138.178	344.560	9,53
BRASIL	18.782.891	31.990.938	5,48

¹Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População

Fonte: IBGE apud SERETE; WILHEIM, 1965, p. A4-A5

Pierre George (1983, p. 11 e ss.) começa seu livro Geografia Urbana exatamente pelo tema dos dados estatísticos, e o primeiro ponto analisado é “o problema da avaliação da população urbana”, onde enumera as dificuldades para o exercício de comparação entre quantitativos populacionais.

A escala é um dos temas mais relevantes no debate atual da geografia urbana brasileira, como se vê pela intensa produção de grupos de pesquisa organizados através da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe)⁵ e da Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias (REDBCM)⁶. Além destas redes de pesquisa, o tema das cidades médias é motivo de atenção por parte do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que tem publicado excelentes trabalhos sobre o assunto.

A importância dedicada ao tema resulta dos indicadores sociais e econômicos que apontam para uma transição de importância das regiões metropolitanas para as cidades médias que, especialmente após a década de 1980, passaram a ter resultados mais positivos em termos de desenvolvimento do que o período anterior, protagonizado pelas regiões metropolitanas. (ANDRADE e SERRA, 2001, p. 143).

Os estudos sobre cidades médias partem da referência demográfica, isto é, do indicador quantitativo de população, a fim de verificar a inclusão ou não de uma cidade na categoria de cidade média, no entanto, inúmeros outros fatores influenciam nos estudos sobre o papel e a importância da cidade média no sistema nacional de cidades.

Disto resulta uma tipologia complexa de cidades médias que, ao final, não pode ser resumida exclusivamente à demografia. Sobre este assunto, há uma miríade de trabalhos que revelam a complexidade do tema, que não pretendemos sintetizar nesta pesquisa (sobre este assunto, ver PEREIRA, 2002, ANDRADE e SERRA, 1998, 2001).

Mas interessa observar o papel relativamente menor que Curitiba cumpria no sistema nacional de cidades no momento em que o PPU estava sendo elaborado, o que é destacado pelo diagnóstico do plano (IPPUC, p 6). Sua população estava no limiar inferior da faixa que a permitia ainda ser chamada de cidade grande, por outro lado, Curitiba era uma capital de estado, o que a colocava como uma cidade importante.

Vejamos, no entanto, que, em 1970, Curitiba reunia 89% da população urbana da sua região metropolitana, um percentual alto de concentração da população urbana no município-sede em relação à região metropolitana, especialmente se compararmos com o mesmo indicador em outras regiões metropolitanas de importância similar: Porto Alegre reunia 62% da população urbana de sua região metropolitana, Recife, 63%, e Belo Horizonte, 82%. (MINTER, IUPERJ, 1975, p. 131-132).⁷

⁵ <http://www.recime.org/>

⁶ <http://www.redbcm.com.br>

⁷ Juridicamente, não havia as mencionadas “regiões metropolitanas” em 1970, já que elas foram criadas pela lei complementar nº 14, de 1973. No entanto, o estudo citado (MINTER, IUPERJ, 1975) foi publicado após a existência jurídica da região metropolitana, e, naquele texto, os autores fizeram

Dessa forma, se Curitiba tinha uma população pequena, se comparada com outras capitais, e, considerando que a maior parte da população da região metropolitana de Curitiba morava no município-sede, podemos concluir que a região metropolitana de Curitiba era ainda menor que as demais regiões metropolitanas.

Neste sentido, esta escala “média” (ou relativamente inferior às regiões metropolitanas comparadas) também explica parcialmente seu alto crescimento demográfico, afinal, é mais fácil crescer a taxas de 9% ao ano se sua população é relativamente menor.

Veja-se que, em números absolutos, São Paulo ganhou mais de um milhão de habitantes entre 1950 e 1960, mas sua taxa de crescimento anual naquele período foi de 4,49%, e Porto Alegre teve aumentada a sua população em mais de duzentos e trinta mil habitantes, com uma taxa de crescimento de 4,93% ao ano (tabela 1, p. 69). Ao mesmo tempo, Curitiba agregou pouco mais de duzentos mil habitantes no mesmo período, o que, para ela, representou uma taxa de crescimento anual de 9,53%, o dobro da taxa paulistana e de Porto Alegre. (IPPUC, 1966, A-5). Em síntese, ser uma cidade menor permitiu a Curitiba crescer a um ritmo mais acelerado.

O que observamos, portanto, foi que, no diagnóstico, os autores do plano para Curitiba destacaram os aspectos demográficos da cidade, oferecendo subsídios para uma interpretação relativamente nova na época – já que as cidades médias serão objeto de estudo apenas alguns anos depois – de que a condição de Curitiba como cidade menor, mas com elevado ritmo de crescimento, poderia oferecer uma oportunidade diferenciada de desenvolvimento. Aparentemente, os autores do plano ficam em dúvida a respeito dos aspectos positivos ou negativos deste fenômeno (IPPUC, 1966, p. 73).

A tendência das cidades médias, que será assunto de políticas públicas para cidades especialmente no período 1975-86 (STEINBERGER e BRUNA, *in* ANDRADE e SERRA, 2001, p. 35), pode ter sido demonstrada antecipadamente na cidade de Curitiba, a partir deste estudo de caso. Por outro lado, não são frequentes os estudos que apontam o aspecto da escala de Curitiba como um elemento importante para a explicação do planejamento iniciado nos anos 1960.

Como exemplo, os estudos elaborados por FERNANDES (1979) e MINTER e IUPERJ (1975) dão destaque para aspectos epistemológicos (ou técnicos, isto é, os

referência à região metropolitana apesar de utilizarem dados de 1970, quando ainda não existiam com esta forma jurídica. Dado que o objetivo é observar a dinâmica demográfica, e que as regiões metropolitanas, enquanto aglomerações urbanas, já eram uma realidade antes da sua definição em lei, será feita a referência à região metropolitana, *data vênia* desta ressalva jurídica.

conceitos adotados pelo plano) e institucionais (as condições que deram origem ao IPPUC), mas praticamente não resgatam a questão demográfica, que teve tanta importância no diagnóstico do PPU em 1965.

SÁNCHEZ (2003) diverge das explicações associadas à retórica oficial, que predominam em FERNANDES (1979) e MINTER e IUPERJ (1975). A retórica oficial procurou construir sobre o planejamento de Curitiba da década de 1960 uma imagem de “cidade-modelo” que, segundo SÁNCHEZ (2003, p. 153), serviu como propaganda da “versão urbana” do milagre econômico. Por esta razão, as explicações oficiais dão elevada importância ao caráter técnico do projeto, às qualidades conceituais ou ao “sucesso” institucional de órgãos como o IPPUC, mas não revelam aspectos políticos, como os compromissos do projeto com a ditadura militar, por exemplo.

Neste sentido, SANCHEZ (2003) oferece ao estudo outras explicações sobre o alcance do projeto de Curitiba, sem os raciocínios mitificados da retórica oficial. Mesmo assim, a autora praticamente descarta a importância dos aspectos demográficos, mas destaca alguns fatores explicativos dos resultados do planejamento em Curitiba:

- a construção de uma coalização de interesses das elites empresariais e políticas em torno de um projeto de cidade;
- a construção de um arcabouço institucional orientado à implementação do plano e viabilizado pela identificação desse e de seus principais atores com o ideário desenvolvimentista e tecnocrático do governo central autoritário nas décadas de 60 e 70;
- a articulação entre política, cultura, mídia e planejamento para a construção de uma imagem de cidade modelo, com a difusão dessa imagem em escalas variadas por meio do *city marketing*;
- a identidade desse projeto com o ideário associado a uma agenda global para as cidades, difundida nos anos 90 pelas agências multilaterais em escala internacional. (SÁNCHEZ, 2003, p. 156-157)

Em outra passagem, Fernanda Sánchez chama a atenção para a questão demográfica, mas sugere que exista uma oposição entre os efeitos do projeto e o alto crescimento demográfico:

A cidade de Curitiba teve, na década de 60, a maior taxa de crescimento populacional do país, próxima aos 5% ao ano, passando de uma população de 361.309 habitantes em 1960 a 609.026 habitantes em 1970 (...). Com o objetivo manifesto de fazer frente a este processo, foi realizado em 1965 o Plano Preliminar de Urbanismo. (idem, p. 154)

No entanto, vemos que pode ter sido justamente o oposto. Aproveitando-se das oportunidades oferecidas por uma capital de menor porte em termos demográficos, mas com grande potencial de crescimento, reunindo as características que serão depois destacadas nas cidades de porte médio, o plano de 1965 apontou de forma positiva para este aspecto, e não para fazer frente a ele.

O aspecto da escala pode ser impeditivo para a fabricação de um padrão. Assim, se a intenção da retórica oficial era produzir um modelo de cidade, não interessava a eles que se dissesse que esse modelo só era viável em condições muito específicas, isto é, em uma capital de estado com porte médio. Além, é claro, dos demais fatores citados por SANCHEZ (*idem*) que também não são simples de serem replicados.

Com isso, acreditamos que as condições políticas e culturais de uma cidade de porte médio são também favoráveis a uma operação bem sucedida na dialética entre o local e o cosmopolita, tema a que nos dedicamos neste estudo. Enquanto Curitiba era uma cidade pequena, como nos casos estudados anteriormente, predominaram os interesses mais localistas, dos setores fundiários, que rejeitavam os projetos cosmopolitas.

Além disso, uma cidade de menor importância não agrega atrativos para os interesses cosmopolitas, que não veem benefício em mover esforços para derrotar os interesses localistas. Por outro lado, grandes metrópoles têm revelado problemas graves que são interpretados como deseconomias pelas leituras cosmopolitas ou globalizantes.

No entanto, nas cidades de porte médio esta dialética entre o local e o cosmopolita se expressa de uma forma particular. É como vemos a leitura de STEINBERGER e BRUNA (*in* ANDRADE e SERRA, 2001, p. 71):

Aqui levanta-se a hipótese de que esse duplo processo de concentração e desconcentração está ancorado nas cidades médias porque elas são elos de ligação entre os espaços urbano e regional e entre os interesses públicos e privados. Acredita-se que essa simultaneidade de papéis é a explicação do sucesso de tais cidades.

O elo urbano-regional lhes confere papel de núcleos estratégicos da rede urbana brasileira, na medida em que congregam as vantagens do estar aglomerado no espaço urbano e a possibilidade de estarem articuladas a um espaço regional, mais amplo, que conforma sua área de influência.

Por sua vez, o elo público-privado lhes permite, ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades de maximizar tanto a prestação de serviços pelo poder público como as expectativas dos investidores da iniciativa privada e dos moradores, dado que as economias de escala e de urbanização suplantam as deseconomias das grandes cidades. (...)

Tudo leva a crer que a população, o Estado e a iniciativa privada ganham com a existência de cidades médias. Elas têm sido apontadas como locais privilegiados para se morar pela qualidade de vida que oferecem, para se investir pela competitividade relativa que possuem e para se gerir porque ainda possuem um tamanho considerado governável.

A reportagem de Junqueira (1998) no semanário *Veja*, quando foram entrevista dos moradores e empresários que têm migrado das grandes cidades em busca de cidades gentis, atesta isso.

Muito embora as autoras não estejam se referindo aos exatos termos por meio dos quais temos estruturado a pesquisa, isto é, cosmopolitas e localistas, acreditamos

que esta leitura da cidade média como um “elo” entre escalas é revelador da lógica que pretendemos desvendar.

Ou seja, não compartilhamos da propaganda de Jaime Lerner, que disse no programa Roda Viva da TV Cultura em 17 de janeiro de 2011 que a escala não importa para o planejamento das cidades, mas sim a visão. Ao fazer esta afirmação, ele lança para si, como realizador do projeto de Curitiba, um protagonismo que não seria possível se não houvesse as condições pré-existentes, entre elas a escala.

O PPU de 1965, o Plano Diretor de 1966, e o zoneamento de 1972 formam um conjunto de planejamento urbano que aplicou de forma muito particular um projeto não-localista, que poderia nos levar a crer que se trata de um caráter cosmopolita, mas veremos mais sobre isso adiante.

O caráter não-localista deste plano está na realização relativamente bem executada de um processo de industrialização de Curitiba, com a atração de empresas internacionais. Para atingir este objetivo, a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR, empresa ligada ao governo do estado do Paraná, cumpriu um papel fundamental: foi por meio desta empresa que o governo financiou a elaboração do Plano Serete e sua posterior execução (Cf. RISCHBIETER in IPPUC, 1991, p. 15).

Ou seja, Curitiba dependeu do elemento regional para a elaboração e execução do plano, que descaracteriza, em princípio, a hipótese de que o plano tenha características de autoria localista. Não se trata disso: é um plano que vem de fora.

Neste aspecto, se assemelha aos anteriores, que foram igualmente subsidiados pelo governo do estado, e elaborados sob uma perspectiva mais ampla que a visão localista, frequentemente entrando em choque com ela, pois introduziam ideias mais aceitas fora de Curitiba do que dentro. No entanto, houve articulações políticas com o objetivo de conquistar apoio local, segundo NAMUR (1992, p. 16):

Em junho de 1965, o grupo de acompanhamento da Prefeitura organizou e realizou com a colaboração do Prefeito um seminário, “Curitiba de Amanhã”, para discutir as propostas do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. (...) Para esse seminário foram convidados membros representativos da elite local: membros da Associação Comercial, Federação das Indústrias, associações profissionais, autoridades da administração pública, com o objetivo de receber o apoio político dessas categorias sociais. (...)

Assim sendo, o plano passou, em primeiro lugar, pela avaliação das elites técnicas e econômicas da cidade, ou seja, das que tinham maiores possibilidades de oferecer-lhe resistências. Os resultados desse seminário foram basicamente: a negociação e aceitação do Plano pela elite local; a criação de um órgão de planejamento e a identificação pública dos diferentes grupos sociais que se opunham ou favoreceriam o plano.

O plano previa uma estratégia de desenvolvimento econômico com forte ênfase para a instalação de indústrias, elemento influenciado pela CODEPAR, portanto de interesse regional. Para viabilizar a proposta, seria necessário identificar os locais da cidade onde estes empreendimentos poderiam ser instalados. As estimativas do Plano indicavam a necessidade de 320 hectares de terrenos industriais para a instalação de novas indústrias no município.

Este dado revela uma das questões fundiárias para a execução do PPU. A atração das indústrias, segundo o plano, dependeria do preço dos terrenos, que poderiam ser subsidiados por meio de empréstimos oferecidos pela própria CODEPAR, conforme é sugerido pelo Plano Serete (IPPUC, 1966, p. 43-44). De qualquer modo, a aquisição de área tão extensa de terras, em princípio, não seria realizada sem choques com interesses locais fundiários.

Poucos anos depois da elaboração do plano, na década de 70, traços mais claros do projeto industrial se revelam. A demarcação e implantação do Distrito Industrial, chamado de Cidade Industrial de Curitiba (CIC), se concretizam em uma extensa área da zona rural do município. Esta fase do urbanismo de Curitiba é iniciada na gestão de Jaime Lerner como Prefeito, a partir de 1971 (Cf. IPPUC, 1991, p.15).

Com apoio da CODEPAR, que neste momento já adotara o nome de BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná, a Prefeitura desenvolveu estudos para a implantação do Distrito Industrial. Em 19 de janeiro de 1973, conforme Decreto n. 30/1973, o prefeito declara a área de utilidade pública e destinada à desapropriação em nome da Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba – URBS. Sua demarcação seguiu as recomendações do BADEP, por meio do Estudo da Área Industrial de Curitiba. O ex-prefeito de Curitiba, Ivo Arzua, explica a escolha da área:

A implantação da CIC – uma área de 4 mil hectares – obedeceu à política de uso de solo de Curitiba, e entre outros critérios de menor influência, foram consideradas a direção favorável dos ventos dominantes (mais fácil dispersão da poluição atmosférica), topografia adequada à implantação de plantas industriais, preservação dos recursos hídricos, proximidade do complexo petroquímico da Petrobrás e disponibilidade do ramal ferroviário. (IPPUC, 1989, p. 32)

O perímetro da CIC envolveu uma extensa área que na época tinha características rurais, totalizando uma extensão de 4.337,80 hectares, segundo o Decreto Municipal 774/75. As características rurais poderiam possibilitar a aquisição de terras com baixo custo, mesmo assim, o PPU sugeria que a CODEPAR apoiasse os empresários na aquisição dos terrenos, com empréstimos subsidiados.

Para garantir que não ocorreriam conflitos com interesses localistas, a escolha do terreno da CIC foi estratégica. Abrangendo áreas onde ainda estavam instaladas colônias de poloneses – antigamente chamada de “nova polônia” (GLUCHOWSKI, 2005, p. 56) –, sendo que muitos dos posseiros poloneses (GROFF, *in* IPPUC, 1991, p. 92) da localidade não tinham registros formais de propriedade, a Cidade Industrial pode se instalar com menos obstáculos judiciais. Os poloneses, às vezes pouco integrados à sociedade, não encontravam meios acessíveis para se defender, e simplesmente perdiam suas terras.

Mas além da aquisição de terras, era preciso urbanizá-las. As características rurais forçavam a necessidade de forte operação de urbanização, de modo a levar serviços e infraestrutura para a área. Para executar esta função, a administração municipal delegou competências à URBS, então Presidida por Cássio Taniguchi.

Os recursos para a execução do grande volume de obras que se realizaram na CIC dependeram totalmente do BADEP, mas para alguns, a urbanização da CIC parecia uma loucura. Arturo Andreoli, presidente da COPEL na época, fala do desafio:

Sobre a CIC nós tivemos uma discussão dura. Eu era contra o tamanho dela e a maneira como estava planejada a sua ocupação. Porque quem entende um pouquinho de serviço de infraestrutura percebe que é complicado acompanhar com iluminação, água e telefone 25 quilômetros de extensão. A situação piora quando esses 25 quilômetros são ocupados de forma aleatória. (...) o projeto pedia que se construísse uma outra subestação no meio da CIC. Eu simplesmente me recusei. Naquela época era um investimento brutal e eu disse que não o faria, a não ser que houvesse real necessidade.

Havia um orçamento da CIC de 900 milhões de cruzeiros – na época, uma fábula de dinheiro. O Afonso [Camargo, Secretário da Fazenda do Paraná durante o Governo Emílio Hoffmann Gomes entre 1973 e 1975] estava preocupadíssimo porque o Estado não tinha condições de arcar com esse investimento, a não ser que bloqueasse todas as outras aplicações, no Estado inteiro. Aos poucos, porém, as coisas foram se acertando. De um lado, o pessoal do IPPUC cedeu com relação à quantidade de dinheiro para investir; de outro, o governo entendeu que a Cidade Industrial era muito importante para Curitiba. (*in* IPPUC, 1991, p.52-53)

Ou seja, a urbanização da CIC se deu com forte protagonismo dos agentes públicos. Ricardo Polucha, em estudo recente sobre o planejamento da cidade de Curitiba, avalia: “A implantação da CIC ocorreu de acordo com o modelo desenvolvimentista, ou seja, tendo o Estado como principal agente indutor.” (POLUCHA, 2010, p.65).

A maior parte dos recursos foi desembolsada pelo estado do Paraná, o elemento regional necessário para a execução do plano, construído de fora para dentro. Os recursos estaduais foram utilizados diretamente na implantação da CIC, conforme depoimento do ex-governador Emílio Hoffmann Gomes, na coleção Memória da

Curitiba Urbana: “A construção da CIC acabou sendo a grande obra do meu governo.” (in IPPUC, 1991, p. 11).

O projeto econômico de implantação da CIC visava a atração de empresas internacionais para a cidade de Curitiba. Desta relação, poderiam potencialmente surgir conflitos entre os interesses de empresas internacionais (elemento cosmopolita) e as empresas locais (localista).

Encontramos em Dennison de Oliveira (2000, p. 133) uma leitura sobre a relação da elite empresarial, e sua diversidade, com o planejamento urbano de Curitiba neste período. Para ele, é pode-se fazer uma distinção dos interesses de setores da elite empresarial, que ele classificou como: empresariado industrial, empresariado do transporte coletivo, empresariado do setor imobiliário e empresariado do setor de obras públicas.

Apesar do setor de obras públicas ser considerado integrante da indústria, OLIVEIRA (2000, p. 133) trata estes empresários como um ramo a parte, no que tange à relação com o planejamento urbano. Isto porque, conforme vimos, os planos de cidades são planos de obras.

Por esta razão, não se relacionam com o planejamento da mesma maneira que os industriais, ocupados com os temas como a migração, a economia e o desenvolvimento. Os empreiteiros querem ver o que o plano determinará para que eles façam em termos de abertura de vias, construções de prédios e outras obras, geralmente fomentadas com o dinheiro público.

Para OLIVEIRA (2000), estes setores não foram todos igualmente bem sucedidos com o planejamento urbano de Curitiba. Razão pela qual se formaram divergências na elite empresarial, que não se sentia integralmente atendida.

O setor industrial era o mais favorecido pela política de desenvolvimento econômico promovida pelo plano, mas em grande parte estavam associados com interesses externos, já que eram indústrias que vinham se instalando em Curitiba. Neste sentido, alguns interesses locais não se sentiam favorecidos.

Segundo OLIVEIRA (2000, p. 153), a Associação Comercial do Paraná mobilizou esforços para enfrentar alterações na lei de zoneamento de Curitiba que criavam restrições para a construção civil:

A ACP participou desta guerra, mobilizando sua assessoria jurídica para contestar, sem sucesso, a constitucionalidade da nova lei. Independentemente disso, mais de vinte empresas entraram na justiça para fazer prevalecer seus direitos de construção que vigoravam anteriormente (OLIVEIRA, 2000, p. 154).

Os empresários ligados ao transporte também se viram diante de um processo de regulamentação de seus serviços, revertendo a situação confortável que encontravam no período anterior, em que tinham condições de fazer chantagens e exigir prerrogativas a seu favor (OLIVEIRA, 2000, p. 136).

A partir do plano e do sistema integrado de transporte coletivo, as novas exigências fizeram com que as empresas mudassem de configuração, unindo pequenas empresas para a formação de grupos maiores.

Em geral, a tendência de favorecimento aos grandes capitais estrangeiros predominou na relação do planejamento de Curitiba a partir da década de 1960. Aqueles que possuíam uma escala apenas local precisavam unir-se a outros concorrentes ou a outros empresários de fora a fim de manter sua posição, ou então não teriam condições de se inserir no processo (OLIVEIRA, 2000).

Neste sentido, identificamos a dialética entre o local e o cosmopolita nesta fase do planejamento urbano de Curitiba, mas surge a dúvida se esta relação efetivamente executada dos planejadores com a elite empresarial estrangeira para a negociação do território de Curitiba poderia ser considerada “cosmopolita”.

Como dissemos, o projeto cosmopolita se manifesta no fenômeno descrito por HAESBAERT (2006, p. 342) como multiterritorialização, isto é, não resulta, necessariamente, de uma territorialização fixa, mas da pluralidade de territorializações que realizam a ideia de um projeto cosmopolita. No outro extremo, territorializações muito fechadas, herméticas, são a representação pura do localismo. Conforme dissemos anteriormente, não é possível descartar a hipótese da desterritorialização, como fenômeno que não pode ser descrito em nenhum dos níveis desta escala entre o local e o cosmopolita.

Assim sendo, dentre as formas de síntese desta dialética entre o cosmopolita e o local podemos identificar, por um lado, a hipótese de multiterritorialização, e, de outro lado, a desterritorialização. Para SÁNCHEZ (2003, p. 292), Curitiba pode ser um exemplo da segunda hipótese:

Os discursos associados ao pensamento único e ao consenso minimizam as diferenças e os conflitos existentes. Eles impõem um modo de ver o mundo e moldam as condições para as ações dos grupos dominantes com interesses localizados, na direção da adaptação técnica dos espaços urbanos e da reforma administrativa que determina uma nova forma de gestão urbana, condições necessárias à nova fase da acumulação capitalista. A tentativa de modelização, impulsionada, sobretudo, pelas organizações internacionais, conduz a uma hegemonia desencarnada e desterritorializada e permite um desvendamento mais pleno dos denominados “impulsos globais” que (...) designam a nova ação hegemônica na escala-mundo. Essa ação, pautada pelo

discurso da flexibilidade e pela correlata idealização da técnica, expressa o teor da nova modernização.

Neste sentido, a globalização neoliberal, como a chama SANTOS (2005) seria a manifestação desta ação hegemônica na escala-mundo que produz o fenômeno da desterritorialização.

Enquanto resposta da dialética entre o local e o cosmopolita, este fenômeno produziu em Curitiba a rejeição do protagonismo da elite local, que até então tinha conseguido, com sucesso, emperrar as propostas de planejamento que traziam influências exógenas. Por outro lado, não conduziu Curitiba para um projeto de efetiva integração cultural internacional (cosmopolita). Configurou-se mais como ferramenta de adesão subordinada ao projeto da globalização, por meio da partilha de terras da cidade, especialmente da população historicamente excluída, os estrangeiros poloneses, para a instalação de empresas internacionais.

CONCLUSÃO: CURITIBA ENTRE O LOCAL E COSMOPOLITA

Na trajetória do presente estudo, procuramos destacar, em três das diversas fases do urbanismo em Curitiba, o comportamento das dialéticas da modernidade, em especial a dialética entre o local e o cosmopolita. A partir deste tema, buscamos identificar o comportamento da relação entre os elementos “de fora” e os elementos “de dentro”, presentes no processo de planejamento urbano.

Curitiba foi objeto de planos elaborados pelo pensamento “de fora”. Técnicos renomados, com experiência internacional, projetavam sobre Curitiba seus desígnios, frequentemente aplicando modelos exógenos sobre a realidade local. Encontravam, no entanto, uma elite local relativamente forte que moveu esforços pela não realização dos planos.

Isto se deveu à condição de pequena ou média cidade que marcou Curitiba desde suas primeiras tarefas de liderança. Quando foi escolhida capital, por exemplo, os governantes destacaram as dificuldades de adaptação dos técnicos do alto escalão do governo, vindos de fora, que encontravam não somente no clima os obstáculos para a sua permanência: havia também uma cultura hostil aos “de fora”. (REZENDE, 1855)

Sua elite local era relativamente forte porque Curitiba era uma cidade pequena, e não encontrava interesses exógenos realmente empenhados em enfrentar os poderes locais, dado que os resultados não seriam promissores. No contexto de um país atrasado, ainda interessava à elite estrangeira apostar nos centros cosmopolitas já consolidados, o que reforçou a centralização do poder político e econômico nos polos urbanos principais do Brasil.

A compreensão de que Curitiba precisaria ter um olhar para o mundo para que pudesse implantar um projeto realmente urbano foi evidenciada na experiência de Saturnino de Brito, no plano de 1920. É contraditório, pois Saturnino de Brito tinha olhares para o mundo e, na verdade, a ele causou espanto a resistência do poder local em aceitar as suas ideias, bem como as conclusões de Theodoro Bayma.

Mas o engenheiro também manifestava sua decepção com as contradições do mundo cosmopolita, que ele via na tragédia da I Guerra Mundial. Seu texto de justificativa para a inviabilidade do plano nos demonstrou que, para Saturnino de Brito, aquelas relações internacionais não eram o cosmopolitismo com o qual sonhava. Já eram, por outro lado, os indícios das relações realmente existentes no sistema mundo: não são múltiplas territorializações, mas desterritorializações.

O plano Agache é menos sensível às contradições do cosmopolitismo. Os autores do plano de 1943 encontravam na cidade uma elite local que fazia oposição ao Estado Novo – este, o efetivo contratante do plano. Pragmáticos, moviam esforços para agradar à elite local, ao invés de lamentar seu nível de atraso e suas contradições. Sabiam que não se tratava de enfrentá-la, mas de convencê-la a aderir ao projeto maior de integração ao sistema-mundo.

Seria uma integração subordinada, voltada a viabilizar uma cidade para os carros, que permitisse ao processo de industrialização brasileira encontrar consumidores para os produtos que seriam fabricados por empresas estrangeiras instaladas em território nacional. Para isso, falaram em valorização dos terrenos e debateram zoneamento com as elites fundiárias, enquanto o que realmente importava era assegurar o plano de avenidas, os centros funcionais, as obras e os ícones do modernismo.

Mesmo com este pragmatismo, não tiveram sucesso na realização do plano, muito embora o discurso oficial diga que o urbanismo só iniciou em Curitiba com o plano Agache (MINTER e IUPERJ, 1975, p. 23), como se antes de 1943 não existisse qualquer gestão urbana.

Não são estudados os planos anteriores, e não se realiza uma análise crítica a respeito da razão que explique porque outros planos não saíram do papel. Para nós, um dos elementos é a dialética entre o local e o cosmopolita, dado que Curitiba foi, historicamente, uma territorialidade pouco permeável a ideias “de fora”.

Esta realidade ganha contornos mais específicos quando notamos que outras metrópoles em nível hierárquico inferior em relação a São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, como Porto Alegre, Salvador, Recife e Belo Horizonte, já eram, nos anos 50 e 60, mais avançadas e importantes no sistema nacional de cidades do que Curitiba, cuja população correspondia à metade da população destas cidades.

A elevação de Curitiba ao mesmo patamar das demais cidades com as quais se comparava se dava mais pelo fato de ser igualmente uma capital, ou seja, pelo fator político, do que pelo conjunto de fatores que indicam o desenvolvimento econômico e social das demais cidades. Neste trabalho, esperamos ter demonstrado, a partir da leitura da dialética escalar entre o local e o cosmopolita, algumas pistas para associar os resultados do desenvolvimento de Curitiba com sua escala média nos anos 1960.

A escala média das cidades não se apresenta apenas no seu aspecto demográfico, mas também pelo conjunto de qualidades que dizem respeito à sua relação com cidades maiores, aos aspectos locacionais diferenciados, aos arranjos produtivos, etc. Ainda

assim, até este ponto estamos falando de cidades médias enquanto um fenômeno demográfico e econômico.

Mas cidades médias também são um fenômeno cultural e político. Se, do ponto de vista econômico, estas cidades se expressam como elo urbano-regional (STEINBERGER e BRUNA *in* ANDRADE e SERRA, 2001, p. 71), também encontramos este aspecto em sua dimensão cultural. As cidades médias oferecem um território potencial para cumprir a função de elo entre o local e o cosmopolita.

Situação que também se expressa na dimensão política, como espaço em que o poder exógeno pode associar suas condições de enfrentar o poder local com os possíveis resultados positivos deste empreendimento.

Assim, o planejamento de Curitiba a partir dos anos 1960 parece ter se sustentado nessas potencialidades. Os elementos do planejamento neste período são complexos, pois partem do PPU, de 1965, tornam-se efetivos no plano diretor de 1966, mas ganham os contornos definitivos a partir de 1971, com a gestão de Jaime Lerner, prefeito indicado pela ditadura brasileira de 1964-1985. Neste período, Lerner atualiza o zoneamento da cidade para o formato que se mantém, em linhas gerais, até hoje.

Como explica VILLAÇA (2010), o zoneamento é uma das faces “reais” do planejamento urbano, às vezes menos visível que outros elementos menos importantes, na ótica deste autor. A descrição do zoneamento em face de sua real importância política para o urbanismo encontra o fenômeno oposto, as qualidades epistemológicas propagandeadas pelo discurso da cidade-modelo em face de sua menor importância para a efetiva realização do plano.

As relações entre os interesses econômicos internacionais e o poder político nomeado pela ditadura de 1964-1985 praticamente deixam em segundo plano os interesses econômicos locais e o poder político tradicional. Mas alianças entre as elites são realizadas no intuito de anular possíveis resistências (NAMUR, 1992, p. 16), o que se revela uma operação politicamente bem sucedida. O contexto autoritário foi fundamental para estes resultados.

Com efeito, em Curitiba se instalaram empresas estrangeiras, que impulsionaram resultados econômicos. Atualmente, o PIB de Curitiba é considerado o 4º entre as cidades brasileiras (IBGE, 2010). A cidade afastou-se de sua condição de cidade média e, hoje, encontra-se entre as grandes, seja pelas características demográficas ou econômicas. No entanto, a integração desenhada não pode ser considerada efetivamente cosmopolita, mas um fenômeno de desterritorialização.

REFERÊNCIAS

- ANAND, S., SEN, A., *Human development index: methodology and measurement*. New York, Human Development Report Office, UNDP, 1994.
- ANDRADE, T. A. e SERRA, R. V. (org.) *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- _____. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. In IPEA. Texto para discussão Nº 554, Rio de Janeiro: IPEA, 1998.
- ARNDT, C., OMAN, C. *Uses and abuses of governance indicators*. Paris: Development Centre Studies, OECD, 2006.
- BAYMA, T. *A Febre Typhoide no Paraná*. São Paulo: Instituto Bacteriológico, 1918.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Conteúdo extraído do Portal da Legislação da Presidência da República em 1º/fev/2012, de caráter meramente informativo, não oficial.
- _____. *Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001*. Conteúdo extraído do Portal da Legislação da Presidência da República em 1º/fev/2012, de caráter meramente informativo, não oficial.
- _____. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. Publicado no Diário Oficial, de 6 de dezembro de 1974.
- BUSTELO, P. *Desarrollo económico: del consenso al post-consenso de Washington y más allá*. In V.V.A.A. *Estudios de historia y de pensamiento economico. Homenaje al profesor Francisco Bustelo Garcia del Real*. Madrid: Complutense, 2003.
- CONSELHO DE SEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Documento S/2003/1027 – Relatório Final do Painel de Especialistas sobre a Exploração Ilegal de Recursos Naturais e Outras Formas de Riqueza da República Democrática do Congo*. New York: 23 de outubro de 2003.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 11. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.
- DARWIN, C. *Voyage of the Beagle*. Charleston: Forgotten Books, 2007.
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DUDEQUE, I. *Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba*. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

- ESCOBAR, A. *El postdesarrollo como concepto y pratica social*. In MATO, Daniel (coord.) *Políticas de economia, ambiente y sociedade em tiempos de globalizacion*. Caracas: Facultad de Ciencias Economicas y Sociales, Universidade Central de Venezuela, 2005.
- FERNANDES, A. *Planejamento Urbano de Curitiba: a institucionalização de um processo*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, UFRJ, 1979.
- FREITAG, B. *Teorias da cidade*. 3ª ed. Campinas: Papirus, 2008.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. 2º Ed. (Os Economistas) São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- GEORGE, P. *Geografia urbana*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- GLUCHOWSKI, K. *Os poloneses no Brasil: Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil*. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HISSA, C. E. V. *A mobilidade das fronteiras: Inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- IPPUC. *Plano preliminar de urbanismo de Curitiba*. Curitiba: IPPUC, 1966
- _____. *Memória Da Curitiba Urbana: Cidade Industrial de Curitiba – 18 anos*. Curitiba: IPPUC, 1991.
- _____. *Memória Da Curitiba Urbana: Depoimento de Ivo Arzua Pereira Curitiba*: IPPUC, 1989.
- JACOBS, J. *The death and life of great american cities*. New York: The Modern Library, 1993.
- KUHN, T. *A revolução copernicana*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- LABORATÓRIO DE BACTERIOLOGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Capturado em 20 jun. 2010. Online. Disponível na Internet <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1997.

- LEME, M. C. da S (Org.). *Urbanismo no Brasil 1895-1965*. 2ª Ed. Salvador: EDUFBA, 1999.
- LERNER, J. *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- MAUDSLEY, H. *Body and mind: An inquiry into their connection and mutual influence, specially in reference to mental disorders*. New York: D. Appleton and Company, 1871.
- _____. *Le crime et la folie*. Paris: Librairie Germer Baillière, 1874.
- MARX, K. ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Bauru: EDIPRO, 1998.
- MELLO E SOUZA, Antônio Cândido. *Literatura e sociedade*. 8ª Ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- MINTER; IUPERJ. *Dimensões do planejamento urbano: O caso de Curitiba*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1975.
- MOREIRA, R. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação*. São Paulo: Contexto, 2011.
- NAMUR, M. *Estado e empresariado em Curitiba: A Formação da Cidade Industrial (1973-1980)*. Tese apresentada ao curso de pós-graduação em “Estruturas Ambientais Urbanas” da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor, São Paulo, 1992.
- OLIVEIRA, D. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.
- _____. *Urbanização e industrialização no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.
- PEREIRA, F. M. *Cidades médias brasileiras: uma tipologia a partir de suas (des)economias de aglomeração*. Dissertação apresentada ao programa de mestrado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002.
- PEREIRA, O. D. *Quem faz as leis no Brasil?* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Boletim PMC*. Curitiba, 1943.
- REZENDE, T. R. *Relatório do Estado da Província do Paraná. Apresentado ao vice-presidente Henrique Beaurepaire Rohan, pelo vice-presidente Theofilo Ribeiro de Rezende por ocasião de lhe entregar a administração da mesma província*. Curitiba: Tipografia Paranaense de C. Martins Lopes, 1855.
- SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.
- SANTOS, B. de S. (org.) *Trabalhar o mundo: Os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- SATURNINO DE BRITO, F. R. *Projetos e relatórios: Saneamento de Curitiba, Uberaba e Aracajú*. Obras Completas de Saturnino de Brito, Volume XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944a.
- _____. *Urbanismo: Estudos Diversos. Traçado Sanitário das Cidades*. Obras Completas de Saturnino de Brito, Volume XX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944b.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SIMPÓSIO SOBRE POLÍTICA URBANA, 1º, 1975, Brasília, O HOMEM E A CIDADE. Anais do Simpósio sobre Política Urbana. Brasília: Fundação Milton Campos, 1975.
- SIQUEIRA, M. T. A. D. *Transformações do quadro epidêmico patológico: o caso do Paraná*. In: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1992, Brasília. Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. v. 1. p. 367-384.
- SIMAS, F.; BAÑADOS, I.; ARAÚJO, L. *Cidade Industrial de Curitiba – CIC, uma cidade dentro de outra cidade*. In FRAGA, N. C (Org.). *Territórios Paranaenses*. Florianópolis: Insular, 2011.
- SOUSA, Alberto; NOGUEIRA, Helena de Cássia; VIDAL, Wynna. *Inovação no urbanismo brasileiro da Primeira República. O traçado de Saturnino de Brito para a expansão da capital paraibana*. Arquitectos, São Paulo, 06.070, Vitruvius, mar 2006
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.070/373>>
- SOUZA, M. L. de. *O Desafio Metropolitano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *A prisão e a ágora*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- TROTSKY, L. *A História da Revolução Russa*. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.
- UNDP. *2011 Human Development Report: Sustainability and Equity: A Better Future for All*. New York: UNDP, 2011.
- VILLAÇA, F. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*, in DEÁK, C., SCHIFFER, S. R. (org.), *O processo de urbanização no Brasil*. 2ª Ed. Atualizada. São Paulo: Ed. Da USP, 2010.
- _____. *As ilusões do Plano Diretor*. São Paulo, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A. LISTA DE SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO EM ESTADOS BRASILEIROS

Unidade da Federação	Secretarias de desenvolvimento	Página oficial do governo do estado
Estado do Acre	Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Indústria, Comércio, Serviços, Ciência e Tecnologia; Secretaria de Desenvolvimento Social	www.ac.gov.br
Estado de Alagoas	Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Energia e Logística	www.al.gov.br
Estado do Amapá	Agência de Desenvolvimento do Amapá	www.ap.gov.br
Estado do Amazonas	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	www.am.gov.br
Estado da Bahia	Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia; Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional; Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza	www.ba.gov.br
Estado do Ceará	Secretaria do Desenvolvimento Agrário; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	www.ce.gov.br
Distrito Federal	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação	www.df.gov.br
Estado do Espírito Santo	Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo	www.es.gov.br
Estado de Goiás	Agência Goiana de Desenvolvimento Regional	www.goias.gov.br
Estado do Maranhão	Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social; Secretaria de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	www.ma.gov.br
Estado do Mato Grosso	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar; Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo	www.mt.gov.br
Estado do Mato Grosso do Sul	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo;	www.ms.gov.br

Continua na próxima página

Unidade da Federação	Secretarias de desenvolvimento	Página oficial do governo do estado
Estado de Minas Gerais	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana	www.mg.gov.br
Estado do Pará	Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social; Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano; Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção	www.pa.gov.br
Estado da Paraíba	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano; Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca; Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Articulação Municipal	www.pb.gov.br
Estado do Paraná	Secretaria do Desenvolvimento Urbano; Secretaria da Família e Desenvolvimento Social	www.pr.gov.br
Estado de Pernambuco	Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	www.pe.gov.br
Estado do Piauí	Secretaria do Desenvolvimento Rural; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	www.pi.gov.br
Estado do Rio de Janeiro	Secretaria de Desenvolvimento Econômico Energia Indústria e Serviços; Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário; Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca	www.rj.gov.br
Estado do Rio Grande do Norte	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico	www.rn.gov.br
Estado do Rio Grande do Sul	Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social; Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo; Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento	www.rs.gov.br
Estado de Rondônia	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social	www.ro.gov.br
Estado de Roraima	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento	www.rr.gov.br
Estado de Santa Catarina	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável; Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional	www.sc.gov.br
Estado de São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional; Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano; Secretaria de Desenvolvimento Social	www.sp.gov.br
Estado de Sergipe	Secretaria do Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e da Tecnologia; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano	www.se.gov.br
Estado do Tocantins	Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	www.to.gov.br

Fonte: Portais dos governos estaduais, acessados em 10 de janeiro de 2012

APÊNDICE B. LISTA DE PREFEITOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

NOME	PERÍODO	NOME	PERÍODO
José Borges de Macedo	1835 a 1838	João Kracik Netto	1947
Cândido Ferreira de Abreu	1892 a 1894	João Macedo Souza	1947
Guilherme Xavier de Miranda	1894	João Kracik Netto	1948
Cyro P. Veloso	1895	Ney Leprevost	1948
Jorge Hermano Meyer	1896	Lineu do Amaral	1949 a 1951
Cícero Gonçalves Marques	1896	Amâncio Moro	1951
Ignácio de Paula França	1897	Ernani Santiago de Oliveira	1951
Manoel José Gonçalves	1897 a 1898	Wallace Tadeu de Mello e Silva	1951
Cícero Gonçalves Marques	1897 a 1900	Erasto Gaertner	1951 a 1953
Arthur de Souza Ferreira	1900	Mario Afonso Alves de Camargo	1952
Luiz Antonio Xavier	1900 a 1907	João Stival	1952
Antonio Rodrigues da Costa	1907 a 1908	Milton Anselmo da Silva	1953
Joaquim Pereira de Macedo	1908 a 1912	Dr. José Luis Guerra Rêgo	1953 a 1954
João Antonio Xavier	1912	Ernani Santiago de Oliveira	1954
Cândido Ferreira de Abreu	1913 a 1916	Ney Amintas de Barros Braga	1954 a 1958
João Antonio Xavier	1916	Aristides Simão	1958
Claudino R. F. dos Santos	1916	Elias Karam	1958
João Antonio Xavier	1917 a 1920	Edmundo Leinig Saporski	1958
Percy Withers	1920	Elias Karam	1958
João Moreira Garcez	1920 a 1924	Iberê de Mattos	1958 a 1961
João Moreira Garcez	1924 a 1928	Aristides Athayde Junior	1961
Eurides da Cunha	1928 a 1930	Erondy Sivério	1961
Joaquim Pereira de Macedo	1930 a 1932	Erondy Sivério	1962
Avelino Lopes	1932	Ivo Arzua Pereira	1962 a 1966
João Lothário Meissner	1932 a 1937	Erondy Sivério	1966
Nicolau Mader Junior	1937	Ivo Arzua Pereira	1966 a 1967
Aluizio França	1937	Acyr Haffez José	1967
Carlos Heller	1937 a 1938	Omar Sabbag	1967-1971
Oscar Borges	1938	Edgar Dantas Pimentel	1971
João Moreira Garcez	1938 a 1940	Jaime Lerner	1971 a 1974
Angelo Lopes	1940	Donato Gulin	1974
Rozaldo Gomes de Mello Leitão	1940	Saul Raiz	1975 a 1979
Alexandre Beltrão	1943 a 1944	Jaime Lerner	1979 a 1983
Arnaldo Izidoro Beckert	1944	Maurício Fruet	1983 a 1985
João Macedo Souza	1945	Roberto Requião de Mello e Silva	1986 a 1988
Alô Guimarães	1945	Jaime Lerner	1989 a 1992
Algacyr Munhoz Maeder	1945	Rafael Greca de Macedo	1993 a 1996
João Macedo Souza	1946	Cassio Taniguchi	1997 a 2004
Angelo Lopes	1947	Beto Richa	2005 a 2010
Raul de Azevedo Macedo	1947	Luciano Ducci	2010

Fonte: Página da Prefeitura Municipal de Curitiba na *internet*, endereço:

<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4> acessada em 1º de abril de 2011.

APÊNDICE C.RELAÇÃO DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO PARANÁ NO PERÍODO IMPERIAL

NOME	Condição	Período de Governo	
		Início	Término
ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELOS	Presidente de Província	19.12.1853	03.05.1855
TEÓFILO VITÓRIO RIBEIRO DE REZENDE	Vice-Presidente de Província	03.05.1855	27.07.1855
HENRIQUE PEDRO CARLOS DE BEAUREPAIRE ROHAN	Vice-Presidente de Província	27.07.1855	01.03.1856
Pe. VICENTE PIRES DA MOTA	Presidente de Província	01.03.1856	26.09.1856
JOSÉ ANTONIO VAZ DE CARVALHAES	Vice-Presidente de Província	26.09.1856	11.11.1857
FRANCISCO LIBERATO DE MATOS	Presidente de Província	11.11.1857	26.02.1859
LUIZ FRANCISCO DA CAMARA LEAL	Vice-Presidente de Província	26.02.1859	02.05.1859
JOSÉ FRANCISCO CARDOSO	Presidente de Província	02.05.1859	16.03.1861
ANTONIO BARBOSA GOMES NOGUEIRA	Presidente de Província	16.03.1861	31.03.1863
MANOEL ANTONIO FERREIRA	Vice-Presidente de Província	31.03.1863	05.06.1863
SEBASTIÃO GONÇALVES DA SILVA	Vice-Presidente de Província	05.06.1863	07.03.1864
JOSÉ JOAQUIM DO CARMO JÚNIOR	Presidente de Província	07.03.1864	18.06.1864
ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY	Presidente de Província	18.06.1864	19.08.1864
AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO	Vice-Presidente de Província	19.08.1864	18.11.1864
ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY	Presidente de Província	18.11.1864	04.06.1865
MANOEL ALVES DE ARAÚJO	Vice-Presidente de Província	05.06.1865	18.08.1865
ANDRÉ AUGUSTO DE PÁDUA FLEURY	Presidente de Província	18.08.1865	23.03.1866
AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO	Vice-Presidente de Província	23.03.1866	15.11.1866
POLIDORO CÉSAR BURLAMAQUE	Presidente de Província	15.11.1866	17.08.1867
CARLOS AUGUSTO FERRAZ DE ABREU	Vice-Presidente de Província	17.08.1867	31.10.1867
JOSÉ FELICIANO HORTA DE ARAÚJO	Presidente de Província	31.10.1867	05.05.1868
CARLOS AUGUSTO FERRAZ DE ABREU	Vice-Presidente de Província	05.05.1868	14.09.1868
ANTONIO AUGUSTO DA FONSECA	Presidente de Província	14.09.1868	28.08.1869
AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO	Vice-Presidente de Província	28.08.1869	26.11.1869
ANTONIO LUIS AFONSO DE CARVALHO	Presidente de Província	27.11.1869	20.04.1870 (?)
AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO	Vice-Presidente de Província	03.05.1870 (?)	24.12.1870
VENÂNCIO JOSÉ DE OLIVEIRA LISBOA	Presidente de Província	24.12.1870	15.01.1873
MANOEL ANTONIO GUIMARÃES	Vice-Presidente de Província	15.01.1873	13.06.1873
FREDERICO JOSÉ CARDOSO DE ARAÚJO ABRANCHES	Presidente de Província	13.06.1873	02.05.1875
AGOSTINHO ERMELINO DE LEÃO	Vice-Presidente de Província	02.05.1875	08.05.1875
ADOLFO LAMENHA LINS	Presidente de Província	08.05.1875	16.07.1877
MANOEL ANTONIO GUIMARÃES	Vice-Presidente de Província	16.07.1877	17.08.1877
JOAQUIM BENTO DE OLIVEIRA JÚNIOR	Presidente de Província	17.08.1877	07.02.1878
JESUINO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ	Vice-Presidente de Província	07.02.1878	23.03.1878
RODRIGO OTÁVIO DE OLIVEIRA MENEZES	Presidente de Província	23.03.1878	31.03.1879
JESUINO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ	Vice-Presidente de Província	31.03.1879	23.04.1879
MANOEL PINTO DE SOUZA DANTAS FILHO	Presidente de Província	23.04.1879	04.08.1880
JOÃO JOSÉ PEDROSA	Presidente de Província	04.08.1880	03.05.1881

SANCHO DE BARROS PIMENTEL	Presidente de Província	03.05.1881	26.01.1882
JESUINO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ	Vice-Presidente de Província	26.01.1882	06.03.1882
CARLOS AUGUSTO DE CARVALHO	Presidente de Província	06.03.1882	26.05.1883
ANTONIO ALVES DE ARAÚJO	Vice-Presidente de Província	26.05.1883	03.09.1883
LUIZ ALVES LEITE DE OLIVEIRA BELO	Presidente de Província	03.09.1883	05.06.1884
BRASÍLIO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA	Presidente de Província	05.06.1884	21.08.1885
ANTONIO ALVES DE ARAÚJO	Vice-Presidente de Província	24.08.1885	18.09.1885
JOAQUIM DE ALMEIDA FARIA SOBRINHO	Vice-Presidente de Província	20.09.1885	29.09.1885
ALFREDO D'ESCRAIGNOLLE TAUNAY (Visconde)	Presidente de Província	29.09.1885	03.05.1886
JOAQUIM DE ALMEIDA FARIA SOBRINHO	Presidente de Província	03.05.1886	26.12.1887
ANTONIO RICARDO DOS SANTOS	Vice-Presidente de Província	29.12.1887	09.02.1888
JOSÉ CESÁRIO DE MIRANDA RIBEIRO	Presidente de Província	09.02.1888	30.06.1888
ILDEFONSO PEREIRA CORREIA (Barão do Cerro Azul)	Vice-Presidente de Província	30.06.1888	04.07.1888
BALBINO CÂNDIDO DA CUNHA	Presidente de Província	04.07.1888	18.06.1889
JESUINO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ	Presidente de Província	18.06.1889	23.08.1889
JOAQUIM JOSÉ ALVES	Vice-Presidente de Província	03.09.1889	11.09.1889
JESUINO MARCONDES DE OLIVEIRA E SÁ	Presidente de Província	12.09.1889	16.11.1889

Fonte: Página da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, endereço:

<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>, acessada em 1º de fevereiro de 2012

APÊNDICE D.RELAÇÃO DE PRESIDENTES DO ESTADO E GOVERNADORES DO PARANÁ NO PERÍODO REPUBLICANO

Nome	Condição	Período de Governo	
		Início	Término
JOSÉ MARQUES GUIMARÃES	Presidente do Estado	04.12.1889	18.02.1890
ULADISLAU HERCULANO DE FREITAS	Vice-Presidente do Estado	18.02.1890	04.03.1890
AMÉRICO LOBO LEITE PEREIRA	Presidente do Estado	04.03.1890	28.07.1890
JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA	Vice-Presidente do Estado	28.07.1890	28.08.1890
INNOCÊNCIO SERZEDELO CORREIA	Presidente do Estado	28.08.1890	03.11.1890
JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA	Vice-Presidente do Estado	03.11.1890	27.12.1890
JOSÉ CERQUEIRA DE AGUIAR LIMA	Presidente do Estado	27.12.1890	03.06.1891
GENEROSO MARQUES DOS SANTOS	Presidente do Estado	03.06.1891	29.11.1891
JOAQUIM IGNÁCIO SILVEIRA DA MOTTA JUNIOR	Vice-Presidente do Estado	15.06.1891	19.11.1891
GENEROSO MARQUES DOS SANTOS	Presidente do Estado	19.11.1891	29.11.1891
ROBERTO FERREIRA	Membro da Junta Governativa	29.11.1891	25.02.1892 (?)
BENTO JOSÉ LAMENHA LINS	Membro da Junta Governativa	29.11.1891	25.02.1892 (?)
JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA	Membro da Junta Governativa	29.11.1891	25.02.1892 (?)
FRANCISCO XAVIER DA SILVA	Presidente do Estado	25.02.1892 (?)	12.04.1893
VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA	Vice-Presidente do Estado	12.04.1893	31.05.1894 (?)
THEÓFILO SOARES GOMES	Presidente do Estado	Jan. de 1894	21.01.1894
JOÃO MENEZES DÓRIA	Presidente do Estado	21.01.1894	24.03.1894
FRANCISCO JOSÉ CARDOSO JÚNIOR	Presidente do Estado	24.03.1894	03.04.1894
TERTULIANO TEIXEIRA DE FREITAS	Presidente do Estado	03.04.1894	abr/maio 1894
ANTONIO JOSÉ FERREIRA BRAGA	Presidente do Estado	abr/maio 1894	abr/maio 1894
VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA	Vice-Presidente do Estado	maio 1894	maio/jun. 1894
FRANCISCO XAVIER DA SILVA	Presidente do Estado	maio/jun. 1894	25.02.1896
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS ANDRADE	Presidente do Estado	25.02.1896	03.04.1899 (?)
JOSÉ BERNARDINO BORMANN	Vice-Presidente do Estado	03.04.1899 (?)	10.05.1899
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS ANDRADE	Presidente do Estado	10.05.1899 (?)	25.02.1900
FRANCISCO XAVIER DA SILVA	Presidente do Estado	25.02.1900	25.02.1904
VICENTE MACHADO DA SILVA LIMA	Vice-Presidente do Estado	25.02.1904	13.04.1906
JOÃO CÂNDIDO FERREIRA	Vice-Presidente do Estado	13.04.1906	21.07.1907
JOAQUIM MONTEIRO DE CARVALHO E SILVA	Vice-Presidente do Estado	21.07.1907	25.02.1908
MANOEL DE ALENCAR GUIMARÃES	Vice-Presidente do Estado	25.02.1908	26.04.1908
FRANCISCO XAVIER DA SILVA	Presidente do Estado	26.04.1908	25.02.1912
CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	Presidente do Estado	25.02.1912	25.02.1916
AFONSO ALVES DE CAMARGO	Vice-Presidente do Estado	25.02.1912	25.02.1916
AFONSO ALVES DE CAMARGO	Presidente do Estado	25.02.1916	25.02.1920
CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	Vice-Presidente do Estado	25.02.1916	25.02.1920
CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	Presidente do Estado	25.02.1920	25.02.1924
EURIDES CUNHA	Vice-Presidente do Estado	25.02.1920	25.02.1924
CAETANO MUNHOZ DA ROCHA	Presidente do Estado	25.02.1924	25.02.1928

MARINS ALVES DE CAMARGO	Vice-Presidente do Estado	25.02.1924	25.02.1928
AFONSO ALVES DE CAMARGO	Presidente do Estado	25.02.1928	05.10.1930
MARIO ALVES MONTEIRO TOURINHO	Interventor	05.10.1930	29.12.1931
JOÃO PERNETA	Governador Interino	29.12.1931	30.01.1932
MANOEL RIBAS	Interventor	30.01.1932	12.01.1935
EURIPEDES GARCEZ DO NASCIMENTO	Interventor	11.05.1934	22.05.1934
MANOEL RIBAS	Governador	12.01.1935	10.11.1937
MANOEL RIBAS	Interventor	10.11.1937	03.11.1945
CLOTÁRIO DE MACEDO PORTUGAL	Interventor	05.11.1945	25.02.1946
BRASIL PINHEIRO MACHADO	Interventor	25.02.1946	06.10.1946
JOÃO CÂNDIDO FERREIRA FILHO	Governador Substituto	21.09.1946	07.10.1946
MARIO GOMES DA SILVA	Interventor	07.10.1946	06.02.1947
ANTONIO A. DE CARVALHO CHAVES	Interventor	06.02.1947	12.03.1947
MOYSÉS LUPION (MOYSÉS WILLE LUPION DE TROIA)	Governador	12.03.1947	31.01.1951
GUATAÇARA BORBA CARNEIRO	Governador Substituto	25.07.1949	31.10.1949
BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO	Governador	31.01.1951	03.04.1955
ANTONIO ANIBELLI	Governador Substituto	03.04.1955	01.05.1955
ADOLPHO DE OLIVEIRA FRANCO	Governador	01.05.1955	31.01.1956
MOYSÉS LUPION (MOYSÉS WILLE LUPION DE TROIA)	Governador	31.01.1956	31.01.1961
GUATAÇARA BORBA CARNEIRO	Governador Substituto	31.10.1959	09.03.1960
NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA	Governador	31.01.1961	17.11.1965
AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO	Vice-Governador	31.01.1961	17.11.1965
AGOSTINHO JOSÉ RODRIGUES	Governador Substituto	22.05.1963	07.06.1963
ANTONIO FERREIRA RÜPPEL	Governador Substituto	17.11.1965	20.11.1965
ALGACIR GUIMARÃES	Governador Eleito pela Assembleia Legislativa	20.11.1965	31.01.1966
ALIPIO AYRES DE CARVALHO	Vice-Governador	20.11.1965	31.01.1966
PAULO CRUZ PIMENTEL	Governador	31.01.1966	15.03.1971
PLINIO FRANCO FERREIRA DA COSTA	Vice-Governador	31.01.1966	15.03.1971
HAROLDO LEON PERES	Governador	15.03.1971	23.11.1971
PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA	Vice-Governador	15.03.1971	23.11.1971
JOÃO MANSUR	Governador Substituto	04.07.1973	11.08.1973
EMILIO HOFFMANN GOMES	Governador	11.08.1973	15.03.1975
JAYME CANET JÚNIOR	Vice-Governador	11.08.1973	15.03.1975
OCTÁVIO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR	Vice-Governador	15.03.1975	15.03.1979
NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA	Governador	15.03.1979	14.05.1982
JOSÉ HOSKEN DE NOVAES	Vice-Governador	15.03.1979	14.05.1982
JOSÉ RICHÁ	Governador	15.03.1983	09.05.1986
JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS	Vice-Governador	15.03.1983	09.05.1986
ÁLVARO FERNANDES DIAS	Governador	15.03.1987	15.03.1991
ARY VELOSO QUEIROZ	Vice-Governador	15.03.1987	15.03.1991
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA	Governador	15.03.1991	02.04.1994
MÁRIO PEREIRA	Vice-Governador	15.03.1991	02.04.1994

JAIME LERNER	Governador	01.01.1995	01.01.1999
EMILIA DE SALLES BELINATI	Vice-Governadora	01.01.1995	01.01.1999
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA	Governador	01.01.2003	31.12.2006
ORLANDO PESSUTI	Vice-Governador	01.01.2003	31.12.2006
ORLANDO PESSUTI	Governador	01.04.2010	01.01.2011
CARLOS ALBERTO RICHÁ	Governador	01.01.2011	
FLÁVIO JOSÉ ARNS	Vice-Governador	01.01.2011	

Fonte: Página da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, endereço: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=95>, acessada em 1º de fevereiro de 2012